



Lia Raquel Botelho Nunes

**Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios**

Coimbra, novembro de 2022





Lia Raquel Botelho Nunes

## **Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios**

Dissertação submetida(o) ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial**, realizada(o) sob a orientação do Professor Miguel Maria Carvalho Lira e coorientação da Professora Cristina Maria Gabriel Gonçalves Góis.

Coimbra, novembro de 2022



## **TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Declaro ser o(a) autor(a) desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da(o) presente dissertação.

## **PENSAMENTO**

“Nunca desista de seus sonhos!”

Augusto Cury

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, porque sem eles não tinha chegado até aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao concluir esta importante etapa da minha vida, não poderia deixar de agradecer a todos aqueles que me apoiaram nesta longa caminhada e contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao Doutor Miguel Lira e à Doutora Cristina Góis, por toda a disponibilidade e orientação prestada, pelo apoio incondicional e compreensão que sempre manifestaram.

À minha família, a base da minha vida. Aos meus pais, por toda a educação e incentivo que me transmitem, por todo o apoio que sempre me deram e por estarem lá nos momentos mais difíceis. Ao meu namorado pela compreensão, apoio e paciência nos momentos mais difíceis, e por me fazer acreditar que era capaz. Por último, não menos importante, agradeço aos meus amigos, colegas de curso e a todos os restantes professores que comigo partilharam o seu saber.

A todos,

O meu muito obrigada.

## RESUMO

Atualmente as sociedades estão perante diversas mudanças, quer a nível social como a nível ambiental (por exemplo, alterações climáticas, mas também a desflorestação). Se comportamentos individuais afetam a sociedade e o quotidiano geral das populações quando se trata dos comportamentos de uma instituição, esses afetam ainda mais o mundo e por isso é cada vez mais importante as instituições serem socialmente responsáveis. O ser socialmente responsável é um comportamento que vai além do cumprimento de todas as imposições legais que existem. Assim torna-se cada vez mais importante a divulgação de aspetos não económicos quer por parte de instituições privadas ou públicas. Neste estudo, as instituições públicas em causa são os municípios portugueses, que são a instituição pública mais próxima ao cidadão. Por isso, o estudo terá como objetivo uma análise de como os Municípios Portugueses se encontram a nível de responsabilidade social e da sua divulgação. Uma análise realizada através da recolha de diversos relatórios de sustentabilidade de diversos municípios de modo a perceber como estes evoluíram ao longo dos anos e se são elaborados em conformidade com a norma GRI. Os resultados obtidos sugerem que de um modo geral os municípios portugueses não aplicam este tipo de ferramenta para divulgarem os aspetos não económicos, apresentando baixos níveis de divulgação de relatórios de sustentabilidade. Os resultados mostram ainda que embora a norma GRI seja o referencial aplicado pelos municípios para a elaboração dos relatórios, a sua aplicação apresenta níveis muito baixos.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Relatórios de Sustentabilidade; GRI; Setor Público; Município.

## **ABSTRACT**

The changes in the world are increasingly evident, both climate change and social change. If individual behaviour of each one of us increasingly affects the lives of others and the world in general when it comes to the behaviours of an institution, these affect the world even more and so it is increasingly important for institutions to be socially responsible. Being socially responsible is a behaviour that goes beyond complying with all the legal impositions that exist. Thus, it is becoming increasingly important to disclose non-economic aspects, whether by private or public institutions. In this study the public institutions in question are the City Councils, which are the public institution most closely linked to the citizen. Therefore, the study will have as objective an analysis of how the Portuguese City Councils are at the level of social responsibility and its disclosure. An analysis carried out through the collection of various sustainability reports from several city councils in order to understand how these have evolved over the years and whether they are prepared in accordance with the GRI standard. The results suggest that in general, Portuguese city councils do not apply this kind of tool to disclose non-economic aspects, presenting low levels of disclosure of sustainability reports. The results also show that although the GRI standard is reference applied by the municipalities for the elaboration of reports, its application presents very low levels.

**Keywords:** Sustainability; Sustainability Reports; GRI; Public Sector; Municipalities.

## Índice

Introdução.....	1
1 Enquadramento da Responsabilidade Social.....	3
1.1 A Evolução, o Conceito e alguns modelos de Responsabilidade Social .....	3
1.2 Responsabilidade Social VS Desenvolvimento sustentável .....	7
2 Sustentabilidade e Relatórios de Sustentabilidade .....	8
2.1 Relatórios de Sustentabilidade.....	11
2.2 Global Reporting Initiative - GRI.....	13
2.2.1 Princípios para relato .....	14
2.2.2 Conteúdo das diretrizes GRI.....	16
2.3 O Setor Público .....	25
3 Metodologia de Investigação.....	30
3.1 Objetivos do estudo .....	30
3.2 Critérios de definição da amostra .....	31
3.3 Análise da divulgação de relatórios de sustentabilidade pelos municípios portugueses e definição da amostra .....	33
4 Caracterização dos municípios da amostra e análise dos seus relatórios .....	37
4.1 Município do Porto .....	38
4.1.1 Relatório de 2017 .....	39
4.1.2 Relatório de 2018 .....	41
4.1.3 Relatório de 2020 .....	44
4.2 Município de Vila Nova de Cerveira.....	47
4.2.1 Relatório de 2016 .....	48

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

---

4.2.2	Relatório de 2017 .....	51
4.2.3	Relatório de 2018 .....	54
4.3	Município de Vila Nova de Famalicão .....	57
4.3.1	Relatório de 2017 .....	58
4.3.2	Relatório de 2020 .....	63
5	Análise da divulgação segundo a norma GRI .....	67
5.1	Município do Porto .....	67
5.2	Município de VNC.....	72
5.3	Município de VNF.....	75
6	Discussão de Resultados.....	80
	Conclusão .....	84
	Referências .....	86
	ANEXOS.....	89
	ANEXO 1 .....	90
	ANEXO 2 .....	98
	ANEXO 3 .....	104

## Índice de Tabelas

Tabela 1. Desenvolvimento do conceito de responsabilidade social .....	4
Tabela 2. Como os líderes definiram sustentabilidade .....	10
Tabela 3. Princípios para relato .....	14
Tabela 4. Conteúdos padrão gerais .....	16
Tabela 5. Conteúdos e requisitos para o relato da forma de gestão.....	19
Tabela 6. Indicadores Económicos .....	20
Tabela 7. Indicadores do Desempenho Ambiental .....	21
Tabela 8. Indicadores do Desempenho Social .....	23
Tabela 9. Dados sobre os relatórios de sustentabilidade dos municípios .....	36
Tabela 10. Pilar económico relatório de 2017 .....	40
Tabela 11. Pilar ambiental relatório de 2017 .....	40
Tabela 12. Pilar social relatório de 2017 .....	41
Tabela 13. Pilar económico relatório de 2018 .....	42
Tabela 14. Pilar ambiental relatório de 2018.....	43
Tabela 15. Pilar social relatório de 2018 .....	44
Tabela 16. A comunidade do município.....	46
Tabela 17. Vertente ambiental.....	47
Tabela 18. Indicadores de desempenho ambiental relatório de 2016.....	50
Tabela 19. Indicadores de desempenho social relatório de 2016 .....	51
Tabela 20. Indicadores de desempenho ambiental relatório de 2017 .....	53
Tabela 21. Indicadores de desempenho social relatório de 2017 .....	54
Tabela 22. Indicadores de desempenho ambiental relatório de 2018.....	56
Tabela 23. Indicadores de desempenho social relatório de 2018 .....	57

Tabela 24. Governança, compromissos e envolvimento relatório de 2017 .....	59
Tabela 25. Sustentabilidade económica relatório de 2017 .....	60
Tabela 26. Sustentabilidade ambiental relatório de 2017 .....	61
Tabela 27. Sustentabilidade social relatório de 2017 .....	62
Tabela 28. Governança relatório de 2020.....	63
Tabela 29. Sustentabilidade económica relatório de 2020 .....	64
Tabela 30. Sustentabilidade social relatório de 2020 .....	64
Tabela 31. Sustentabilidade ambiental relatório de 2020.....	66
Tabela 32. Resumo divulgação dos relatórios do município do Porto .....	67
Tabela 33. Resumo divulgação dos relatórios do município de VNC .....	72
Tabela 34. Resumo divulgação dos relatórios do município de VNF.....	76
Tabela 35. Resumo divulgação nos três municípios.....	82

## **Índice de Figuras**

Figura 1. Pirâmide da responsabilidade social .....	5
Figura 2. <i>Corporate Social Responsibility: a three-domain approach</i> .....	6
Figura 3. <i>Triple Bottom Line</i> .....	8
Figura 4. Estrutura de Relatório GRI.....	14
Figura 5. Tipos de informações em relatórios do setor público .....	30
Figura 6. Localização município do Porto.....	38
Figura 7. Objetivos de desenvolvimento social.....	39
Figura 8. Localização município de VNC .....	48
Figura 9. Localização município de VNF .....	58

## **Índice de Gráficos**

Gráfico 1. Percentagem de municípios com ou sem RS.....	34
Gráfico 2. Municípios de Portugal Continental com ou sem RS.....	34
Gráfico 3. Municípios de Portugal Insular com ou sem RS .....	35
Gráfico 4. Número e percentagem de relatórios divulgados .....	35
Gráfico 5. Evolução da divulgação dos conteúdos padrão gerais do município do Porto ..	68
Gráfico 6. Evolução da divulgação do desempenho económico do município do Porto ....	69
Gráfico 7. Evolução da divulgação do desempenho ambiental do município do Porto .....	70
Gráfico 8. Evolução da divulgação do desempenho social do município do Porto .....	70
Gráfico 9. Evolução da divulgação geral do relatório do município do Porto .....	71
Gráfico 10. Evolução da divulgação dos conteúdos padrão gerais do município de VNC .	73
Gráfico 11. Evolução da divulgação da categoria económica do município de VNC .....	73
Gráfico 12. Evolução da divulgação da categoria ambiental do município de VNC .....	74
Gráfico 13. Evolução da divulgação da categoria social do município de VNC .....	74
Gráfico 14. Evolução da divulgação geral do relatório do município de VNC.....	75
Gráfico 15. Evolução da divulgação dos conteúdos padrão gerais do município de VNF .	77
Gráfico 16. Evolução da divulgação do desempenho económico do município de VNF...	77
Gráfico 17. Evolução da divulgação do desempenho ambiental do município de VNF.....	78
Gráfico 18. Evolução da divulgação do desempenho social do município de VNF .....	78
Gráfico 19. Evolução da divulgação geral do relatório do município de VNF.....	79

## **Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas**

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

GRI – *Global Reporting Initiative*

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

RSE – Responsabilidade Social Empresarial

SSPA – *Setor Supplement for Public Agencies*

VNC – Vila Nova de Cerveira

VNF – Vila Nova de Famalicão

## **Introdução**

Vivemos num mundo onde existem mudanças constantes, quer sejam mudanças positivas ou mudanças negativas. Infelizmente, nos últimos anos as mudanças negativas são as mais evidentes. As mudanças climáticas e as desigualdades económicas que o mundo vive são exemplo dessas mudanças negativas.

Torna-se então urgente que exista uma alteração na consciência em relação a todas essas mudanças e um despertar para as práticas de responsabilidade social. Embora a responsabilidade social não seja algo recente, é recente falar-se na responsabilidade social colocada em prática em empresas.

É cada vez mais importante para as empresas mostrarem as suas práticas de responsabilidade social e de sustentabilidade. As empresas são as responsáveis pelo impacto que as suas operações e atividade causam tanto no nosso planeta, como nas pessoas ou na economia. Para que essas práticas possam ser divulgadas de forma mais acessível e transparente possível são divulgados por parte das empresas os relatórios de sustentabilidade.

Em 1972 foi realizada a primeira grande reunião de chefes de estado designada por Conferência das Organizações das Nações Unidas, onde foram debatidos um conjunto de princípios para a proteção ambiental e desenvolvimento, bem como um leque de recomendações para a sua implementação.

Para que as instituições consigam comunicar à sociedade as suas questões sociais e ambientais surgem assim os relatórios de sustentabilidade e a publicação desses relatórios tem se mostrado cada vez mais relevante. Sendo que foi na década de 1960 que, nos Estados Unidos da América, começaram a ser apresentados relatórios com características socioambientais e mais tarde, por volta dos anos 70, em países europeus, nomeadamente em França, Alemanha e Inglaterra. É, no entanto, importante referir que o marco para a importância dos relatórios de sustentabilidade foi o dia 15 de abril de 2014, pois foi nessa data que foi aprovada, por parte do Parlamento Europeu, a Diretiva sobre o relato de informação não financeira para as empresas. Pode considerar-se que os relatórios de sustentabilidade são “um instrumento de prestação de contas da responsabilidade da empresa” (Montesinos e Brusca, 2019, p.24), que embora tenham

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

---

objetivos mais orientados para instituições do setor privado também podem ser aplicados nas instituições do setor público. Estes relatórios são considerados por Biondi L. e Bracci E. (2018) uma ferramenta muito importante para que as Autarquias Locais consigam satisfazer a exigência dos cidadãos de transparência na parte que respeita à prestação de contas das mesmas.

Os autores Biondi L. e Bracci E. (2018) mencionam também a importância da *Global Reporting Initiative* (GRI), uma organização não-governamental internacional que visa satisfazer a necessidade de transparência de informação relativa à sustentabilidade e oferece uma estrutura credível para a elaboração deste tipo de relatórios. Segundo os referidos autores são as diretrizes dessa organização as que devem ser tidas em conta quando se elaboram os relatórios de sustentabilidade.

Assim a responsabilidade social e a sustentabilidade são temas com cada vez mais importância dentro de uma instituição, sendo que essa importância deve ser transmitida ao cidadão e aos restantes *stakeholders*. Isso pode ser então transmitido através da divulgação dos relatórios de sustentabilidade, daí a grande importância destes relatórios. Se esta importância é tão relevante nas instituições do setor privado ainda mais importante se torna para uma entidade do setor público.

A responsabilidade social é uma função que se considera intrínseca ao setor público, pois este tem como principal objetivo a promoção de melhores condições de vida da população, através da promoção de políticas públicas. Se assim ao falar-se em setor público no geral, ao falar-se em municípios a responsabilidade social ainda se pode considerar uma função mais intrínseca. Embora seja neste setor que há uma maior falha no que toca a elaboração e divulgação de relatórios de sustentabilidade.

Tendo sido identificada essa falta de dados e informações sobre a elaboração e divulgação de relatórios de sustentabilidade no setor público mais propriamente em municípios, tornou-se importante o desenvolvimento deste projeto. Assim este projeto pretende analisar e estudar em que situação se encontram os municípios portugueses em relação à elaboração e divulgação desses relatórios ao longo do tempo e se estas entidades seguem as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI).

Este trabalho irá começar numa primeira parte com uma revisão da literatura sobre responsabilidade social, sustentabilidade e relatórios de sustentabilidade. Numa segunda

parte do trabalho irão ser selecionados um conjunto de municípios para realizar o objetivo do estudo proposto. Os dados sobre os municípios selecionados serão obtidos através dos seus sites institucionais dos municípios em análise e do site Pordata. A análise da evolução dos relatórios de sustentabilidade será feita num intervalo de tempo compreendido entre 2016/2020.

Dada a importância do tema nos dias de hoje a dissertação procura contribuir para que se perceba a real importância da responsabilidade social e dos relatórios de sustentabilidade para este género de entidades. A divulgação dos aspetos sociais, através dos relatórios de sustentabilidade, são uma forma de aumentar a proximidade e a confiança entre municípios e cidadãos. Por isso, é importante mostrar tanto a estas entidades como a cidadãos comuns como qualquer um de nós, o interesse do tema e a importância da existência deste tipo de relatórios.

## **1 Enquadramento da Responsabilidade Social**

Neste capítulo vai ser realizada uma abordagem da responsabilidade social, de modo a perceber como esta surgiu e como se relaciona com a sustentabilidade. Por isso importa saber como a responsabilidade social evoluiu ao longo dos anos e em que modelos a sua aplicação nas instituições se baseia.

### **1.1 A Evolução, o Conceito e alguns modelos de Responsabilidade Social**

Toda e qualquer estratégia que uma instituição queira aplicar nos dias de hoje vai estar condicionada quer pela positiva quer pela negativa. Essas condicionantes podem passar pelos recursos quer económicos quer humanos da empresa, pela cada vez maior globalização que assistimos nos dias de hoje e pelas regras sociais e sustentáveis que são cada vez mais importantes (Faria, 2015). Mas sendo que “uma das mais importantes na hierarquia competitiva da conduta empresarial é a responsabilidade social” (Faria, 2015, p.18).

Vários foram os acontecimentos que marcaram o desenvolvimento do conceito de responsabilidade social, tal como se pode ver na tabela 1.

**Tabela 1. Desenvolvimento do conceito de responsabilidade social**

Ano / Década	Descrição / Acontecimento
1899 (EUA)	Livro “ <i>O Evangelho da riqueza</i> ” pelo autor Andrew Carnegie, aborda a responsabilidade social baseada no princípio da caridade e no princípio da custódia (Faria, 2015)
1919 (EUA)	Caso de Henry Ford <sup>1</sup> , presidente e acionista maioritário da empresa Ford - reverteu parte dos dividendos a favor dos funcionários através de aumento de salários e da constituição de um fundo de reserva (Lee, 2008 <i>apud</i> Faria, 2015, p.22), uma atitude que demonstra uma clara prática de responsabilidade da parte de Henry Ford para com os seus funcionários.
1923	Livro “ <i>Filosofia de Gestão</i> ” de Oliver Sheldon, defendia uma a gestão das empresas mais baseada nas relações humanas (Gomes e Moretti, 2007 <i>apud</i> Faria, 2015, pp. 22-23).
1953 (EUA)	Livro “ <i>Responsabilidades Sociais do Homem de Negócios</i> ” de Bowen que defendia que toda e qualquer ação de uma empresa atinge a vida dos cidadãos em vários aspetos, e que as empresas devem compreender melhor o seu real impacto social quer na sociedade em geral quer na vida de cada cidadão (Bertoncello & Júnior, 2007, p. 71).
Década de 60	Os autores Joseph W. McGuire (1963) e Keith Davis (1967) têm a visão de que as empresas tinham uma responsabilidade que ia muito além de rentabilizarem os lucros. Década em que as empresas começam a despertar para a importância do bem-estar da população (Bertoncello & Júnior, 2007, p. 71).
Década de 70	Década de maior debate sobre a responsabilidade social e um maior interesse em assuntos como “a pobreza, o desemprego, a diversidade, o desenvolvimento, o crescimento económico, a distribuição de rendimento, a poluição, entre outros” (Bertoncello & Júnior, 2007, p. 71).
Década de 80	Publicado o relatório de Brundtland <sup>2</sup> que salienta que os padrões de produção e consumo da época são insustentáveis para que haja um desenvolvimento sustentável, e por isso existe uma necessidade de uma mudança.

**Fonte: Elaboração Própria**

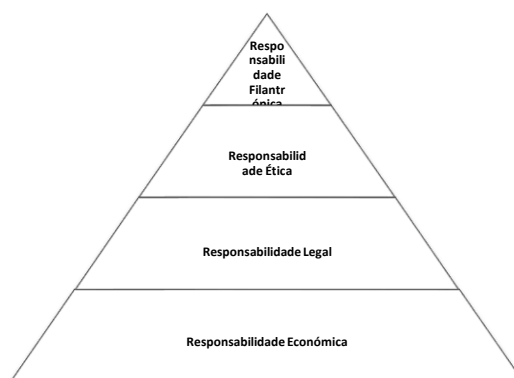
<sup>1</sup> Henry Ford fundador da Ford, foi um empresário pioneiro do capitalismo do bem-estar social concebido para melhorar a situação dos seus trabalhadores. Para Ford eficiência significava contratar e manter os melhores trabalhadores. Em janeiro de 1914, anunciou o seu programa “cinco dólares por dia” que incluía uma redução do horário diário de trabalho de 9 para 8 horas, 5 dias de trabalho por semana, e um aumento do salário-mínimo diário de 2,34 para 5 dólares para trabalhadores qualificados (Faria, 2015, p.22).

<sup>2</sup> O Relatório Brundtland foi publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU que ficou intitulado de Nosso Futuro Comum. O relatório indicou que a pobreza dos países do terceiro mundo ou países menos desenvolvidos e o consumismo elevado dos países do primeiro mundo eram as principais causas que impediam um desenvolvimento igualitário no mundo e, por consequência, originam graves crises ambientais.

O Livro Verde define a responsabilidade social das empresas como um conjunto de ações que, de forma voluntária, a empresa desenvolve, a nível social e ambiental na própria empresa e também nas suas atividades para com a sociedade. O Livro Verde diz que uma empresa socialmente responsável é aquela que para além de obedecer aos requisitos legais, investe em capital humano, investe no ambiente e investe nas relações com a sociedade (Livro Verde, 2001, p. 7). O Livro Verde diz ainda que “... as abordagens das empresas aos relatórios sociais são diversificados como as suas abordagens ao conceito de responsabilidade social” (Livro Verde, 2001, p.18).

No que diz respeito a modelos de responsabilidade social, Bertonecello & Júnior (2007) mencionam que em 1979 surge um significado mais amplo de Responsabilidade Social com o trabalho de Carrol, nesse significado o autor sugere um modelo onde são incluídas “uma variedade de responsabilidades das empresas junto à sociedade” (Bertonecello & Júnior, 2007, p.71). Este modelo foi reformulado em 1991, criando uma pirâmide (Figura 1) onde consta essa variedade de responsabilidades. O modelo engloba quatro tipos de responsabilidade: a responsabilidade económica, a legal, a ética e a filantrópica.

**Figura 1. Pirâmide da responsabilidade social**

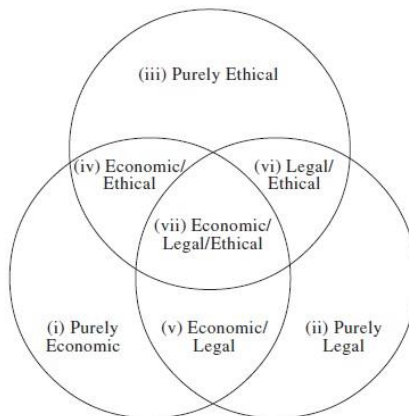


**Fonte: Elaboração própria baseada em Silva (2014)**

Em 2003 surgiu um novo modelo, este modelo assentava na reformulação da pirâmide inicialmente apresentada por Carrol. Este novo modelo era composto por três círculos que representavam as três áreas de responsabilidade social: a económica, a ética e a legal, e disposto em diagrama de Venn. Os autores decidiram não incluir no modelo a

área filantrópica pois achavam que para a sociedade poderia ser difícil distinguir entre filantropia e ética (Schwartz & Carrol, 2003). A figura seguinte demonstra melhor o modelo apresentado pelos autores.

**Figura 2. Corporate Social Responsibility: a three-domain approach**



**Fonte: Schwartz & Carrol (2003)**

Com este novo modelo passa a ser possível identificar sete categorias de responsabilidade social (Schwartz & Carrol, 2003, pp. 509-518):

1. puramente económica – conjunto das atividades que as empresas desenvolvem com objetivo de gerar lucros, sendo atividades legais ou ilegais;
2. puramente legal – as empresas baseiam-se apenas nos princípios legais e desenvolvem ações que não proporcionam nenhum benefício económico seja direto ou indireto;
3. puramente ética – a empresa desenvolve atividades pensando no que a sociedade valoriza;
4. económica/ética – as atividades desenvolvidas para além de gerarem bons negócios e lucros, também desenvolvem boas práticas éticas;
5. económica/legal – comportamento oportunista por parte das empresas. Ou seja, são comportamentos económicos que embora sejam legais não são éticos;

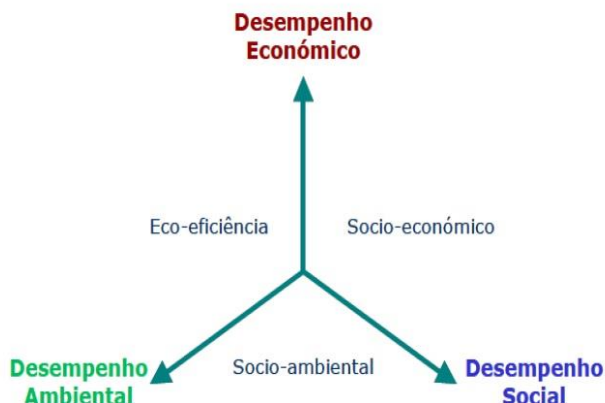
6. legal/ética – atividades que não têm a finalidade do lucro e dos benefícios económicos, mas que derivam de cumprimentos legais e éticos;
7. económica/legal/ética – são agregadas as três esferas da responsabilidade social, a económica, a legal e a ética. Neste domínio a empresa junta a obtenção de lucro e benefícios económicos, o respeito pelos requisitos legais e ainda age em conformidade com as práticas éticas. A junção destas três esferas forma o equilíbrio perfeito numa empresa.

## **1.2 Responsabilidade Social VS Desenvolvimento sustentável**

Já vimos anteriormente que a responsabilidade social não é mais que um compromisso que uma instituição deve assumir perante a sociedade onde se encontra inserida. Este compromisso pode ser feito através de comportamentos e ações que possam contribuir para a melhoria das condições de vidas das pessoas dessa sociedade (Ribeiro, 2003). Assim podemos dizer que a RSE “é o compromisso empresarial de contribuir para o desenvolvimento económico sustentável, trabalhando em conjunto com os empregados, suas famílias, a comunidade local e a sociedade em geral para melhorar sua Qualidade de Vida, de maneira que sejam boas tanto para as empresas como para o desenvolvimento.” (Banco Mundial, 2002 *apud* Kreitlon, 2004).

É necessário então encontrar-se um equilíbrio entre os aspetos económico, ambiental e social de qualquer atividade, pois as atividades económicas são desenvolvidas por diversos agentes económicos. Desses diversos agentes económicos fazem parte as empresas que são aquelas que “têm um papel importantíssimo para o alcance dos níveis de desenvolvimentos sustentáveis desejáveis” (Sustentare, 2009, p.5). É então apresentada por Teixeira (2011) a perspetiva que Antunes *et al.* (2003) expõem sobre a relação entre o conceito de responsabilidade social e a noção de sustentabilidade. Essa perspetiva é “representada pelo conceito de Triple Bottom Line, introduzido por Elkington (1997), que traduz o facto de as empresas integrarem a responsabilidade social e ambiental, a par dos objetivos económicos, nos seus processos de decisão a todos os níveis” (Antunes *et al.*, 2003 *apud* Teixeira, 2011). Na Figura 3 podemos ver a representação gráfica do conceito de *Triple Bottom Line*:

Figura 3. Triple Bottom Line



Fonte: Teixeira 2011, p.16

Foi através da publicação do Relatório Brundtland, em 1987, que o conceito de desenvolvimento sustentável ganha mais relevância. Segundo Rego *et al.* (2013) este relatório propõe o conceito de desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas” (Rego *et al.*, 2013, p.11). Embora existam muitas mais definições e conceitos de desenvolvimento sustentável, este conceito apresentado pelo relatório Brundtland é o mais amplamente aceite.

## 2 Sustentabilidade e Relatórios de Sustentabilidade

Como mencionado anteriormente, o desenvolvimento sustentável exige a conciliação das vertentes económica, social e ambiental. Tal leva à necessidade de criar uma definição mais específica. Essa definição diz que a sustentabilidade empresarial tem de “satisfazer as necessidades dos stakeholders diretos e indiretos da empresa (empregados, clientes, grupos de pressão, comunidades, etc.), sem comprometer a capacidade da mesma de também satisfazer as necessidades de futuros stakeholders” (Dyllick e Hockerts, 2002, p. 131 *apud* Rego *et al.*, 2013).

Estas definições são sustentadas pelo modelo anteriormente referido, o Triple Bottom Line (figura 3), ou também designado de People, Planet, Profit. O modelo caracteriza a ação das empresas que se interessam não só pela parte financeira mas também pelas questões ambientais e sociais, pois são três pilares que se influenciam

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

---

reciprocamente. Senão vejamos, uma empresa que tenha lucros pode melhorar as condições de trabalho dos seus funcionários e investir em tecnologias mais sustentáveis. As melhores condições de trabalho levam a uma maior rentabilidade. Por sua vez, as preocupações ambientais por parte da empresa, como optar por tecnologias mais sustentáveis levam a uma melhor reputação junto do mercado. (Rego *et al*, 2013)

Um estudo<sup>3</sup> realizado por Rego *et al.* (2013) tentou compreender quais as concepções que os líderes<sup>4</sup> têm sobre sustentabilidade e qual a relevância que esta tem para a gestão das empresas. No estudo são inquiridos diversos líderes de diferentes empresas em Portugal que deram diversas respostas no que respeita à noção de sustentabilidade, essas respostas foram organizadas em quatro categorias como se pode ver na tabela 2.

Para uma grande parte dos líderes a sustentabilidade representa continuidade, perenidade e orientação de longo prazo. Para outros, a sustentabilidade representa a capacidade de assegurar um ou vários elementos do Triple Bottom. Já alguns líderes definiram sustentabilidade como uma combinação dos dois sentidos já mencionadas. Por fim, três destes líderes que remeteram a definição de sustentabilidade para equilíbrios internos na organização.

---

<sup>3</sup> Estudo realizado no âmbito do livro “Liderança para a Sustentabilidade: a voz de quem lidera em Portugal”, onde a partir de entrevistas se pretendeu que gestores de topo de empresas que operavam em Portugal respondessem a quatro perguntas. Essas perguntas eram: “Quais as concepções dos líderes acerca da sustentabilidade e da gestão para a sustentabilidade?”; “Que facilitadores à gestão sustentável identificam?”; “Que barreiras e obstáculos consideram mais problemáticos para o desenvolvimento de organizações sustentáveis?”; e “Como avaliam a gestão sustentável em Portugal, em comparação com o panorama de outros países europeus?”

<sup>4</sup> Estes são 72 CEO’s de diferentes empresas em Portugal, dos diferentes setores económicos, que foram abordados no âmbito do estudo de Rego *et al.* (2013).

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

**Tabela 2. Como os líderes definiram sustentabilidade**

Conceções de sustentabilidade	Excertos das entrevistas	% de líderes
Sustentabilidade como continuidade, perenidade, orientação de longo prazo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Capacidade de gerar recursos suficientes para que as organizações se mantenham e perdurem no tempo, minimizando os riscos de negócio.”</li> <li>• “É fazer bem o trabalho hoje. O futuro faz-se hoje. Se nos demitirmos de fazer o nosso trabalho, o futuro será difícil.”</li> <li>• “Permanência, sobrevivência, manutenção, continuidade.”</li> <li>• “Algo duradouro, algo consistente, com legitimidade, com raízes.”</li> <li>• “Viver dentro dos limites do possível, sem que os recursos sejam consumidos excessivamente, para os podermos ter mais tarde.”</li> <li>• “É o atributo das empresas que lhes permite assegurar um futuro.”</li> </ul>	37%
Sustentabilidade como a capacidade da gestão de assegurar um ou vários elementos do tripé <i>profits, people, planet</i> .	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Para além dos aspetos ecológicos, para mim tem uma questão básica: rentabilidade. Só as organizações sustentáveis podem incluir nas suas preocupações a parte ambiental, de recursos (humanos e outras).”</li> <li>• “O que eu faço é assegurar que a organização cumpra a sustentabilidade a três níveis: económico, social e ambiental. Se o primeiro (económico) não for assegurado, é muito difícil os outros.”</li> <li>• “A base é a sustentabilidade económica. Mas tem outras vertentes, nomeadamente a vida o planeta.”</li> </ul>	17%
Sustentabilidade como a combinação o primeiro sentido (perenidade, permanência) com o segundo (a gestão de vertente económica associada à gestão de outras vertentes)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “É a capacidade das empresas permanecerem no tempo em todas as suas vertentes: económica, financeira, ambiental, humana.”</li> <li>• “Assegurar que os nossos sucessores produzam resultados melhores do que nós produzimos. Esses resultados têm de ser: económicos; responsabilidade corporativa (impacto nas comunidades em que estamos); impacto da pegada ambiental das nossas atividades.”</li> <li>• “É a situação ou a capacidade de manter uma evolução sustentada/continuada, num horizonte largo. Reunir um conjunto de condições para isso: triple Bottom line.”</li> </ul>	40%
Sustentabilidade como equilíbrio/alinhamento interno	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Sustentabilidade (...) ter a ver com equilíbrio, num sistema de entradas e saídas, para que esse sistema seja sustentável; enquanto não tiver equilíbrio, não é sustentável.”</li> <li>• “Dinamismo numa série de processos que aportam energia ... que permite que os sistemas continuem a carburar, havendo equilíbrio entre o que recebe e o que produz. Quando isso não acontece, há então desequilíbrios (...).”</li> </ul>	4%

Fonte: Rego *et al.*, 2013, pp.34-35

## 2.1 Relatórios de Sustentabilidade

A elaboração de relatórios de sustentabilidade “consiste na prática de medir, divulgar e prestar contas às várias partes interessadas sobre o desempenho das organizações visando atingir o objetivo do desenvolvimento sustentável” (Dias, 2009, p.44). Entende-se então que “Relatório de sustentabilidade” é um termo amplo considerado sinónimo de outros relatórios cujo objetivo é descrever os impactos económicos, ambientais e sociais (também conhecido como *triple bottom line*) de uma organização, como o relatório de responsabilidade social empresarial, o balanço social, ente outros (GRI, 2006). O relatório de sustentabilidade é um documento que deve descrever de uma forma equilibrada o desempenho da sustentabilidade da organização que o elabora, deve incluir tanto informações positivas como negativas.

A publicação destes relatórios é a forma de responder às expectativas dos *stakeholders* e ainda contribuir para o bem-estar da sociedade. Gray (2000) considera que a existência destes relatórios é essencial para o bom funcionamento de uma democracia. Este mesmo autor assume ainda que qualquer sociedade com pretensões para a justiça social, e que procure um futuro sustentável, tenta redescobrir algumas relações menos exploradoras e menos isoladas com o ambiente natural, precisando assim de relatórios sociais e ambientais como um componente ao redirecionamento de sua organização social e económica. Ou seja, segundo Teixeira (2011), os relatórios de sustentabilidade devem ter como objetivo a transmissão, de forma transparente, dos valores e dos princípios corporativos, das práticas de gestão e do desempenho da organização.

São vários os motivos para que as empresas elaborem relatórios de sustentabilidade. A empresa emite o relatório porque acredita que a organização de uma forma ou de outra beneficiará com isso. As principais razões apontadas para que as empresas emitam relatórios de sustentabilidade são:

- Demonstrar compromisso e ser transparente;
- Demonstrar capacidade de participar em mercados competitivos;
- Planear atividades, tornar-se mais sustentável e posicionar a empresa;
- Seguir a legislação.

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

---

Teixeira (2011) menciona que embora até agora a sua publicação fosse um ato voluntário, isso tem vindo a alterar-se com a introdução da obrigatoriedade da comunicação pelas empresas de aspetos relacionados com o Desenvolvimento Sustentável. Esta obrigatoriedade tem vindo a acontecer em países nórdicos, França ou Alemanha.

Segundo Rosca *et* Dorin-Paul (2019), em 2011 a Bolsa de Valores de Singapura lançou uma "Orientação de Relatório de Sustentabilidade" e exigiu que suas empresas com valores cotados gerissem os seus negócios de uma forma sustentável. Além da bolsa de valores de Singapura, muitas outras bolsas decidiram criar formas de medirem o desempenho sustentável das empresas. Uma dessas formas foi através da criação de índices de sustentabilidade. A primeira foi a Bolsa de Valores de Nova Iorque que criou o Índice Dow Jones de Sustentabilidade em 1999. Seguiu-se a Bolsa de Valores de Londres que criou o FTSE4Good (Financial Times Stock Exchange) em 2001, entre outras. Atualmente, 18 bolsas de valores usam índices globais de sustentabilidade (Albuquerque da Silva *et al.*, 2019 *apud* Rosca *et* Dorin-Paul, 2019).

Tal como tudo o que as empresas fazem, a publicação destes relatórios acaba por trazer benefícios. No estudo de Rosca & Dorin-Paul (2019) foram identificados diversos benefícios ligados aos relatórios de sustentabilidade. Esses benefícios passam por:

- ser uma indicação de previsão e melhoramento dos resultados financeiros futuros;
- mostrar aos stakeholders como os seus processos de gestão de risco empresarial são eficazes;
- estes relatórios pressupõem a adoção de práticas sustentáveis, e essas práticas preparam as empresas para regulamentos ou leis inevitáveis;
- as iniciativas de sustentabilidade são por norma vistas de uma forma positiva por de investidores e dos stakeholders;
- os investidores investem na empresa que for mais ambiental e socialmente responsável, o que é visto através destes relatórios;

- uma empresa que seja mais ambiental, mais socialmente responsável e eticamente orientada tem empregados, fornecedores, clientes e stakeholders mais inspirados em fazer o mesmo;
- a necessidade dos investidores de mais informação transparente e fiável sobre sustentabilidade.

Para além de benefícios, também existem dificuldades. No que toca a esse aspeto são apresentadas algumas limitações e críticas:

- Siew (2015) aponta que o relatório de sustentabilidade pode ser visto como uma forma de esconder práticas reais;
- o facto de não existirem normas geralmente aceites e por isso há uma falta de auditoria associada a muitos dos relatórios emitidos;
- sendo as diretrizes da GRI aquelas que mais são utilizadas, para alguns autores estas diretrizes não são suficientes para os relatórios serem relevantes e claros;
- não ser obrigatório em todos os países por lei e não sob um padrão global (Rosca, P.C., & Dorin-Paul, B., 2019).

## 2.2 Global Reporting Initiative - GRI

Segundo Rodrigues (2019), existem vários mecanismos utilizados para a elaboração e divulgação de Relatórios de Sustentabilidade. Esses mecanismos, na sua maioria, são orientados por instruções da *Global Reporting Initiative (GRI)*<sup>5</sup>, por diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) direcionadas para empresas multinacionais e pela Organização Internacional de Normalização (ISO 26000, Norma Internacional de Responsabilidade Social).

Uma das estruturas mais utilizada para essa elaboração é a apresentada pela GRI, pois são as mais aceites no geral. Essa estrutura (Figura 4) baseia-se em diretrizes que “consistem de princípios para a definição do conteúdo do relatório e a garantia da qualidade das informações relatadas. Incluem também o conteúdo do relatório, composto

---

<sup>5</sup> A GRI é uma instituição internacional independente cujo objetivo é o da elaboração, desenvolvimento e difusão de diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. Existe desde 1997.

de indicadores de desempenho e outros itens de divulgação, além de orientações sobre temas técnicos específicos relativos à elaboração do relatório.” (GRI, 2006).

Figura 4. Estrutura de Relatório GRI



Fonte: GRI, 2006

### 2.2.1 Princípios para relato

Tabela 3. Princípios para relato

Princípio	Descrição
<b>Princípios para definição do conteúdo do relatório</b>	
<b>Inclusão de Stakeholders</b>	A organização deve identificar os seus <i>stakeholders</i> e explicar no relatório as medidas que adotou para responder às expectativas e interesses razoáveis dessas partes.
<b>Contexto da Sustentabilidade</b>	O relatório deve descrever o desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade.
<b>Materialidade</b>	O relatório deve abordar aspetos que: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reflitam impactos económicos, ambientais e sociais significativos da organização; ou</li> <li>• Possam influenciar, substantivamente, as avaliações e decisões dos <i>stakeholders</i>.</li> </ul>
<b>Compleitude</b>	A cobertura de aspetos materiais e seus limites deve ser suficientemente ampla para refletir impactos económicos, ambientais e sociais significativos e permitir que <i>stakeholders</i> avaliem o desempenho da organização no período analisado.

**Tabela 3. Princípios para relato (cont.)**

<b>Princípios para assegurar a qualidade do relatório</b>	
<b>Equilíbrio</b>	O relatório deve refletir aspetos positivos e negativos do desempenho da organização, de modo a permitir uma avaliação equilibrada do seu desempenho geral.
<b>Comparabilidade</b>	A organização deve selecionar, compilar e relatar as informações de forma consistente. As informações relatadas devem ser apresentadas de modo que permita aos <i>stakeholders</i> analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e subsidiar análises relacionadas a outras organizações.
<b>Exatidão</b>	As informações devem ser suficientemente precisas e detalhadas para que os <i>stakeholders</i> possam avaliar o desempenho da organização relatora.
<b>Tempestividade</b>	Uma organização deve publicar o relatório regularmente e disponibilizar as informações a tempo para que os <i>stakeholders</i> tomem decisões fundamentadas.
<b>Clareza</b>	As informações devem ser disponibilizadas de uma forma compreensível e acessível aos <i>stakeholders</i> que usam o relatório.
<b>Confiabilidade</b>	A organização deve coletar, registar, compilar, analisar e divulgar informações e processos usados na elaboração do relatório de uma forma que permita sua revisão e estabeleça a qualidade e materialidade das informações.

**Fonte: Elaboração própria com informação de GRI, 2013**

Começando pelos princípios para elaboração do relato de sustentabilidade estes, dividem-se em dois grupos: os princípios para definição do conteúdo e os princípios para a definição da qualidade (tabela 3).

Os princípios para a definição do conteúdo auxiliam as empresas a decidir que conteúdo devem incluir no relatório. Segundo GRI (2016a) estes princípios foram desenvolvidos de forma a serem utilizados de forma combinada de modo a identificar a informação que será relevante e assim possível de ser incorporada no relatório de sustentabilidade da empresa.

Já os princípios para a definição de qualidade oferecem opções às empresas para estas assegurarem a qualidade das informações relatadas e para as poderem apresentar de

modo adequado. Quanto maior for a qualidade das informações apresentadas melhor os stakeholders realizam avaliações fidedignas sobre a empresa.

### 2.2.2 Conteúdo das diretrizes GRI

No que se refere aos conteúdos dos relatórios estes podem ser agrupados em duas partes: os conteúdos padrão gerais e os conteúdos padrão específicos. Sendo que aqui é mostrado “o conteúdo que deve ser incluído no relatório. As Diretrizes identificam as informações a ser divulgadas, que são relevantes e essenciais para a maioria das organizações e do interesse da maior parte dos stakeholders, em três categorias de conteúdo...” (GRI, 2006, p. 5). Para além de ser importante perceber a atual composição das diretrizes da GRI, é também importante perceber que alterações existiram das anteriores diretrizes para as atuais, como se pode ver no Anexo 1.

Começando então pelos conteúdos padrão gerais são aplicados a todas as empresas que elaboram relatórios de sustentabilidade. Segundo a GRI (2016b) os conteúdos gerais são os seguintes: perfil organizacional, estratégia, ética e integridade, governança, envolvimento dos *stakeholders* e prática de relato.

**Tabela 4. Conteúdos padrão gerais**

<b>Perfil organizacional</b>	
<b>102-1</b>	Nome da organização
<b>102-2</b>	Atividades, marcas, produtos e serviços
<b>102-3</b>	Localização da sede da organização
<b>102-4</b>	Local de operações
<b>102-5</b>	Natureza da propriedade e forma jurídica
<b>102-6</b>	Mercados atendidos
<b>102-7</b>	Porte da organização
<b>102-8</b>	Informações sobre empregados e outros trabalhadores
<b>102-9</b>	Cadeia de fornecedores
<b>102-10</b>	Mudanças significativas na organização e em sua cadeia de fornecedores
<b>102-11</b>	Princípio ou abordagem da precaução
<b>102-12</b>	Iniciativas externas
<b>102-13</b>	Participação em associações

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

**Tabela 4. Conteúdos Padrão Gerais (cont.)**

<b>Estratégia</b>	
<b>102-14</b>	Declaração do mais alto executivo
<b>102-15</b>	Principais impactos, riscos e oportunidades
<b>Ética e integridade</b>	
<b>102-16</b>	Valores, princípios, normas e códigos de comportamento
<b>102-17</b>	Mecanismos para orientações e preocupações referentes a ética
<b>Governança</b>	
<b>102-18</b>	Estrutura de governança
<b>102-19</b>	Delegação de autoridade
<b>102-20</b>	Responsabilidade de cargos e funções de nível executivo por tópicos económicos, ambientais e sociais
<b>102-21</b>	Consulta a stakeholders sobre tópicos económicos, ambientais e sociais
<b>102-22</b>	Composição de governança e dos seus comités
<b>102-23</b>	Presidente do mais alto órgão de governança
<b>102-24</b>	Seleção e nomeação para o mais alto órgão de governança
<b>102-25</b>	Conflitos de interesse
<b>102-26</b>	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na definição de propósito, valores e estratégia
<b>102-27</b>	Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança
<b>102-28</b>	Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança
<b>102-29</b>	Identificação e gestão de impactos económicos, ambientais e sociais
<b>102-30</b>	Eficácia dos processos de gestão de risco
<b>102-31</b>	Análise de tópicos económicos, ambientais e sociais
<b>102-32</b>	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade
<b>102-33</b>	Comunicação de preocupações cruciais
<b>102-34</b>	Natureza e número total de preocupações cruciais
<b>102-35</b>	Políticas de remuneração
<b>102-36</b>	Processo para determinação da remuneração
<b>102-37</b>	Envolvimento dos stakeholders na remuneração
<b>102-38</b>	Proporção da remuneração total anual
<b>102-39</b>	Proporção do aumento percentual na remuneração total anual

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

**Tabela 4. Conteúdos Padrão Gerais (cont.)**

<b>Envolvimento com Stakeholders</b>	
<b>102-40</b>	Lista de grupos de stakeholders
<b>102-41</b>	Acordos de negociação coletiva
<b>102-42</b>	Identificação e seleção de stakeholders
<b>102-43</b>	Abordagem para envolvimento de stakeholders
<b>102-44</b>	Principais preocupações e tópicos levantados
<b>Prática de relato</b>	
<b>102-45</b>	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas
<b>102-46</b>	Definição do conteúdo do relatório e dos limites de tópicos
<b>102-47</b>	Lista de tópicos materiais
<b>102-48</b>	Reformulações de informações
<b>102-49</b>	Alterações no relato
<b>102-50</b>	Período coberto pelo relatório
<b>102-51</b>	Data do relatório mais recente
<b>102-52</b>	Ciclo de emissão de relatórios
<b>102-53</b>	Contacto para perguntas sobre o relatório
<b>102-54</b>	Declarações de relato em conformidade com as normas GRI
<b>102-55</b>	Sumário de conteúdo da GRI
<b>102-56</b>	Verificação externa

**Fonte: GRI (2016b)**

Passando para o conteúdo específico, este organiza os conteúdos em dois grupos que são: informação sobre a forma de gestão e indicadores.

A informação sobre a forma de gestão explica em que contexto deve ser interpretado o desempenho da empresa numa área específica e permiti que a organização explique também como impactos económicos, ambientais e sociais estão relacionados com os tópicos materiais. As formas de gestão estão descritas sucintamente na tabela 5.

**Tabela 5. Conteúdos e requisitos para o relato da forma de gestão**

Conteúdos	Requisitos
<b>103-1 Explicação do tópico material e seu limite</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma explicação de porque o tópico é material.</li> <li>• O limite para tópico material. Que inclui uma descrição de onde ocorre os impactos e o envolvimento da organização com os impactos.</li> <li>• Qualquer limitação quanto ao limite do tópico.</li> </ul>
<b>103-2 Forma de gestão e seus componentes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma explicação de como a organização gere o tópico.</li> <li>• Uma declaração sobre propósito da forma de gestão.</li> <li>• Uma descrição dos componentes, caso estejam incluídos na forma de gestão: políticas, compromissos, objetivos e metas, responsabilidades, recursos, mecanismos de queixas e ações específicos, como processos, projetos, programas e iniciativas.</li> </ul>
<b>103-3 Avaliação da forma de gestão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma explicação de como avalia a forma de gestão, incluindo os mecanismos para avaliar a eficácia da forma de gestão, os resultados e ajustes na forma gestão.</li> </ul>

Fonte: GRI (2016c)

No caso dos conteúdos e requisitos para o relato da forma de gestão, nas diretrizes anteriores, este centrava-se apenas num tópico.

Quanto aos indicadores fornecem informações sobre o desempenho ou impactos económicos, ambientais e sociais da empresa relacionados aos seus tópicos materiais. Como consta no GRI (2016c) os indicadores de desempenho são compostos por três séries: económicos (série 200), ambientais (série 300) e sociais (série 400) e foram desenvolvidos para serem utilizados juntamente com a norma de gestão com objetivo de fornecer um relatório completo dos impactos da organização.

Começando pelo desempenho económico (série 200) este refere-se aos impactos que a empresa tem sobre as condições económicas dos seus stakeholders, e sobre os sistemas económicos quer locais quer nacionais. Pode então dizer-se que os indicadores económicos ilustram os fluxos de capital entre os diferentes *stakeholders* e os principais impactos económicos da organização sobre a sociedade como um todo (GRI, 2006). Este indicador encontra-se apresentado, de forma resumida, na tabela 6.

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

**Tabela 6. Indicadores Económicos**

<b>Aspetos</b>	<b>Indicadores</b>
<b>Económica (201)</b>	<p><b>201-1:</b> Valor económico direto gerado e distribuído.</p> <p><b>201-2:</b> Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas.</p> <p><b>201-3:</b> Obrigações do plano de benefícios.</p> <p><b>201-4:</b> Apoio financeiro recebido do governo.</p>
<b>Presença no Mercado (202)</b>	<p><b>202-1:</b> Proporção entre o salário mais baixo e salário mínimo local com discriminação por género.</p> <p><b>202-2:</b> Proporção de membro da diretoria contratados na comunidade local.</p>
<b>Impactos económicos indiretos (203)</b>	<p><b>203-1:</b> Investimentos em infraestruturas e apoio a serviços.</p> <p><b>203-2:</b> Impactos económicos indiretos significativos.</p>
<b>Prática de compra (204)</b>	<p><b>204-1:</b> Proporção de gastos com fornecedores locais.</p>
<b>Combate à Corrupção (205)</b>	<p><b>205-1:</b> Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção.</p> <p><b>205-2:</b> Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção.</p> <p><b>205-3:</b> Casos confirmados e medidas tomadas.</p>
<b>Concorrência desleal (206)</b>	<p><b>206-1:</b> Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio.</p>
<b>Tributos (207)</b>	<p><b>207-1:</b> Abordagens tributária.</p> <p><b>207-2:</b> Governança, controlo e gestão de risco fiscal.</p> <p><b>207-3:</b> Envolvimento dos stakeholders e gestão de suas preocupações quanto a tributos.</p> <p><b>207-4:</b> Relato país-a-país.</p>

Fonte: GRI Standards, 2018 *apud* Pina, 2021

Depois do desempenho económico passa-se para o desempenho ambiental (série 300). A degradação ambiental é o assunto do século e o seu aumento nos últimos anos tem levado as empresas e as pessoas a preocuparem-se mais com as consequências que os seus comportamentos têm no ambiente. Assim, as empresas procuram a adotar sistemas que beneficiem a proteção ambiental. Pode então dizer-se que este indicador diz respeito aos impactos das organizações sobre os ecossistemas, incluindo os aspetos bióticos e abióticos (solo, ar e água) (GRI, (2013). A série 300 abrange o desenvolvimento relacionado a consumos e produção, abrange também o desenvolvimento relativo à

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

biodiversidade, entre outras informações (GRI, 2006), como podemos ver descrito sucintamente na tabela 7.

Este tipo de informação ambiental não é de divulgação obrigatória por parte das empresas. Desta forma, podem divulgá-la de forma voluntária para puderem responder às mudanças estruturais, mas também estabelecer um diálogo transparente com os seus *stakeholders* (Roma, 2016).

**Tabela 7. Indicadores do Desempenho Ambiental**

<b>Aspetos</b>	<b>Indicadores</b>
<b>Materiais (301)</b>	<p><b>301-1:</b> Materiais usados, discriminados por peso ou volume.</p> <p><b>301-2:</b> Percentual de materiais usados provenientes de reciclagem.</p> <p><b>301-3:</b> Produtos e suas embalagens recuperados.</p>
<b>Energia (302)</b>	<p><b>302-1:</b> Consumo de energia dentro da organização.</p> <p><b>302-2:</b> Consumo de energia fora da organização.</p> <p><b>302-3:</b> Intensidade energética.</p> <p><b>302-4:</b> Redução do consumo de energia.</p> <p><b>302-5:</b> Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços.</p>
<b>Águas e efluentes (303)</b>	<p><b>303-1:</b> Interações com água como um recurso compartilhado.</p> <p><b>303-2:</b> Gestão de impactos relacionados ao descarte de água.</p> <p><b>303-3:</b> Captação de água.</p> <p><b>303-4:</b> Descarte de água.</p> <p><b>303-5:</b> Consumo de água.</p>
<b>Biodiversidade (304)</b>	<p><b>304-1:</b> Unidades operacional própria, arrendada ou gerida dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental.</p> <p><b>304-2:</b> Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade.</p> <p><b>304-3:</b> Habitats protegidos ou restaurados.</p> <p><b>304-4:</b> Número total de espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas de conservação com habitats situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção.</p>

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

**Tabela 7. Indicadores do Desempenho Ambiental (Cont.)**

<b>Emissões (305)</b>	<p><b>305-1:</b> Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE).</p> <p><b>305-2:</b> Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE).</p> <p><b>305-3:</b> Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa.</p> <p><b>305-4:</b> Intensidade de emissões de gases de efeito estufa.</p> <p><b>305-5:</b> Redução de emissões de gases de efeito estufa.</p> <p><b>305-6:</b> Emissões de substâncias que destroem a camada de ozono (SDO).</p> <p><b>305-7:</b> Emissões de NO<sub>x</sub>, SO<sub>x</sub>, e outras emissões atmosféricas significativas.</p>
<b>Resíduos (306)</b>	<p><b>306-1:</b> Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos.</p> <p><b>306-2:</b> Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos.</p> <p><b>306-3:</b> Resíduos gerados.</p> <p><b>306-4:</b> Resíduos não destinados para disposição final.</p> <p><b>306-5:</b> Resíduos destinados para disposição final.</p>
<b>Conformidade Ambiental (307)</b>	<p><b>307-1:</b> Não conformidade com leis e regulamentos ambientais.</p>
<b>Avaliação Ambiental de fornecedores (308)</b>	<p><b>308-1:</b> Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais. <b>308-2:</b> Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas.</p>

Fonte: GRI Standards, 2018 *apud* Pina, 2021

E por último é apresentado o desempenho social (série 400), esse desempenho incide sobre a dimensão social que causa impacto na atividade de uma organização na sociedade, ou seja, os seus empregados, os seus clientes, a comunidade, os seus fornecedores e os sócios empresariais. Podemos então dizer que este indicador trabalha a questão do emprego, relações de trabalho, saúde e segurança do trabalho entre outros. Podemos ver este indicador descrito resumidamente na tabela 8.

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

**Tabela 8. Indicadores do Desempenho Social**

<b>Aspetos</b>	<b>Indicadores</b>
<b>Emprego (401)</b>	<p><b>401-1:</b> Novas contratações e rotatividade de empregos.</p> <p><b>401-2:</b> Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial.</p> <p><b>401-3:</b> Licença de maternidade/paternidade.</p>
<b>Relações de Trabalho (402)</b>	<p><b>402-1:</b> Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais.</p>
<b>Saúde e Segurança do trabalho (403)</b>	<p><b>403-1:</b> Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho.</p> <p><b>403-2:</b> Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes.</p> <p><b>403-3:</b> Serviços de saúde do trabalho.</p> <p><b>403-4:</b> Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho.</p> <p><b>403-5:</b> Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho.</p> <p><b>403-6:</b> Promoção da saúde do trabalhador.</p> <p><b>403-7:</b> Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança.</p> <p><b>403-8:</b> Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho.</p> <p><b>403-9:</b> Acidentes de trabalho.</p> <p><b>403-10:</b> Doenças profissionais.</p>
<b>Capacitação e Educação (404)</b>	<p><b>404-1:</b> Média de horas de capacitação por ano, por empregado.</p> <p><b>404-2:</b> Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira.</p> <p><b>404-3:</b> Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e desenvolvimento de carreira.</p>
<b>Diversidade e igualdade de oportunidade (405)</b>	<p><b>405-1:</b> Diversidade em órgão de governança e empregados.</p> <p><b>405-2:</b> Proporção entre o salário-base e a remuneração recebida pelas mulheres e a remuneração recebida pelos homens.</p>
<b>Não discriminação (406)</b>	<p><b>406-1:</b> Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas.</p>
<b>Liberdade sindical e negociação Coletiva (407)</b>	<p><b>407-1:</b> Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical à negociação coletiva pode estar em risco.</p>
<b>Trabalho Infantil (408)</b>	<p><b>408-1:</b> Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil.</p>

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

**Tabela 8. Indicadores do Desempenho Social (Cont.)**

<b>Trabalho Forçado ou análogo ao escravo (409)</b>	<b>409-1:</b> Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo.
<b>Práticas de segurança (410)</b>	<b>410-1:</b> Pessoal de segurança em políticas ou procedimentos de DH.
<b>Direitos de Povos Indígenas (411)</b>	<b>411-1:</b> Casos de violação de direitos de povos indígenas.
<b>Avaliação de DH (412)</b>	<p><b>412-1:</b> Operações submetidas a avaliações de direitos humanos ou impacto nos direitos humanos.</p> <p><b>412-2:</b> Capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos.</p> <p><b>412-3:</b> Acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas sobre direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação de direitos humanos.</p>
<b>Comunidades locais (413)</b>	<p><b>413-1:</b> Operações com engajamento, avaliações de impactos e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local.</p> <p><b>413-2:</b> Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades.</p>
<b>Avaliação social de fornecedores (414)</b>	<p><b>414-1:</b> Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais.</p> <p><b>414-2:</b> Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas.</p>
<b>Políticas pública (415)</b>	<b>415-1:</b> Contribuições políticas.
<b>Saúde e segurança do Consumidor (416)</b>	<p><b>416-1:</b> Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços.</p> <p><b>416-2:</b> Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços.</p>
<b>Marketing e Rotulagem (417)</b>	<p><b>417-1:</b> Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços. <b>417-2:</b> Casos de não conformidade em relação a informação e rotulagem de produtos e serviços.</p> <p><b>417-3:</b> Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing.</p>
<b>Privacidade do cliente (418)</b>	<b>418-1:</b> Queixas comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes.
<b>Conformidade socioeconómico (419)</b>	<b>419-1:</b> Não conformidade com leis e regulamentos nas áreas socioeconómicas.

Fonte: GRI Standards, 2018 *apud* Pina, 2021

Para além dos princípios referidos e dos conteúdos que a norma propõe, prevê ainda duas opções “de acordo” a escolher para elaborar o relatório de sustentabilidade que consiste na opção Essencial ou na opção Abrangente (GRI 101: Foundation, 2016).

A opção “de acordo” Essencial é a versão mais resumida. Contém o mínimo de informações que são necessárias para um relatório de sustentabilidade, para que se possa entender a natureza da empresa, os seus tópicos materiais e impactos a eles relacionados e a forma como esses impactos são geridos. As empresas que escolham esta opção têm de relatar pelo menos um indicador relacionado a cada aspeto material.

A opção “de acordo” Abrangente, é a opção onde a empresa deve divulgar para além dos critérios abordados na opção Essencial, também as informações adicionais a respeito da estratégia, análise, ética e integridade da organização. As empresas que optam por esta opção têm de relatar todos os indicadores relacionados com cada aspeto material.

Para aquelas empresas que embora queiram relatar os seus impactos económicos, ambientais e sociais mas que não pretendem utilizar a norma GRI, existe a opção «de acordo» GRI – referenciado (GRI 101: Foundation, 2016).

### **2.3 O Setor Público**

Como já vimos anteriormente a responsabilidade social não é mais que um processo de gestão empresarial na sua relação com os *stakeholders*, é um processo que envolve a gestão empresarial com questões económicas, ambientais e sociais. A questão da responsabilidade social não é algo do interesse apenas do setor privado, é também do interesse do setor público.

O setor público caracteriza-se por ser o “aparelho do estado preordenado à realização de serviços, visando a satisfação das necessidades coletivas” (Frey et al., 2008, p.77), ou seja, é um conjunto de entidades controladas pelo poder político que é constituído pelo setor público administrativo<sup>6</sup> e pelo setor público empresarial<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> O Sector Público Administrativo é constituído pelo conjunto de entidades e de serviços da Administração Central, Local e Regional e ainda pela Segurança Social e pelos Fundos Autónomos (Frey et al., 2008, p.77).

<sup>7</sup> O Sector Público Empresarial caracteriza-se pelo desenvolvimento de atividades intrinsecamente mercantis, através da produção e venda de bens e serviços, embora também servindo fins sociais e/ou coletivos. Estas entidades apresentam uma organização e uma gestão empresarial (Frey et al., 2008, p.77).

Pode dizer-se que a responsabilidade social é um objetivo do setor público, ou seja, o setor público tem um propósito “social”. Esse propósito passa pelo desenvolvimento de políticas públicas que devem criar condições sociais e ambientais para um maior desenvolvimento sustentável, que traduza uma melhor qualidade de vida para a sociedade (Moura et al., 2017). A responsabilidade social é identificada como um fator central quer estejamos perante uma instituição pública ou privada. Contudo, no caso das instituições públicas a responsabilidade social é então vista como um objetivo e um compromisso da instituição que contribui para a melhoria da qualidade de vida da sociedade (Frey, et al, 2008). As instituições públicas devem ser um exemplo para as instituições privadas e para os cidadãos, considerando a sua proximidade com a sociedade e os recursos aplicados na sociedade, pois são elas os principais agentes do desenvolvimento local sustentável.

A Comissão Europeia, através do ponto 7.7 da comunicação da Comissão relativa à Responsabilidade Social das Empresas, pretende ser um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável, propõe a integração da RS nas políticas das Administrações Públicas. Esse ponto diz ainda que “As administrações públicas, incluindo a Comissão Europeia, deverão praticar a responsabilidade social na sua gestão quotidiana e nas relações com os agentes que lhes estão associados. A Comissão Europeia decidiu adotar uma abordagem mais integrada e sistemática da gestão dos assuntos sociais e ambientais. Decidiu subscrever o sistema EMAS<sup>8</sup> e incentiva as distintas autoridades públicas a seguirem-lhe o exemplo (...)” (Comissão das Comunidades Europeias, 2002). Assim pode afirmar-se que a Comissão Europeia teve um papel fundamental no que respeita ao maior interesse pela responsabilidade social na esfera da União Europeia.

Ao longo de toda a pesquisa para este estudo foi de notar que em termos de informação disponível esta centra-se muito mais na divulgação de informação sobre responsabilidade social ou sustentabilidade no setor privado, embora comece a existir

---

<sup>8</sup> Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente o “Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) é um mecanismo voluntário que visa promover a melhoria contínua do desempenho ambiental das organizações mediante o estabelecimento e a implementação de sistemas de gestão ambiental, bem como a disponibilização de informação relevante ao público e a outras partes interessadas”. (<https://emas.apambiente.pt/content/sobre-o-emas?language=pt-pt> acedido a 15 de novembro de 2022)

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

---

algum foco na divulgação por parte do setor público. Moura *et al* (2017) destaca diversos estudos realizados por diferentes autores no âmbito da divulgação de sustentabilidade no setor público em vários países mas esses estudos não são baseados em investigações recentes o que pode significar que provavelmente poderão não traduzir a realidade atual no que toca ao relato da sustentabilidade no setor público.

O estudo de Stefanescu (2021) que procura “identificar as tendências e padrões no desenvolvimento do conhecimento na área de relatórios de sustentabilidade no setor público para investigar sua estrutura” (*Ibidem*, p. 2). Este estudo mostra que relativamente à publicação de artigos de investigação sobre relatórios de sustentabilidade no setor público é muito instável, sendo que foi no ano de 2019 que existiu um maior número de artigos publicados. Para além deste aspeto, este estudo mostra que os países mais analisados são Espanha, Austrália e Itália.

Começando por uma visão internacional da divulgação de relatórios de sustentabilidade, alguns dos estudos destacados por Moura *et al* (2017) apresentam os resultados que evidenciam que no setor público as práticas de relato são diversas e que para além de serem feitas através de relatórios, são feitas também através de outras formas de divulgação. Uma dessas formas de divulgação passa pelos websites e que tem vindo a obter um papel cada vez mais significativo neste setor pois promove uma maior aproximação entre as instituições públicas e os cidadãos. Moura *et al.* (2017) apontam ainda que esses estudos concluem também que o conteúdo da informação divulgada é disperso, não é homogéneo e predominantemente descritivo.

A maioria dos estudos realizados neste âmbito são então internacionais, como por exemplo o estudo realizado por Giacomini *et al.* (2018) onde estes analisam relatórios de sustentabilidade de governos locais italianos. O estudo aborda a elaboração e divulgação de relatórios de sustentabilidade no ano de 2013 e depois efetua uma comparação com dados do ano de 2009. Conclui que a elaboração e divulgação de relatórios de sustentabilidade por parte dos governos locais italianos sofreu um evidente declínio, enquanto no ano de 2009 eram 11% os municípios que o faziam já no ano de 2013 essa percentagem reduziu para 4%. Mas será que o caso dos governos locais italianos reflete o caso português? Outro exemplo desses estudos internacionais é o autor Navarro Galera que em conjunto com outros autores apresenta pelos três estudos sobre esta temática.

O primeiro estudo de Navarro *et al.* (2015) aborda a divulgação de informações sobre responsabilidade social em governos locais europeu com foco no caso dos países nórdicos. Este estudo analisa os níveis de divulgação de informações e de transparência, e ainda os perfis dos conteúdos relatados (Navarro Galera *et al.*, 2015). No estudo os autores identificam logo que a maioria dos governos locais em análise não publicam relatórios, mas publicam informações úteis sobre sustentabilidade nos seus websites e por isso o estudo concentra a sua análise através dos websites dos respetivos governos locais. Quanto aos níveis de divulgação o mesmo estudo aponta para uma média de divulgação de cerca de 42% (grau intermédio), sendo que as informações ambientais são as que apresentam o maior nível de divulgação. É ainda identificado que as “informações geralmente são apresentadas de uma forma que torna o seu acesso difícil, pouco sistemáticas, dispersas e com níveis desiguais em termos de blocos de informação: geral, económico, social e ambiental” (Navarro Galera *et al.*, 2015, p.243).

Já em 2017 os mesmos autores apresentam um artigo intitulado de “*Promoting Sustainability Transparency in European Local Governments: An Empirical Analysis Based on Administrative Cultures*”. neste artigo é realizada uma análise comparativa da transparência das informações sobre sustentabilidade publicadas nos websites de alguns governos locais de dez países europeus (Navarro Galera *et al.*, 2017). O objetivo seria analisar a transparência da informação sobre sustentabilidade, essa medição é realizada através do volume de informações publicadas nos sites dos governos locais em estudo.

O conjunto dos dez países em estudo encontra-se dividido em três grupos: os países anglo-saxónicos, os países nórdicos e os países do sul da Europa (onde está incluído Portugal). Estando Portugal presente neste estudo vejamos mais especificamente os resultados que dizem respeito ao grupo dos países do sul da Europa. Os resultados do estudo apontam para uma percentagem de transparência de média de 51,8% no geral das informações publicadas sobre sustentabilidade, mas de uma forma mas pormenorizada destaca-se a baixa percentagem (30,2%) de divulgação de informações ambientais. Falando em Portugal o estudo aponta para um índice de transparência de 0,67 o que traduz uma percentagem de cerca de 67%. De destacar que o estudo seleciona apenas algumas cidades de maior dimensão em cada país o que pode fazer com que os resultados não

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

---

transmitam a verdadeira realidade no que se refere à transparência das informações divulgadas sobre sustentabilidade.

Dentro do âmbito da transparência da divulgação de informações sobre sustentabilidade surge um novo artigo em 2018 de Navarro Galera *et al.* (2018), um estudo que em muito se aproxima do estudo anteriormente mencionado. Embora com um objetivo principal diferente do anterior o método de análise foi relativamente idêntico. Neste estudo Portugal encontra-se novamente no conjunto de países analisados, com a diferença que este estudo aponta para um índice de transparência bastante diferente. Neste estudo Portugal apresenta uma percentagem de transparência de 42,92%. Será que em apenas um ano poderão ter existido tantas alterações na divulgação de informações sobre sustentabilidade em Portugal que levou a esta diferença de percentagem? Ou será que se deve ao facto de nestes estudos terem sido analisados doze governos locais de Portugal e não apenas os dois maiores? Será que esta nova percentagem é a realidade então de Portugal? Estes resultados evidenciam as lacunas de investigação atualmente existentes em Portugal sobre o tema em análise.

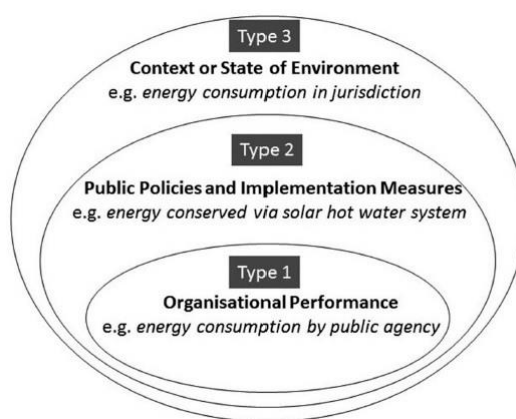
Segundo Moura *et al.* (2017), no que se refere à análise do relato de sustentabilidade em Portugal o grande pioneiro é Ribeiro *et al.* (2016). Estes autores “procuraram analisar o nível de divulgação on-line de informação sobre responsabilidade social dos municípios portugueses e identificar os seus fatores determinantes” (Moura *et al.*, 2017). Esse estudo baseou-se na análise de conteúdo das páginas *web* de 60 municípios de modo a criar um índice de divulgação de informação sendo que os resultados desse estudo apontam para níveis de divulgação médios. É de salientar ainda a existência um suplemento<sup>9</sup> de novas diretrizes especificamente direcionadas para os

---

<sup>9</sup> A versão piloto desse suplemento foi publicada em 2005 e foi designada de *Setor Supplement for Public Agencies* (SSPA). O SSPA baseia-se na estrutura geral das diretrizes GRI, mas acrescentam novos elementos de modo a adaptar-se ao setor público, são exemplo desses novos elementos políticas públicas e medidas de implementação específicas. Este suplemento é destinado a qualquer forma de organização do setor público e tem como principais preocupações as políticas públicas, a sua execução e desempenho, a despesa pública, os contratos públicos e a eficácia administrativa.

relatórios do setor público. O estudo de Niemann & Hoppe (2018; p.206) realça que a GRI, em 2005, “lançou diretrizes de relatórios para relatórios de sustentabilidade para o setor público onde sugerem abordar três tipos de informações (figura 5): desempenho organizacional, políticas públicas e questões contextuais”, apresentando exemplos detalhados das informações a incluir em cada uma das áreas de informação.

**Figura 5. Tipos de informações em relatórios do setor público**



Fonte: Niemann & Hoppe, 2018, p.206

No que diz respeito às diretrizes GRI, a sua utilização é considerada limitada e no que se refere especificamente ao suplemento para o setor público este é considerado de difícil aplicação, muito geral e com pouca utilidade (Guthrie & Farneti, 2009 *apud* Moura, 2017).

### 3 Metodologia de Investigação

Neste capítulo serão apresentados os objetivos deste estudo e os critérios utilizados para a escolha da amostra para o estudo. É também analisada a divulgação de relatórios de sustentabilidade por parte dos municípios portugueses para assim se chegar à definição da amostra.

#### 3.1 Objetivos do estudo

Como já se percebeu as práticas socialmente responsáveis estão cada vez mais na ordem do dia. Para os responsáveis políticos dos municípios deveria ser cada vez mais

uma prioridade mostrar ao seus municípes e aos seus *stakeholders* a necessidade de incluírem essas práticas na sua gestão e por isso fazer a sua divulgação através do relatório de sustentabilidade. A plena divulgação dessas práticas seria o ideal, mas sabemos que nem sempre isso acontece.

Assim, o presente estudo pretende mostrar que estes relatórios são da maior importância principalmente quando se fala em municípios, pois estes são os agentes públicos mais próximos da sociedade onde estão inseridos e acabam por ser um elo de ligação e confiança ao governo central.

Tendo por base a definição do objetivo principal do estudo, identificou-se que é necessário procurar perceber qual o ponto de situação quanto à divulgação de relatórios de sustentabilidade por parte dos municípios e procurar compreender se os relatórios divulgados aplicam as diretrizes GRI e acompanham a sua evolução. Face aos objetivos propostos foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar se os municípios portugueses elaboram e divulgam os relatórios de sustentabilidade.
2. Analisar e comparar os relatórios de sustentabilidade da amostra selecionada.
3. Analisar se relatórios de sustentabilidade dos municípios da amostra seguem as normas GRI e a avaliar a sua evolução.

### **3.2 Critérios de definição da amostra**

Como o objetivo do trabalho de investigação assentava na análise dos relatórios de sustentabilidade, foi necessário definir como estes seriam obtidos. Através de uma primeira pesquisa ficou evidenciado a falta de dados em relação a relatórios de sustentabilidade dos municípios de Portugal, por isso teve de se realizar uma segunda pesquisa mais pormenorizada. Essa pesquisa baseou-se no levantamento de uma listagem de todos os municípios portugueses através do site da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), acedido inicialmente a 19 de julho de 2022. Depois desse levantamento realizou-se uma pesquisa individual dos relatórios de sustentabilidade publicados por cada município, nomeadamente no seu site institucional.

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

---

Os relatórios foram então obtidos através da base de dados dos respetivos sites institucionais de cada município, que foram acedidos no mês de julho de 2022. Sendo que em Portugal, segundo a ANMP, existem 308 municípios e por isso foram acedidos os sites institucionais desses 308 municípios. Com esta pesquisa foi observada que são poucos os municípios que fazem uma divulgação de relatórios de sustentabilidade.

Os poucos municípios que divulgam relatórios de sustentabilidade não fazem publicações regulares nem constantes, alguns deles publicaram apenas uma vez o relatório, outros municípios têm publicações muito antigas. Há ainda municípios que publicando um documento com designação de relatório de sustentabilidade, a sua estrutura e conteúdo não vão de encontro às diretrizes em análise neste estudo. Podem também identificar-se em alguns municípios documentos ligados a questões ambientais e sociais mas que não são relatórios. Desta forma, ponto de partida para a definição da amostra passou por pré-selecionar apenas os municípios que apresentavam no mínimo dois relatórios divulgados para que posteriormente pudesse ser elaborada a evolução entre eles. Depois com base em todos estes aspetos foram definidos critérios para escolher amostra que vai ser analisada.

O primeiro critério passa por definir um período temporal de divulgação. Pela pesquisa realizada foram encontrados relatórios num período temporal que vai de 2008 a 2020, mas como o importante e mais interessante para o estudo seria analisar relatórios mais recentes foi decidido que os relatórios selecionados deveriam ser no máximo de há seis anos. Verificados os anos de divulgação dos relatórios, conclui-se que não haveria nenhum relatório mais recente do que o ano de 2020. Juntado os dois aspetos já mencionados e visto que a maioria dos relatórios estão compreendidos entre os anos de 2014 e 2018 ficou definido como período temporal do estudo o período entre 2016 e 2020.

Após a seleção dos municípios que cumpriam o primeiro critério seguiu-se para a seleção em conformidade com o segundo critério. Este segundo critério passa pela definição que o município dá ao documento e o pelo seu conteúdo. Aqui é necessário perceber se o documento divulgado pelo município é realmente designado de relatório de sustentabilidade, e sendo assim designado perceber se o seu conteúdo realmente apresenta a estrutura e os pontos a serem divulgados num relatório de sustentabilidade.

Depois desta pré-seleção definiu-se o terceiro e último critério. Este passa pela consistência da divulgação por parte dos municípios, ou seja, o ideal seria os municípios pré-selecionados após o primeiro critério terem divulgado relatório em todos os anos do período temporal definido. Sendo que isso não acontece em nenhum município tiveram de ser selecionados aqueles que apresentavam uma maior consistência, mesmo que isso implica-se selecionar municípios com interrupções na divulgação.

### **3.3 Análise da divulgação de relatórios de sustentabilidade pelos municípios portugueses e definição da amostra**

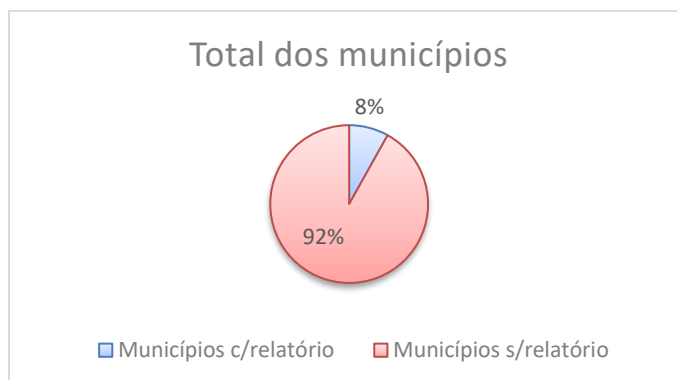
Como já referido anteriormente, segundo a ANMP, existem 308 municípios. Deste total de municípios 279 localizam-se em Portugal Continental e os restantes 29 localização em Portugal Insular (Açores e Madeira). Após o levantamento destes dados procurou-se então entender se os municípios divulgam ou não estes relatórios, tanto a um nível geral como depois focando individualmente o Continente e as Ilhas.

Com a pesquisa realizada nos sites dos diversos municípios portugueses, pode concluir-se que estes se interessam cada vez mais pelas questões ambientais e sociais. Embora a maioria dos municípios nunca tenha elaborado e divulgado um relatório de sustentabilidade, é de notar que em muitos dos sites dos municípios deles encontram-se documentos com estratégias de ambientais, como por exemplo estratégias para a redução energética.

Embora seja algo que mostra uma mudança na consciência de quem gere os municípios, ainda há muito a fazer nos próximos anos. Como o gráfico 1 mostra, em Portugal apenas 8% dos municípios elaboram ou já elaboraram relatórios de sustentabilidade. Ou seja, dos 308 municípios de Portugal apenas 25 destes possuem relatórios de sustentabilidade.

Esses 25 municípios são Águeda, Alfândega da Fé, Arcos de Valdevez, Braga, Bragança, Fornos de Algodres, Idanha-a-Nova, Leiria, Lousada, Marinha Grande, Matosinhos, Oliveira do Hospital, Paços de Ferreira, Paredes, Porto, Proença-a-Nova, Santarém, São Roque do Pico, Sertã, Torres Novas, Torres Vedras, Valongo, Vila Nova de Cerveira, Vila Nova de Famalicão e Vila Pouca de Aguiar.

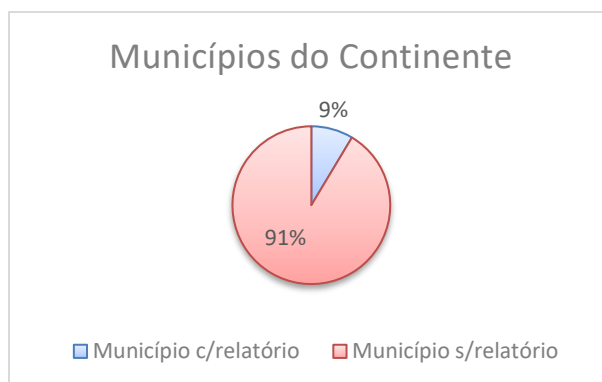
**Gráfico 1. Percentagem de municípios com ou sem RS**



**Fonte: Elaboração Própria**

Se olharmos individualmente para Portugal Continental e para Portugal Insular os números são exatamente os mesmos. Em Portugal Continental as percentagens são iguais (gráfico 2), ou seja, apenas 9% dos municípios elaboram ou já elaboraram relatórios de sustentabilidade, o que significa que dos 279 municípios apenas 24 destes possuem relatórios de sustentabilidade.

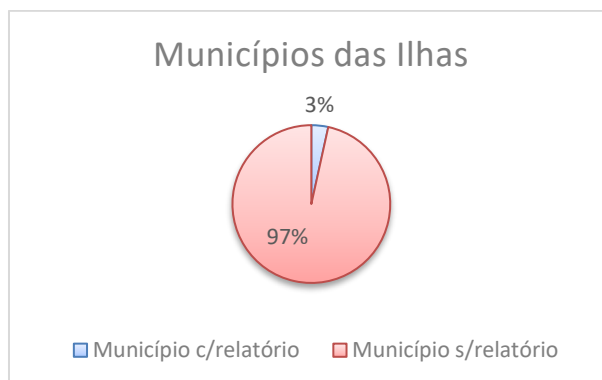
**Gráfico 2. Municípios de Portugal Continental com ou sem RS**



**Fonte: Elaboração Própria**

Já em Portugal Insular apenas 3% dos municípios elaboram ou já elaboraram relatórios de sustentabilidade. O que traduz que dos 29 municípios de Portugal apenas 1 destes possuem relatórios de sustentabilidade. Este município é São Roque do Pico, na ilha do Pico nos Açores e apenas divulgou um relatório no ano de 2016.

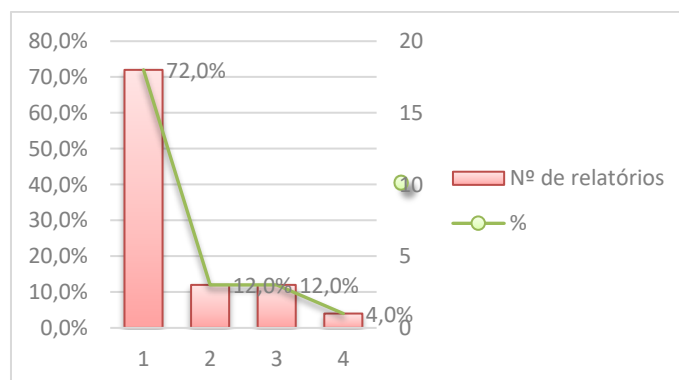
**Gráfico 3. Municípios de Portugal Insular com ou sem RS**



**Fonte: Elaboração Própria**

No que diz respeito aos municípios que já elaboraram ou elaboram os relatórios: existem municípios com um, dois, três ou quatro relatórios divulgados mas a grande percentagem, 72%, apenas divulgaram o relatório uma vez (Gráfico 4) A maioria dos relatórios encontrados remontam aos anos de 2015 e 2016. Sendo que o relatório mais antigo é do município de Proença-a-Nova e é do ano de 2008. Já os relatórios mais recentes dizem respeito a 2020 e são dos municípios de Paços de Ferreira, Porto, Torres Novas e Vila Nova de Famalicão.

**Gráfico 4. Número e percentagem de relatórios divulgados**



**Fonte: Elaboração Própria**

A tabela 9 mostra os dados dos relatórios de sustentabilidade dos 25 municípios que já divulgaram qualquer relatório. Foram os referidos dados que serviram de base à seleção da amostra do estudo realizado.

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

**Tabela 9. Dados sobre os relatórios de sustentabilidade dos municípios**

Município	Nº de relatórios	Anos do(s) relatório(s)	Designação
Águeda	3	2018; 2019; 2020	Índice de Sustentabilidade Municipal
Alfândega da Fé	4	2014; 2015; 2016; 2017	Relatório de Sustentabilidade
Arcos de Valdevez	1	2015 e 2016	Relatório de Sustentabilidade
Braga	1	2019	Relatório de Sustentabilidade
Bragança	1	2018	Relatório de Sustentabilidade
Fornos de Algodres	1	2015	Relatório de Sustentabilidade
Idanha-a-Nova	1	2009	Relatório de Sustentabilidade
Leiria	1	2016	Relatório de Sustentabilidade Financeira
Lousada	1	2016	Relatório de Sustentabilidade
Marinha Grande	1	2009	Relatório de Sustentabilidade
Matosinhos	1	Sem ano indicado	Relatório de Sustentabilidade e Responsabilidade Social
Oliveira do Hospital	1	2017	Relatório Eco XXI
Paços de Ferreira	1	2020	Relatório de Sustentabilidade
Paredes	1	2013 a 2015	Relatório de Sustentabilidade
Porto	3	2017; 2018; 2020	Relatório de Sustentabilidade (2017 e 2018) Relatório de Desenvolvimento Sustentável (2020)
Proença-a-Nova	1	2008	Relatório de Sustentabilidade
Santarém	1	Sem ano indicador	Relatório de Sustentabilidade
São Roque do Pico	1	2016	Relatório de Sustentabilidade
Sertã	1	2009	Relatório de Sustentabilidade
Torres Novas	2	2019; 2020	Índice de Sustentabilidade Municipal

**Tabela 9. Dados sobre os relatórios de sustentabilidade dos municípios (cont.)**

<b>Torres Vedras</b>	<b>2</b>	<b>2016; 2019</b>	<b>Relatório de Sustentabilidade</b>
<b>Valongo</b>	1	2017	Relatório de Sustentabilidade
<b>Vila Nova de Cerveira</b>	3	2016; 2017; 2018	Relatório de Sustentabilidade
<b>Vila Nova de Famalicão</b>	2	2018; 2020	Relatório de Sustentabilidade
<b>Vila Pouca de Aguiar</b>	1	2015	Relatório de Sustentabilidade

**Fonte: Elaboração Própria**

Seguindo o critério base que apenas podem ser selecionados municípios com dois ou mais relatórios divulgados a lista fica reduzida aos municípios de: Águeda, Alfândega da Fé, Porto, Torres Novas, Torres Vedras, Vila Nova de Cerveira e Vila Nova de Famalicão. Aplicando o primeiro critério que implica que os relatórios estejam dentro do espaço temporal de 2016 a 2020, é ainda retirado da seleção o município de Alfândega da Fé.

Seguindo agora para o segundo critério que consiste na definição do documento e no seu conteúdo são retirados da seleção os municípios de Águeda e Torres Novas. De seguida passando para o terceiro critério, que se baseia na consistência da divulgação é também excluído da seleção o município de Torres Vedras pois apresenta dois relatórios com datas mais antigos. Assim, depois de utilizados todos os critérios inicialmente definidos ficámos reduzidos a uma amostra composta pelos relatórios de 3 municípios: Porto, Vila Nova de Cerveira e Vila Nova de Famalicão.

#### **4 Caracterização dos municípios da amostra e análise dos seus relatórios**

Os dados e as informações apresentadas sobre os municípios foram consultadas no site do Pordata (<https://www.pordata.pt/Municipios>, acedido a 8 de agosto de 2022) e no site do INE ([https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main), acedido a 8 de agosto de 2022), sendo que as informações obtidas são referentes aos anos de 2020 e 2021.

## 4.1 Município do Porto

O município do Porto está localizado na região Norte, pertencendo à sub-região da área metropolitana do Porto e ao distrito do Porto. Este município está dividido em 7 freguesias e possui uma área de 41,42 km<sup>2</sup>. Em 2021 este apresentava uma população de 231.828 mil (provisório) habitantes e uma densidade populacional de 5.597 (provisório) pessoas por km<sup>2</sup>. No ano de 2020 apresentou um total de 10.662.000 milhões de euros em despesas com o ambiente.

**Figura 6. Localização município do Porto**



Fonte: <https://www.pordata.pt/Municipios>, acessido a 8 de agosto de 2022

Da análise efetuada considera-se que o relatório de sustentabilidade do município do Porto tenta acompanhar as melhores práticas de reporte de sustentabilidade, e por isso o relatório é elaborado seguindo as diretrizes da GRI. Assim sendo, o relatório assenta em três pilares: o Desenvolvimento Económico, o Desenvolvimento Ambiental e o Desenvolvimento Social. O município tem também como preocupação o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Social (ODS) fixados pela ONU em 2015. Os ODS são 17, como podemos ver na figura 6, e foram fixados pela ONU numa cimeira em Nova Iorque.

**Figura 7. Objetivos de desenvolvimento social**



Fonte: <https://www.ods.pt/> (acedido em 21 de agosto de 2022)

#### 4.1.1 Relatório de 2017

O relatório inicia-se com o ponto 1 que passa por uma mensagem do Presidente do município, e de seguida o ponto 2 que apresenta alguns indicadores de 2017 sobre o município. O ponto 3 aborda a cidade do Porto, apresentando a sua localização, a sua população, a sua situação a nível de emprego, de urbanismo, e de habitação.

O ponto 4 aborda o município que apresenta a missão, visão e valores, a estrutura organizacional, a estratégia do município, o alinhamento do município com os ODS, o seu sistema de gestão, os dados sobre os colaboradores, as compras sustentáveis, os principais stakeholders e meios de comunicação, e o processo de internacionalização.

De seguida no ponto 5 são apresentadas as empresas municipais e as entidades participadas. Para que depois sejam apresentados os principais pilares deste relatório. Começando pelo ponto 6.1. o Pilar Económico (tabela 10), depois o ponto 6.2. o Pilar Ambiental (tabela 11) e ainda o ponto 6.3. o Pilar Social (tabela 12).

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

**Tabela 10. Pilar económico relatório de 2017**

Pilar Económico	Conteúdo
<b>Desempenho Económico</b>	Apresentados dados meramente financeiros, como o valor gerado em prestações de serviços, por exemplo, ou como o valor distribuído pela comunidade ou aos trabalhadores e membros autárquicos.
<b>Apoios concedidos</b>	Apresenta apoios concedidos pelo município e os respetivos valores.
<b>Fontes de Financiamento</b>	Apresenta os valores do investimento total, do investimento elegível, da participação externa e participação Município do Porto.
<b>Atração de investimento</b>	Apresenta a “InvestPorto”, que é o ramo de investimentos do município, e quais os seus principais incentivos ao investimento.
<b>Empreendedorismo e Inovação</b>	Apresentadas iniciativas e projetos na área do empreendedorismo e inovação que têm sido desenvolvidas no município.
<b>Comércio e Turismo</b>	O relatório apresenta as iniciativas no âmbito do comércio, e ainda a principal iniciativa no âmbito do turismo, que dá por nome de “Turismo Ajuda”.

Fonte: elaboração própria

**Tabela 11. Pilar ambiental relatório de 2017**

Pilar Ambiental	Conteúdo
<b>Estratégia para o Ambiente</b>	Apresentada a estratégia do município que é alicerçada em cinco eixos.
<b>Educação Ambiental</b>	Segundo o que consta no relatório o município tem promovido diversas iniciativas neste âmbito.
<b>Promoção da Sustentabilidade Energética</b>	Apresentação de dados sobre consumo eficiente de energia em que apresenta dados para o mostrar, de diversos projetos ou iniciativas onde participou neste âmbito e dados sobre as emissões de gases com efeito de estufa do município.
<b>Gestão de recursos</b>	São apresentados dados do consumo de água em algumas áreas do município e quanto é gasto no total, dados sobre a gestão de resíduos e as iniciativas para a sua melhoria.
<b>Proteção da biodiversidade</b>	Apresentação de dados sobre o número de espécies que existem na cidade, como aves ou anfíbios, entre outros. Em termos de flora, é apresentado o projeto FUNPorto e os seus principais objetivos.
<b>Aposta na mobilidade sustentável</b>	Relatada a aposta numa mobilidade sustentável através de veículos elétricos na sua frota, pontos de carga de veículos elétricos, 30km de ciclovias, entre outros projetos similares.

Fonte: elaboração própria

**Tabela 12. Pilar social relatório de 2017**

<b>Pilar Social</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>Segurança</b>	Apresentado o sistema de proteção civil, mostrando quem o integra, dados sobre essas entidades e ações de sensibilização ou iniciativas promovidas por essas mesmas entidades. É mencionado ainda o Centro de Gestão Integrada.
<b>Saúde</b>	O município neste relatório não apresenta dados de relevância em relação à saúde.
<b>Habitação Social</b>	Apresentados diversos projetos implementados pelo município no âmbito da habitação social.
<b>Coesão Social</b>	No âmbito da coesão social o município mostra como define a sua atuação em três eixos. Sendo esses eixos a população sénior, a população sem-abrigo, e os cidadãos com necessidades específicas de funcionalidade, incapacidade e saúde e os grupos mais vulneráveis da população.
<b>Educação</b>	O município implementa uma política educativa municipal. Neste relatório são apresentados dados do números de turmas por nível de ensino no ano letivo 2017/2018 bem como o número de alunos inscritos por nível de ensino nos últimos três anos letivos.
<b>Desporto</b>	Apresentados os diversos programas e eventos desportivos que decorrem ao longo do ano no município.

**Fonte: elaboração própria**

Para além dos pilares recomendados pelas diretrizes da GRI, o relatório do município do Porto apresenta ainda o Pilar Cultural (ponto 6.4.). Neste pilar são apresentados aspetos sobre a cultura, como o grande investimento que o município faz, e a animação do município como as diversas feiras, mercados e outras iniciativas realizadas.

#### **4.1.2 Relatório de 2018**

O relatório inicia-se com uma mensagem do Presidente do município designado de ponto 0, e de seguida o ponto 1 apresenta alguns indicadores de 2018 que incidem em valores e número que respeitam aos diversos pilares em que assenta o relatório. O ponto 2 aborda a cidade do Porto, apresentando a sua localização, a sua população, a sua

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

situação a nível de emprego, de urbanismo e de habitação. E de seguida o ponto 3 aborda o município do Porto que apresenta:

- a missão, visão e valores;
- a estrutura organizacional;
- a estratégia do município, apresentando os valores gastos em diversos objetivos aos quais o município estabelece nessa estratégia;
- o alinhamento do município com os ODS;
- as normas e conduta que regem o município;
- o seu sistema integrado de gestão;
- a gestão de risco;
- dados sobre os colaboradores;
- as compras sustentáveis;
- os principais stakeholders e meios de comunicação;
- e o processo de internacionalização.

De seguida o ponto 4 apresenta as empresas municipais e as entidades participadas. Depois são então apresentados então os principais pilares deste relatório. Começando pelo Pilar Económico (tabela 13).

**Tabela 13. Pilar económico relatório de 2018**

Pilar Económico	Conteúdo
<b>Desempenho Económico</b>	Apresentados dados meramente financeiros, como o valor económico gerado, o distribuído e o acumulado.
<b>Apoios concedidos</b>	Apresenta apoios concedidos pelo município e os respetivos valores.
<b>Fontes de Financiamento</b>	Apresenta os valores do investimento total, do investimento elegível, da compartição externa e da comparticipação Município do Porto.
<b>Atração de investimento</b>	Apresenta a “InvestPorto” que é o ramo de investimentos do município, e quais os seus principais incentivos ao investimento, e as suas áreas de intervenção.
<b>Empreendedorismo e Inovação</b>	Apresentadas as iniciativas e os projetos desenvolvidos na área do empreendedorismo e inovação.
<b>Turismo e Comércio</b>	O relatório apresenta de que forma o município pretende atuar no turismo e no comércio.

**Fonte: elaboração própria**

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

O tópico seguinte passa pelo Pilar Ambiental, onde são apresentadas as rubricas presentes na tabela 14.

**Tabela 14. Pilar ambiental relatório de 2018**

Pilar Ambiental	Conteúdo
<b>Estratégia para o Ambiente</b>	Apresentada a estratégia do município que está alicerçada em cinco eixos.
<b>Educação Ambiental</b>	O relatório apresenta os cinco centros de educação ambiental que possui e as iniciativas que tem desenvolvido neste âmbito.
<b>Promoção da Sustentabilidade Energética</b>	Este tópico apresenta-se tal como no relatório de 2017.
<b>Aposta na mobilidade menos carbónica</b>	Relatada a aposta numa mobilidade sustentável através de veículos elétricos na sua frota, pontos de carga de veículos elétricos, entre outros projetos e medidas.
<b>Gestão de recursos</b>	Apresentados dados sobre o consumo de água em algumas áreas do município e quanto é gasto no total, dados sobre a gestão de resíduos e diversas iniciativas para melhorar essa gestão.
<b>Proteção e promoção da biodiversidade</b>	No relatório o município apresenta: <ul style="list-style-type: none"> <li>• o desenvolvimento de dois projetos cofinanciados pela União Europeia;</li> <li>• dados sobre o número de espécies que existem na cidade, como aves ou anfíbios, entre outros;</li> <li>• o plano de controlo e bem-estar da população de cães e gatos;</li> <li>• as diversas iniciativas em relação à gestão de espaços verdes e arvoredo.</li> <li>• e como realiza a gestão de ruído através de mapas de ruído.</li> </ul>

**Fonte: elaboração própria**

O tópico seguinte passa pelo Pilar Social, onde são apresentadas as rubricas presentes na tabela 15. Sendo que para além dos pilares recomendados pelas diretrizes da GRI, o relatório do município do Porto apresenta ainda o Pilar Cultural. Neste pilar são apresentados aspetos sobre a cultura, como o grande investimento que o município faz, a animação do município como as diversas feiras, mercados e outras iniciativas realizadas.

**Tabela 15. Pilar social relatório de 2018**

Pilar Social	Conteúdo
<b>Segurança</b>	Tal como no relatório de 2017, neste tópico é apresentado o sistema de proteção civil, mostrando quem o integra, dados sobre essas entidades e ações de sensibilização ou iniciativas promovidas por essas mesmas entidades. É mencionado ainda o Centro de Gestão Integrada.
<b>Saúde</b>	O município neste relatório não apresenta dados de relevância em relação à saúde.
<b>Habitação Social</b>	No relatório são apresentados os diversos projetos que se destacaram no município no ano de 2018 no âmbito da habitação social.
<b>Coesão Social</b>	Neste tópico são apresentados os mesmos aspetos que no relatório de 2017.
<b>Juventude</b>	No relatório são apresentados os eixos de atuação em termos de juventude e diversos projetos desenvolvidos no mesmo âmbito.
<b>Educação</b>	O município implementa uma política educativa municipal. Neste relatório são apresentados dados do números de turmas por nível de ensino no ano letivo 2017/2018 bem como o número de alunos inscritos por nível de ensino nos últimos três anos letivos.
<b>Desporto</b>	Apresentados os diversos programas e eventos desportivos que decorrem ao longo do ano no município.

Fonte: elaboração própria

#### 4.1.3 Relatório de 2020

Em 2020 o relatório sofreu alterações em termos de estrutura relativamente aos anos anteriores em que foi elaborado. O relatório divide-se agora em 5 secções. Uma primeira secção, a secção zero, onde é apresentada uma mensagem do presidente, algumas informações sobre o relatório e como este deve ser interpretado, como a cidade enfrentou o COVID-19 e ainda dados de 2020 sobre a cidade. A secção número um, apresenta alguns aspetos sobre o município como:

- Ponto 1.1. – a missão, visão e valores;
- Ponto 1.2. – a estrutura organizacional;
- Ponto 1.3. – as empresas municipais e as entidades participadas;

- Ponto 1.4. – a gestão responsável, onde é apresentado valor económico gerado, o distribuído e o acumulado;
- Ponto 1.5. – as compras públicas e procurement sustentável;
- Ponto 1.6. – a gestão de pessoas, onde são apresentados dados sobre o número de trabalhadores distinguindo o género, o cargo e a que empresa municipal estavam afetos;
- Ponto 1.7. – e os stakeholders e envolvimento.

A secção número dois aborda a cidade do Porto onde são apresentados diversos aspetos sobre a cidade. Começa-se por localizar a cidade e apresentar dados sobre a população (ponto 2.1.) e de seguida apresenta-se o alinhamento com a Agenda 2030 (ponto 2.2.).

No ponto 2.3., que é mais abrangente, fala-se de uma cidade para todos o que vai de encontro às ODS 1, 8 e 10 e onde são descritos aspetos como a habitação, o comércio e emprego, e a mobilidade

Já o ponto 2.4. fala de uma cidade consolidada sendo que vai de encontro às ODS 4, 9 e 16 e onde são descritos aspetos como o novo PDM, a requalificação do Património, a requalificação do espaço público, e o impulsionar a Zona Oriental.

O ponto 2.5 aborda o Porto como uma Cidade Resiliente e vai de encontro às ODS 3, 12, e 13. As ideias-chave em 2020 neste âmbito estão ligadas ao Centro de Gestão Integrada inevitavelmente relacionado com a situação pandémica, ao Plano de Contingência para Pessoas em Situação de Sem-Abrigo e à adaptação e resiliência às mudanças climáticas.

De seguida o ponto 2.6. aborda o Porto como uma Cidade Inteligente e vai de encontro às ODS 8, 9, e 17. As ideias-chave em 2020 neste âmbito são os ícones da inovação e empreendedorismo.

Por fim no ponto 2.7. é abordado o Porto como uma Cidade Global e este ponto vai de encontro às ODS 8, 16, e 17, sendo que se centra no turismo e na internacionalização. As ideias-chave em 2020 neste âmbito focam o grande valor gasto em investimento e em tornar o Porto o “Melhor destino europeu para uma escapadela urbana”.

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

A secção número três aborda a comunidade do município onde são apresentadas 5 rubricas que focam o Porto uma cidade de cada um, a Saúde e Bem-estar, a Cultura, a Juventude e o Conhecimento (tabela 16).

**Tabela 16. A comunidade do município**

Rubrica	Conteúdo	ODS
<b>Porto de Cada Um</b>	Esta rubrica centra-se na diversidade, inclusão e direitos humanos, e o envolvimento da comunidade. As suas ideias-chave em destaque passam pelo valor gasto em ação e solidariedade social e o valor para apoiar associações do Porto e entidades de cariz social.	1; 2; 16
<b>Porto de Saúde e Bem-estar</b>	Esta rubrica centra-se nas comunidades resilientes, o município quer garantir o acesso à saúde de qualidade a toda a comunidade. As suas ideias-chaves em destaque neste ano passam pelo valor gasto em despesas com a saúde associadas à COVID-19, e alguns prémios criados neste âmbito.	3; 4; 10
<b>Porto de Cultura</b>	Esta rubrica centra-se na gestão da cultura e da arte. As suas ideias-chaves em destaque passam pelo valor investido para garantir o acesso à cultura, o número de espectadores no teatro municipal e o número de visitantes nas instalações e atividades culturais.	4; 8; 17
<b>Porto da Juventude</b>	Esta rubrica centra-se na juventude e participação ativa, na coesão social, nas comunidades resilientes e no envolvimento da comunidade. As suas ideias-chaves em destaque passam pelo valor gasto no âmbito do programa Apoio e Envolvimento da População Jovem, e pelo número de participantes na cocriação da nova estratégia da juventude e em ações de capacitação.	4; 16; 17
<b>Porto de Conhecimento</b>	Esta rubrica centra-se na juventude e participação ativa, e na coesão social. As suas ideias-chaves em destaque são: <ul style="list-style-type: none"> <li>o valor gasto no programa Promover e Fomentar a Educação;</li> <li>o número de alunos com acesso a atividades de enriquecimento curricular, atividades lúdicas e de apoio ao estudo;</li> <li>o número de crianças do 1º ciclo com atividades nas áreas das artes, ciências e cidadania;</li> <li>e o número de bolsas de estudo angariadas para o ensino superior.</li> </ul>	4; 9; 10

**Fonte: elaboração própria**

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

A secção número quatro aborda a vertente ambiental e são apresentados diversos aspetos sobre a gestão responsável dos recursos da cidade com vista a um futuro sustentável. Nesta secção são apresentadas 5 rubricas que focam a estratégia para o Ambiente: a educação ambiental, a energia e o clima, o ciclo urbano da água e a gestão de recursos e impactos (tabela 17).

**Tabela 17. Vertente ambiental**

Rubrica	Conteúdo	ODS
<b>Estratégia para o Ambiente</b>	Esta rubrica centra-se na gestão dos recursos e impactos, nas alterações climáticas, eficiência energética e descarbonização. E apresenta a estratégia do município para um melhor ambiente, que se centra em 5 eixos fundamentais.	12; 13; 17
<b>Educação Ambiental</b>	Tal como a estratégia para o ambiente esta rubrica centra-se na gestão dos recursos e impactos, nas alterações climáticas, eficiência energética e descarbonização. e para além disso centra-se também na juventude e participação ativa.	4; 12; 15
<b>Energia e Clima</b>	Tal como a rubrica para o ambiente e a rubrica da educação ambiental, esta rubrica centra-se nas alterações climáticas, na eficiência energética e na descarbonização. O município compromete-se numa redução de 50% nas suas emissões até 2030 e por isso apresenta iniciativas que tem desenvolvido nesse âmbito.	7; 12; 13
<b>Ciclo Urbano da Água</b>	Esta rubrica centra-se na gestão dos recursos naturais e nos impactos. São ainda destacadas algumas iniciativas desenvolvidas.	3; 6; 14
<b>Gestão de Recursos e Impactos</b>	Esta rubrica centra-se na gestão dos recursos naturais e nos impactos, e divide-se em três tópicos, os resíduos, os espaços verdes e a biodiversidade e o ruído. Neste três aspetos são destacadas diversas iniciativas e medidas.	12; 13; 15

Fonte: elaboração própria

## 4.2 Município de Vila Nova de Cerveira

O município de Vila Nova de Cerveira está localizado na região Norte, pertencendo à sub-região do Alto Minho e ao distrito de Viana do Castelo. Este município está dividido em 11 freguesias e possui uma área de 108,47 km<sup>2</sup>. Em 2021 este município apresentava uma população de 8.923 mil (provisório) habitantes e uma densidade

populacional de 82,3 (provisório) pessoas por km<sup>2</sup>. No ano de 2020 apresentou um total de 609.000 mil de euros em despesas com o ambiente.

**Figura 8. Localização município de VNC**



Fonte: <https://www.pordata.pt/Municipios>, acessido a 8 de agosto de 2022

O relatório de sustentabilidade deste município foi elaborado pela primeira vez em 2016 e compreende dados de 2014 a 2016. Por sua vez, o relatório de 2017 e de 2018 apenas apresentam a informação analisada referente a esses anos. O relatório nas suas três publicações assenta em 3 pilares: o Desempenho Económico, o Desempenho Ambiental e o Desempenho Social.

#### **4.2.1 Relatório de 2016**

O primeiro tópico do relatório designa-se de “Perfil da Câmara Municipal” e apresenta alguns dados e aspetos sobre o município como:

- Missão, Visão e Valores;
- Estrutura Operacional;
- Localização e contexto de atuação;
- Política da Qualidade;
- Comunicação com o exterior;
- e Análise SWOT.

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

---

De seguida o tópico apresentado designa-se de “Governança, Compromissos e Envolvimento” onde são apresentados vários aspetos sobre o município e a sua governação, tal como:

- a Estrutura de Governação, onde é apresentada a composição do executivo da Câmara Municipal e como este funciona e trabalha este órgão ao longo do ano. E é mencionado ainda algumas ferramentas online que estão ao dispor dos cidadãos.
- as Iniciativas e Reconhecimentos, como o município tem o objetivo de tornar o concelho melhor para viver, investir, e visitar, tem desenvolvido iniciativas internas e participado em iniciativas externas. Neste ponto são apresentadas algumas dessas iniciativas.
- e a Identificação e Relação com as Partes Interessadas, apresentado com quem o município estabelece relações de interesse.

O próximo tópico de relevo passa pelos Indicadores e Análise de Desempenho, começando o tópico pelos Indicadores de Desempenho Económico. Sendo este aspeto pouco desenvolvido, é mostrado através de uma tabela de onde provêm as receitas correntes do município como as taxas, os impostos e outras penalidades e ainda as receitas de capital que provêm de vendas de bens ou de transferências de capital.

Ainda dentro do desempenho económico é apresentada a Presença no Mercado, mostrando como se enquadra o município em termos de nível salarial face ao mercado regional e nacional. Ou seja, numa tabela é apresentado qual a remuneração média da câmara municipal, da região norte e nacional, e ainda qual a diferença entre o salário pago pela câmara e o salário mínimo nacional. É também apresentada uma tabela com a remuneração média mensal por género e por ano. Continuando dentro do desempenho económico são apresentados os impactos económicos indiretos e a evolução destes.

O próximo subtema dentro dos Indicadores e Análise de Desempenho, são os Indicadores de Desempenho Ambiental que estão apresentados na tabela 18.

**Tabela 18. Indicadores de desempenho ambiental relatório de 2016**

Indicadores de Desempenho Ambiental	Conteúdo
<b>Materiais</b>	Apresentação dos principais materiais gastos pelo município, através de 3 tabelas com os valores e as quantidades consumidas, numa primeira tabela são discriminados os gastos nos diversos materiais ao longo dos últimos anos. Numa segunda tabela são discriminadas as quantidades gastas ao longo dos anos nos materiais de limpeza. E numa terceira tabela são discriminadas as quantidades gastas ao longo dos anos nos materiais de escritório.
<b>Energia</b>	São apresentados dados sobre o consumo totais de eletricidade sem iluminação públicas e com iluminação pública, e são ainda apresentadas quais as intervenções que tem em curso tanto na rede de iluminação pública como no edificado para cumprir as metas a que se comprometeu.
<b>Água</b>	É feita uma caracterização dos subsistemas de abastecimento de água, apresentando o número de captações e de reservatórios por cada subsistema. São também apresentadas tanto as obras em curso como as obras planeadas da rede de abastecimento.
<b>Drenagem de Águas Residuais</b>	É feita uma caracterização dos subsistemas de águas residuais, apresentando o número de ETAR's por cada subsistema. São também apresentadas tanto as obras em curso como as obras planeadas da rede de drenagem de águas residuais.
<b>Resíduos Sólidos</b>	O município assegura a cobertura do serviço de gestão de resíduos urbanos na área do seu território. São apresentados dados como: <ul style="list-style-type: none"> <li>• a quantidade de resíduos recolhidos (em toneladas);</li> <li>• o número de ecopontos existente, tanto na superfície como em subterrâneo;</li> <li>• o tipo de contentores (capacidade em litros); e</li> <li>• o número de contentores.</li> </ul>
<b>Biodiversidade</b>	Apresentação de um mapa da Rede Natura 2000 no Vale do Minho, onde o concelho está inserido.
<b>Mobilidade Sustentável (transportes)</b>	Apresentado o plano “PAMUS ALTO MINHO”, e nele foram identificados um conjunto de ações a desenvolver. Para além disso nos últimos anos o município implementou uma rede pedonal e ciclável de cerca de 13 Km.

**Fonte: elaboração própria**

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

O próximo subtema dentro dos Indicadores e Análise de Desempenho, são os Indicadores de Desempenho Social que estão apresentados na tabela 19. Estes indicadores que constam no relatório são baseados no balanço social do município de 2016.

**Tabela 19. Indicadores de desempenho social relatório de 2016**

Indicadores de Desempenho Social	Conteúdo
<b>Relações entre Funcionários e Administração</b>	Neste ponto é apresentado: <ul style="list-style-type: none"> <li>• quantos funcionários, no total e por género, tem o município;</li> <li>• uma contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação;</li> <li>• uma contagem de trabalhadores segundo o escalão etário;</li> <li>• quanto é gasto em prestações sociais como abonos de família ou subsídio de refeição.</li> </ul>
<b>Segurança e Saúde no Trabalho</b>	São apresentados dados sobre o número de acidentes de trabalho e quantos dias de trabalho foram perdidos devido ao funcionário estar de baixa. Em ambos os dados apresentados existe um separação entre homens e mulheres.
<b>Formação e Educação</b>	São apresentados dados sobre o número de ações de formação profissional interna ou externa e a duração das mesmas. É apresentada também uma tabela que mostra o número de horas despendidas em ações de formação profissional por cargo/carreira, e se estas foram ações internas ou externas.
<b>Diversidade e Igualdade de Oportunidades</b>	O município afirma que está garantida a não existência de discriminação entre os trabalhadores.

Fonte: elaboração própria

#### 4.2.2 Relatório de 2017

O primeiro tópico do relatório designa-se de “Perfil da Câmara Municipal” e apresenta os mesmos dados sobre o município que o relatório de 2016. Sendo esses dados a missão, visão e valores, a estrutura operacional, a localização e contexto de atuação, a política de qualidade, a comunicação com o exterior e a análise SWOT.

De seguida, o tópico apresentado designa-se de “Governança, Compromissos e Envolvimento” onde são apresentados vários aspetos sobre o município e a sua governação:

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

---

- a Estrutura de Governação, onde é apresentada a composição do executivo da Câmara Municipal e como este funciona e trabalha este órgão ao longo do ano. E é mencionado ainda algumas ferramentas online que estão ao dispor dos cidadãos.
- as Iniciativas e Reconhecimentos, como o município tem o objetivo de tornar o concelho melhor para viver, investir, e visitar, tem desenvolvido iniciativas internas e participado em iniciativas externas. Neste ponto são apresentadas algumas dessas iniciativas.
- e a Identificação e Relação com as Partes Interessadas, apresentado com quem o município estabelece relações de interesse.

O próximo tópico de relevo passa pelos Indicadores e Análise de Desempenho, começando o tópico pelos Indicadores de Desempenho Económico. Sendo este aspeto pouco desenvolvido, é mostrado através de uma tabela de onde provêm as receitas correntes do município como as taxas, os impostos e outras penalidades e ainda as receitas de capital que provêm de vendas de bens ou de transferências de capital. Sendo que as receitas servem para responder às despesas do município é apresentada uma tabela sobre a sua distribuição nas despesas.

Ainda dentro do desempenho económico é apresentada a Presença no Mercado, mostrando como se enquadra o município em termos de nível salarial face ao mercado regional e nacional. Ou seja, numa tabela é apresentado qual a remuneração média da câmara municipal, da região norte e nacional e ainda qual a diferença entre o salário pago pela câmara e o salário mínimo nacional. É também apresentada uma tabela com a remuneração média mensal por género e por ano. Continuando dentro do desempenho económico são apresentados os impactos económicos indiretos e a evolução destes.

O próximo subtema dentro dos Indicadores e Análise de Desempenho, são os Indicadores de Desempenho Ambiental que estão apresentados na tabela 20.

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

**Tabela 20. Indicadores de desempenho ambiental relatório de 2017**

Indicadores de Desempenho Ambiental	Conteúdo
<b>Materiais</b>	Apresentação dos principais materiais gastos pelo município, através de 3 tabelas com os valores e as quantidades consumidas, numa primeira tabela são discriminados os gastos nos diversos materiais ao longo dos últimos anos. Numa segunda tabela são discriminadas as quantidades gastas ao longo dos anos nos materiais de limpeza. E numa terceira tabela são discriminadas as quantidades gastas ao longo dos anos nos materiais de escritório.
<b>Abastecimento de Água</b>	É feita uma caracterização dos subsistemas de abastecimento de água, apresentando o número de captações e de reservatórios por cada subsistema. São também apresentadas tanto as obras em curso como as obras planeadas da rede de abastecimento.
<b>Drenagem de Águas Residuais</b>	É feita uma caracterização dos subsistemas de águas residuais, apresentando o número de ETAR's por cada subsistema. São também apresentadas tanto as obras em curso como as obras planeadas da rede de drenagem de águas residuais.
<b>Resíduos Sólidos e varredura urbana</b>	O município assegura a cobertura do serviço de gestão de resíduos urbanos na área do seu território. São apresentados dados como: <ul style="list-style-type: none"> <li>• a quantidade de resíduos recolhidos (em toneladas) no ano de 2017;</li> <li>• o número de ecopontos existente, tanto na superfície como em subterrâneo;</li> <li>• o tipo de contentores (capacidade em litros); e</li> <li>• o número de contentores.</li> </ul>
<b>Energia</b>	São apresentados dados sobre o consumo totais de eletricidade sem iluminação públicas e com iluminação pública, e são ainda apresentadas quais as intervenções que tem em curso tanto na rede de iluminação pública como no edificado para cumprir as metas a que se comprometeu.
<b>Educação Ambiental</b>	Apresentação dos projetos que o município tem vindo a desenvolver em parceria com a empresa SUMA no âmbito da educação ambiental.
<b>Biodiversidade</b>	Apresentação de um mapa da Rede Natura 2000 no Vale do Minho, onde o concelho está inserido.
<b>Mobilidade Sustentável (transportes)</b>	Apresentado o plano “PAMUS ALTO MINHO”. Para além disso nos últimos anos o município implementou uma rede pedonal e ciclável de cerca de 13 Km.

**Fonte: elaboração própria**

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

O próximo subtema dentro dos Indicadores e Análise de Desempenho, são os Indicadores de Desempenho Social que estão apresentados na tabela 21. Estes indicadores que constam no relatório são baseados no balanço social do município de 2017.

**Tabela 21. Indicadores de desempenho social relatório de 2017**

<b>Indicadores de Desempenho Social</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>Relações entre Funcionários e Administração</b>	Neste ponto são apresentados os mesmos dados que foram apresentados no relatório de 2016.
<b>Segurança e Saúde no Trabalho</b>	São apresentados dados sobre o número de acidentes de trabalho e quantos dias de trabalho foram perdidos devido ao funcionário estar de baixa. Em ambos os dados apresentados existe um separação entre homens e mulheres.
<b>Formação e Educação</b>	São apresentados dados sobre o número de ações de formação profissional interna ou externa e a duração das mesmas. É apresentada também uma tabela que mostra o número de horas despendidas em ações de formação profissional por cargo/carreira, e se estas foram ações internas ou externas.
<b>Diversidade e Igualdade de Oportunidades</b>	O município afirma que está garantida a não existência de discriminação entre os trabalhadores.

Fonte: elaboração própria

### 4.2.3 Relatório de 2018

O primeiro tópico do relatório designa-se de “Perfil da Câmara Municipal” e apresenta alguns dados e aspetos sobre o município como:

- Missão, Visão e Valores;
- Estrutura Operacional;
- Localização e contexto de atuação;
- Política da Qualidade;
- Comunicação com o exterior;
- e Análise SWOT.

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

---

De seguida o tópico apresentado designa-se de “Governança, Compromissos e Envolvimento” onde são apresentados vários aspetos sobre o município e a sua governação:

- a Estrutura de Governação, onde é apresentada a composição do executivo da Câmara Municipal e como este funciona e trabalha este órgão ao longo do ano. E é mencionado ainda algumas ferramentas online que estão ao dispor dos cidadãos.
- as Iniciativas e Reconhecimentos, como o município tem o objetivo de tornar o concelho melhor para viver, investir, e visitar, tem desenvolvido iniciativas internas e participado em iniciativas externas. Neste ponto são apresentadas algumas dessas iniciativas.
- e a Identificação e Relação com as Partes Interessadas, apresentado com quem o município estabelece relações de interesse.

O próximo tópico de relevo passa pelos Indicadores e Análise de Desempenho, começando o tópico pelos Indicadores de Desempenho Económico. Sendo este aspeto pouco desenvolvido, é mostrado através de uma tabela de onde provêm as receitas correntes do município como as taxas, os impostos e outras penalidades e ainda as receitas de capital que provêm de vendas de bens ou de transferências de capital. Sendo que as receitas servem para responder às despesas do município é apresentada uma tabela sobre a sua distribuição nas despesas.

Ainda dentro do desempenho económico é apresentada a Presença no Mercado, mostrando como se enquadra o município em termos de nível salarial face ao mercado regional e nacional. Ou seja, numa tabela é apresentado qual a remuneração média da câmara municipal, da região norte e nacional, e ainda qual a diferença entre o salário pago pela câmara e o salário mínimo nacional. Continuando dentro do desempenho económico são apresentados os impactos económicos indiretos e a evolução destes.

O próximo subtema dentro dos Indicadores e Análise de Desempenho, são os Indicadores de Desempenho Ambiental que estão apresentados na tabela 22.

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

**Tabela 22. Indicadores de desempenho ambiental relatório de 2018**

Indicadores de Desempenho Ambiental	Conteúdo
<b>Materiais</b>	Apresentação dos principais materiais gastos pelo município, através de 3 tabelas com os valores e as quantidades consumidas, numa primeira tabela são discriminados os gastos nos diversos materiais ao longo dos últimos anos. Numa segunda tabela são discriminadas as quantidades gastas ao longo dos anos nos materiais de limpeza. E numa terceira tabela são discriminadas as quantidades gastas ao longo dos anos nos materiais de escritório.
<b>Abastecimento de Água</b>	É feita uma caracterização dos subsistemas de abastecimento de água, apresentando o número de captações e de reservatórios por cada subsistema. São também apresentadas tanto as obras em curso como as obras planeadas da rede de abastecimento.
<b>Drenagem de Águas Residuais</b>	É feita uma caracterização dos subsistemas de águas residuais, apresentando o número de ETAR's por cada subsistema. São também apresentadas tanto as obras em curso como as obras planeadas da rede de drenagem de águas residuais.
<b>Resíduos Sólidos e Varredura Urbana</b>	O município assegura a cobertura do serviço de gestão de resíduos urbanos na área do seu território. São apresentados dados como: <ul style="list-style-type: none"> <li>• a quantidade de resíduos recolhidos (em toneladas) no ano de 2017;</li> <li>• o número de ecopontos existente, tanto na superfície como em subterrâneo;</li> <li>• o tipo de contentores (capacidade em litros); e</li> <li>• o número de contentores.</li> </ul>
<b>Energia</b>	Apresentadas quais as intervenções que tem em curso tanto na rede de iluminação pública como no edificado para cumprir as metas a que se comprometeu.
<b>Educação Ambiental</b>	Apresentação dos projetos que o município tem vindo a desenvolver em parceria com a empresa SUMA no âmbito da educação ambiental.
<b>Biodiversidade</b>	Apresentação de um mapa da Rede Natura 2000 no Vale do Minho, onde o conelho está inserido.
<b>Mobilidade Sustentável (transportes)</b>	Apresentado o plano “PAMUS ALTO MINHO”, e nele foram identificados um conjunto de ações a desenvolver. Para além disso nos últimos anos o município implementou uma rede pedonal e ciclável de cerca de 13 Km.

**Fonte: elaboração própria**

O próximo subtema dentro dos Indicadores e Análise de Desempenho, são os Indicadores de Desempenho Social que estão apresentados na tabela 23. Estes indicadores que constam no relatório são baseados no balanço social do município de 2018.

**Tabela 23. Indicadores de desempenho social relatório de 2018**

Indicadores de Desempenho Social	Conteúdo
<b>Relações entre Funcionários e Administração</b>	Neste ponto é apresentado: <ul style="list-style-type: none"> <li>• quantos funcionários, no total e por género, tem o município;</li> <li>• uma contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação;</li> <li>• uma contagem de trabalhadores segundo o escalão etário.</li> </ul>
<b>Segurança e Saúde no Trabalho</b>	São apresentados dados sobre o número de acidentes de trabalho e quantos dias de trabalho foram perdidos devido ao funcionário estar de baixa. Em ambos os dados apresentados existe uma separação entre homens e mulheres.
<b>Formação e Educação</b>	São apresentados dados sobre o número de ações de formação profissional interna ou externa e a duração das mesmas. É apresentada também uma tabela que mostra o número de horas despendidas em ações de formação profissional por cargo/carreira, e se estas foram ações internas ou externas.
<b>Diversidade e Igualdade de Oportunidades</b>	O município afirma que está garantida a não existência de discriminação entre os trabalhadores.

Fonte: elaboração própria

### 4.3 Município de Vila Nova de Famalicão

O município de Vila Nova de Famalicão está localizado na região Norte, pertencendo à sub-região do Ave e ao distrito de Braga. Este município está dividido em 34 freguesias e possui uma área de 201,59 km<sup>2</sup>. Em 2021 este município apresentava uma população de 133.574 mil (provisório) habitantes e uma densidade populacional de 662,6 (provisório) pessoas por km<sup>2</sup>. No ano de 2020 apresentou um total de 5.786.000 milhões de euros em despesas com o ambiente.

**Figura 9. Localização município de VNF**



Fonte: <https://www.pordata.pt/Municipios>, acessido a 8 de agosto de 2022

O relatório de sustentabilidade do município de Vila Nova de Famalicão foi elaborado e publicado pela primeira vez em 2017 (utilizando dados desse mesmo ano), sendo que depois disso conta apenas com mais uma publicação referente ao ano de 2020 (utilizando dados de 2018 e 2019). O relatório em ambos os anos em que foi publicado assenta em 3 pilares: o Desenvolvimento Económico, o Desenvolvimento Ambiental e o Desenvolvimento Social.

Com o relatório, o município, pretende dar a conhecer a sua atividade de uma perspetiva diferente do Relatório e Contas. A atividade assim é dada a conhecer de uma “forma integrada e evidenciando o seu contributo para a sustentabilidade” (Município de Vila Nova de Famalicão, 2017).

O município tem também refere como preocupação o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Social (ODS), já mencionados anteriormente.

#### **4.3.1 Relatório de 2017**

O primeiro tópico designa-se de “Perfil” e apresenta a estratégia do município, a mensagem do presidente e o âmbito do relatório.

O segundo tópico designa-se de “Território” e apresenta o município, o seu território, a sua população e a estrutura da mesma. O seguinte tópico designa-se de “Governança, Compromissos e Envolvimentos” onde são apresentados vários aspetos sobre o município e a sua governação, como se pode ver na seguinte tabela.

**Tabela 24. Governança, compromissos e envolvimento relatório de 2017**

<b>Governança, Compromissos e Envolvimentos</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>Agenda Estratégica para a Governança</b>	Apresentados alguns programas que o município tem em prática para um melhor desenvolvimento.
<b>Missão, Visão e Valores</b>	Explicação de qual a missão, a visão e os valores do município.
<b>Estrutura Governativa</b>	Quem são os órgãos políticos do município, desde o presidente, aos vereadores com pelouro e sem pelouro.
<b>Organização</b>	Como é composta a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, especificando todos os seus departamentos.
<b>Recursos Humanos</b>	Mostra o número de funcionários e quantos destes são homens e mulheres, qual a sua estrutura etária. Mostra também os acidentes de trabalho que ocorreram nesse ano.
<b>Sistema de Gestão de Qualidade Municipal</b>	Apresentado o Sistema de Gestão de Qualidade do município.
<b>Ocorrências</b>	O número de reclamações/queixas, o tempo de médio de resolução das mesmas
<b>Serviços Prestados ao Cidadão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Balcão Único de Atendimento</li> <li>• Espaço Cidadão</li> <li>• Rede wi-fi</li> </ul>
<b>Serviço de Proteção Civil</b>	Mencionado o Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil, e onde pode ser consultado.
<b>Nós e a Comunidade</b>	Expostos os Conselhos Consultivos Municipais, as entidades em que o município participa e a relação com as partes interessadas.

**Fonte: elaboração própria**

São ainda apresentados diversos tópicos como a Metrologia, a Segurança, a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, as suas redes sociais, indicadores de transparência e ainda os Sistemas de Informação.

De seguida são apresentados os principais pilares do relatório, começando neste caso pela Sustentabilidade Económica (tabela 25) onde são apresentadas as seguintes rubricas:

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

**Tabela 25. Sustentabilidade económica relatório de 2017**

Sustentabilidade Económica	Conteúdo
<b>Ponto 4.1. – Indicadores Económicos da Atividade Camarária</b>	Apresentados os valores das receitas, das despesas, do investimento, do endividamento e dos Apoios e subsídios. Mostra ainda qual a sua percentagem de autonomia financeira e de execução orçamental, bem como o nº médio de dias do prazo de pagamento.
<b>Ponto 4.2. – Impostos Municipais</b>	Apresentados os valores que o município obtém de impostos.
<b>Ponto 4.3. – Compras Públicas</b>	Apresentada a percentagem de compras realizadas no município e fora deste. E também qual o valor e a percentagem que é gasto em bens, serviços e empreitadas.
<b>Ponto 4.4. – Projetos Cofinanciados</b>	Apresentados os valores que o município recebe de fundos comunitários e qual a sua aplicação em projetos desenvolvidos pelo mesmo.
<b>Ponto 4.5. – Famalicão Empreende</b>	Rede local das entidades de promoção e de apoio ao empreendedorismo, são evidenciadas todas as entidades da rede.
<b>Ponto 4.6. – FINICIA2</b>	Fundo financeiro destinado a financiar investimentos que sejam desenvolvidos por micro e pequenas entidades do concelho.
<b>Ponto 4.7. – Made In</b>	Iniciativa para promover o desenvolvimento económico do concelho.
<b>Ponto 4.8. – CIAC</b>	Centro de Informação Autárquico ao Consumidor, promove a proximidade entre a autarquia e a população.
<b>Ponto 4.9. – Empresas</b>	Apresentados os números de empresas em atividade no município por setor de atividade, bem como o número de empresas que foram constituídas ou dissolvidas ao longo dos últimos anos.
<b>Ponto 4.10. – Desemprego</b>	Dados sobre o desemprego no município.
<b>Ponto 4.11. – Mapa Empresarial</b>	Apresentado um mapa que mostra as diversas áreas empresariais e que zona do concelho abrangem.
<b>Ponto 4.12. – Turismo</b>	Mapa esquemático dos alojamentos locais.

Fonte: elaboração própria

O tópico seguinte passa pela Sustentabilidade Ambiental, onde são apresentadas as rubricas presentes na tabela 26.

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

**Tabela 26. Sustentabilidade ambiental relatório de 2017**

Sustentabilidade Ambiental	Conteúdo
<b>Agenda 21 local</b>	Apresentado o Plano de Ação da Agenda 21 Local do município.
<b>Ordenamento</b>	Apresentados mapas onde se pode verificar a área de solo urbano e solo rural, e também a estrutura ecológica. No que diz respeito à Reabilitação o município tem desenvolvido diversas ações e atividades para promover e apoiar a reabilitação urbana.
<b>Mobilidade</b>	Apresenta números sobre lugares de estacionamento, transportes públicos, bem como um mapa esquemático da rede rodoferroviária. Destaca ainda a Ciclovía do município através de um mapa dos parques de Bicicleta.
<b>Água</b>	Apresenta vários dados como a % de população com serviço de rede de abastecimento de água potável, o consumo doméstico de água, o consumo de água e a média anual de horas de interrupção de água por Habitação.
<b>Saneamento</b>	Apresenta vários dados como a % de população com servida por rede de drenagem de águas residuais, a água residual recolhida, o comprimento total de coletores e o encargo médio com serviço de águas residuais.
<b>Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)</b>	Apresenta dados como a % da população com recolha regular de lixo residual, o total de Resíduos sólidos municipais recolhidos per capita e por ano, a % dos resíduos sólidos produzidos que têm como destino a reciclagem, os resíduos urbanos recolhidos e os resíduos recolhidos para reciclagem.
<b>Energia</b>	Dados do consumo de iluminação pública e da energia elétrica dos edifícios.
<b>Os nossos Rios</b>	O município em colaboração com a Agência Portuguesa do Ambiente criaram um projeto no qual estão a desenvolver o “LabRios+”, um laboratório de rios.
<b>Ruído</b>	Apresentação de dados e mapas em relação ao ruído.
<b>Ar</b>	Gráfico da variação de emissões atmosféricas do município entre 2009 e 2015.
<b>Espaços Verdes</b>	Considerada uma cidade verde, apresenta um mapa a demonstrá-lo e uma tabela com as áreas dos diversos parques da cidade.
<b>Parque da Devesa</b>	Apresentadas as hortas urbanas, criadas em 2013, neste mesmo parque, tendo como um dos objetivos a divulgação de boas práticas agrícolas.
<b>Floresta</b>	O município tem como meta a plantação de 25 mil árvores até 2025.
<b>Serviços Veterinários / Canil</b>	O município apresenta dados sobre animais recolhidos das ruas, animais de estimação registados, animais vacinados, animais adotados e ainda os custos de alimentação com os animais..

**Fonte: elaboração própria**

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

O tópico seguinte passa pela Sustentabilidade Social, onde são apresentadas as rubricas presentes na tabela 27.

**Tabela 27. Sustentabilidade social relatório de 2017**

Sustentabilidade Social	Conteúdo
<b>Igualdade</b>	Apresentadas as principais medidas no âmbito da valorização estratégica da perspetiva da igualdade nas políticas públicas municipais para 2018 e as principais medidas no âmbito da prevenção e combate à violência interpessoal para 2018.
<b>Solidariedade</b>	Apresentados os diversos projetos sociais desenvolvidos pelo município no âmbito da Solidariedade.
<b>Séniore</b>	Atividades realizadas para os séniore.
<b>IPSS'S</b>	O número de instituições no município e o valor do apoio que lhes é atribuído.
<b>Família</b>	Valores gastos em apoios às famílias.
<b>Educação</b>	Apresenta as principais medidas no âmbito da educação, o mapa das escolas dispersas pelo município, o número de alunos no ano letivo 2016/2017, o número de equipamentos escolares e os projetos escolares.
<b>Desporto</b>	Apresenta os diversos equipamentos de desportivos que possui e os diversos projetos desportivos desenvolvidos.
<b>Juventude</b>	Na juventude o município adotou diferentes áreas de atuação estratégica e tem desenvolvidas diversas iniciativas nesse âmbito.
<b>Saúde</b>	Apresenta os diversos equipamentos de saúde que possui.
<b>Cultura</b>	São apresentados: <ul style="list-style-type: none"> <li>• um mapa esquemático dos equipamentos culturais;</li> <li>• as festas realizadas no município;</li> <li>• as mostras associativas que decorrem durante o ano;</li> <li>• os programas da atividade cultural do município;</li> <li>• a rede de museus do município;</li> <li>• e o Património cultural.</li> </ul>
<b>Biblioteca e Arquivo</b>	O município para além da sua Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, possui também uma diversa rede de leitura através dos seus polos de leitura dispersos pelo seu território. Isto para além da biblioteca itinerante. No município existe ainda um arquivo municipal.

**Fonte: elaboração própria**

### 4.3.2 Relatório de 2020

O primeiro tópico designa-se de “Perfil” e apresenta a estratégia do município, a mensagem do presidente e o âmbito do relatório.

O segundo tópico designa-se de “Governança” e aqui são apresentados vários aspetos sobre o município e a sua governação, como se pode ver na tabela seguinte. As rubricas presentes na Governança são de Encontro aos ODS 5, 10, 16 e 17.

**Tabela 28. Governança relatório de 2020**

Governança	Conteúdo
<b>Governança Municipal</b>	Dados sobre o atendimento semanal ao cidadão por parte do presidente da câmara.
<b>Missão, Visão e Valores</b>	Explicação de qual a missão, a visão e os valores do município.
<b>Direção Geral Municipal</b>	Exposto o Sistema de Gestão Qualidade, as auditorias realizadas ao município, a contratação pública e as ocorrências de reclamações/queixas
<b>Agenda Estratégica para a Governança</b>	Enunciados alguns programas que o município tem em prática para um melhor Desenvolvimento.
<b>Valor Humano</b>	Mostra o número de funcionários e quantos destes são homens e mulheres. Mostra também os acidentes de trabalho que ocorreram nesse ano.
<b>Serviços Prestados ao Cidadão</b>	Apresentado o Balcão Único de Atendimento.
<b>Governança do Território</b>	Mostra o seu território, a sua população e a estrutura da mesma.
<b>Comissões Sociais Inter Freguesias – Famalicão Comunitário</b>	Apresenta através de um mapa as Comissões Sociais Inter Freguesias – Famalicão Comunitário.
<b>Serviço de Proteção Civil</b>	Explicado em que consiste a Proteção Civil e como funciona.
<b>Internacionalização</b>	Protocolos de Cooperação com países estrangeiros e empresas estrangeiras. E projetos internacionais.
<b>Nós e a Comunidade</b>	Expostos os Conselhos Consultivos Municipais e a relação com as partes interessadas.

Fonte: elaboração própria

São ainda apresentados tópicos sobre a Igualdade de Género, a Segurança, as suas redes sociais, o Associativismo, os indicadores Financeiros e ainda os Obras Públicas.

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

De seguida são apresentados os principais pilares do relatório, começando neste caso pela Sustentabilidade Económica que é composto por diversas rubricas (tabela 29). As rubricas presentes na Sustentabilidade Económica vão de encontro aos ODS 8 e 9. Depois é apresentada a Sustentabilidade Social que é composta por diversas rubricas, como se pode ver na tabela 30 e essas rubricas presentes na Sustentabilidade Social vão de encontro aos ODS 4, 5 e 10.

**Tabela 29. Sustentabilidade económica relatório de 2020**

Sustentabilidade Económica	Conteúdo
<b>Projetos Cofinanciados</b>	Apresentados os valores que o município recebe de fundos comunitários e qual a sua aplicação em projetos desenvolvidos pelo mesmo.
<b>Made In</b>	Iniciativa para promover o desenvolvimento económico do concelho.
<b>Empresas</b>	Apresentados os números de empresas em atividade no município por setor de atividade, bem como o número de empresas que foram constituídas ou dissolvidas ao longo dos últimos anos.
<b>Áreas de Acolhimento</b>	Mapa que mostra a rede de 6 parques empresariais do município e que zona do concelho abrangem.
<b>Emprego / Desemprego</b>	Dados sobre o emprego e o desemprego no município.
<b>Turismo</b>	Apresenta a quantidade de empreendimentos turísticos e unidades de alojamento local. E divulgação dos websites onde a oferta turística pode ser consultada.

Fonte: elaboração própria

**Tabela 30. Sustentabilidade social relatório de 2020**

Sustentabilidade Social	Conteúdo
<b>Solidariedade</b>	São apresentados dados sobre os apoios às famílias e os serviços de atendimento e acompanhamento social.
<b>Séniore</b>	Apresentada a Comissão Municipal de Proteção de Pessoas Idosas que se destina a apoiar pessoas idosas com mais de 65 anos residentes no concelho e que estejam numa situação de risco. E apresentados os apoios e as atividades dedicadas aos séniore.
<b>Apoio a Entidades Sociais Concelhias</b>	Apresentados dados sobre valores de apoios às entidades e quantas são essas entidades, especificando o número de lares de idosos, centros de dia, lares residenciais, entre outros.

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

**Tabela 30. Sustentabilidade social relatório de 2020 (cont.)**

<b>Banco de Móveis</b>	Apresentado o número de agregados ajudados e quantas peças de mobiliário foram distribuídas. Este banco de móveis tem como objetivo a distribuição gratuita de mobiliário a famílias carenciadas do concelho.
<b>Loja Social</b>	Apresentado o número de agregados ajudados e quantos alimentos e outros bens foram distribuídos. A loja tem como objetivo a distribuição de bens e géneros alimentares para suprir as necessidades das famílias carenciadas.
<b>Centro de Convívio Alberto Sampaio</b>	Um centro mais direcionado para os séniores do concelho, estando virado para uma vertente de local de encontro e de convívio onde são desenvolvidas atividades.
<b>Programa “Casa Feliz – Apoio à Renda”</b>	Programa que ajuda famílias carenciadas economicamente durante 12 meses no pagamento da renda da sua habitação, desde que cumpram as condições exigidas.
<b>Educação</b>	Nesta rubrica é apresentada a Carta Educativa do município e onde pode ser consultada, quais os principais eixos e medidas do Plano Municipal para a Educação, como o município ajuda nas refeições e fruta escolar e como o município ajuda no transporte escolar.
<b>Desporto</b>	O município é considerado “Município Amigo do Desporto”, e tem vindo a apostar numa promoção ativa do desporto tanto através do número de equipamentos que dispõe como dos diversos programas que tem.
<b>Juventude</b>	O município tem apostado cada vez mais na criação e promoção de condições, estruturas e projetos para os jovens. Para tal tem diversos eixos da juventude por onde tem atuado.
<b>Saúde</b>	Apresentados alguns dados sobre a saúde no município.
<b>Voluntariado</b>	Apresenta o voluntariado existente no município através do Programa Ser Força V.
<b>Cultura</b>	São apresentados: <ul style="list-style-type: none"> <li>• as festas realizadas no município;</li> <li>• os programas da atividade cultural do município;</li> <li>• a rede de museus do município, os objetivos e as ações destes;</li> <li>• e o Centro de Estudos Camilianos.</li> </ul>
<b>Casa das Artes</b>	Apresenta dados sobre os espetáculos, sessões e espetadores, o cartão pessoal de fidelização, o Cartão Quadrilátero e as visitas guiadas.
<b>Biblioteca e Arquivo (ODS 4, 10,11 e 17)</b>	O município para além da sua Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, possui também diversos polos de leitura pelo seu território e a biblioteca itinerante. Apresenta também quatro projetos registados na página web da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalista.

**Fonte: elaboração própria**

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

No tópico seguinte é apresentada a Sustentabilidade Ambiental que é composta por diversas rubricas, como se pode ver na tabela 31. As rubricas presentes na Sustentabilidade Ambiental vão de encontro aos ODS 6, 7, 11, 13 e 15.

**Tabela 31. Sustentabilidade ambiental relatório de 2020**

Sustentabilidade Ambiental	Conteúdo
<b>Ordenamento</b>	No relatório são apresentados mapas onde se pode verificar a área de solo urbano e solo rural, e também a estrutura ecológica, apresentadas diversas ações e atividades para promover e apoiar a reabilitação urbana e apresentados quantos quilómetros existem de rede viária e as principais medidas para a sua melhoria.
<b>Água</b>	Apresentados vários dados como a % de população com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada, o consumo doméstico de água e o consumo de água.
<b>Saneamento</b>	Divulgada a % de população com acesso à rede de Saneamento, a água residual recolhida e o comprimento total de coletores.
<b>Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)</b>	Apresentado o número de alojamentos com serviços de recolha indiferenciados, a % da população abrangida, os resíduos urbanos recolhidos indiferencialmente, os resíduos urbanos recolhidos e os resíduos recolhidos para reciclagem.
<b>Energia</b>	É apresentada uma comparação da potência instalada antes e depois da instalação da rede LED, uma descrição da poupança com LED e uma descrição dos consumos anuais.
<b>Rios</b>	Explicação dos objetivos do projeto “Os Nossos Rios” e o que tem sido feito.
<b>Ar</b>	Dados sobre os gases de efeito de estufa entre 2015 e 2017.
<b>Espaços Verdes</b>	Considerada uma cidade verde, apresenta um mapa a demonstrá-lo mostrando os seus espaços florestais.
<b>Parque da Devesa (ODS 11, 12, 14 e 15)</b>	Apresentadas as diversas atividades e eventos realizados que trazem milhares de visitantes a este parque.
<b>Floresta</b>	Promoção da plantação de árvores, campanhas de adoção e projetos de florestação/reflorestação.
<b>Serviços Veterinários / Canil</b>	O município apresenta dados sobre animais recolhidos das ruas, animais de estimação registados, animais vacinados, animais adotados e ainda os custos da sua alimentação.

**Fonte: elaboração própria**

## 5 Análise da divulgação segundo a norma GRI

Neste capítulo vai ser analisado como os relatórios destes municípios se comportam em relação à norma GRI. Com o apoio das tabelas do anexo 3, que mostram quais os pontos que devem ser divulgados segundo a GRI e se são ou não divulgados pelos municípios em análise. Num primeiro ponto é analisada a divulgação dos relatórios do município do Porto, no segundo é analisada a divulgação dos relatórios do município de VNC e no terceiro é analisada a divulgação dos relatórios do município de VNF. Por fim, no quarto ponto, haverá uma discussão de resultados para perceber como evoluíram os três municípios em relação à divulgação do relatório de sustentabilidade.

### 5.1 Município do Porto

Começando por um pequeno enquadramento mais teórico referente ao município do Porto, os relatórios de 2017 e 2018 mantiveram-se sem grandes alterações quanto à sua estrutura e ao seu conteúdo. Já no relatório de 2020 é de destacar a completa alteração da estrutura do mesmo. Este relatório centrou-se em 15 tópicos materiais e apresentou uma estrutura que vai de encontro aos tópicos das diretrizes GRI. A análise vai ser feita de uma forma mais específica pelas diferentes rubricas das diretrizes e depois de uma forma geral juntando todas as rubricas.

**Tabela 32. Resumo divulgação dos relatórios do município do Porto**

	Máx.	2017	%	2018	%	2020	%
<b>Conteúdos Gerais</b>	56	32	57,14%	33	58,93%	32	57,14%
<b>Desempenho Económico</b>	17	2	11,76%	2	11,76%	8	47,06%
<b>Desempenho Ambiental</b>	31	10	32,26%	10	32,26%	16	51,61%
<b>Desempenho Social</b>	40	7	17,50%	8	20%	9	22,50%
<b>Pontos divulgados por relatório e % geral de divulgação</b>	147	51	34,69%	53	36,05%	65	44,22%

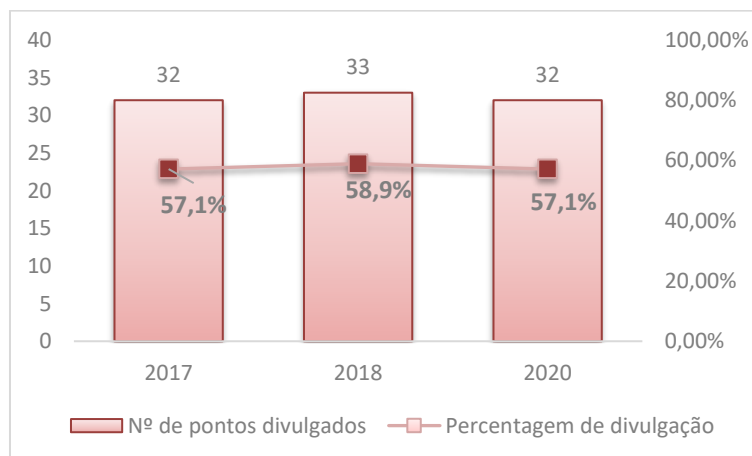
Fonte: Elaboração própria

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

Tal como se pode ver pela tabela 32 no município do Porto foram analisados três relatórios de 2017, 2018 e 2020, e estes relatórios apresentam uma evolução positiva nos níveis de divulgação. Vejamos o relatório de 2017 divulga 51 de um total de 147 pontos que constam nas diretrizes GRI, já o relatório de 2018 divulga 53 dos 147 pontos, o que representa uma evolução praticamente inexistente. Em termos de percentagem falamos de uma diferença positiva de 1,4%, um acréscimo de 34,7% em 2017 para 36,1% em 2018. A maior evolução registou-se no relatório de 2020, neste relatório foram divulgados 65 dos 147 pontos e a percentagem de divulgação alterou-se para 44,2%. Embora continue a ser um nível de divulgação médio-baixo é notória a evolução dos relatórios deste município.

Seguidamente e para perceber melhor a evolução da divulgação dos relatórios deste município, são apresentados diversos gráficos. Cada gráfico representa individualmente cada rubrica e o último gráfico representa a divulgação geral do de cada relatório. Começando então pelos conteúdos padrão gerais, estes são compostos por um total de 56 pontos. No gráfico 5 vemos como o município evoluiu quanto ao nível de divulgação desses pontos ao longo dos três relatórios. Pelo gráfico podemos então verificar que nos conteúdos padrão gerais a divulgação encontra-se constante, oscilando entre os 57% e os 58% nos três anos.

**Gráfico 5. Evolução da divulgação dos conteúdos padrão gerais do município do Porto**

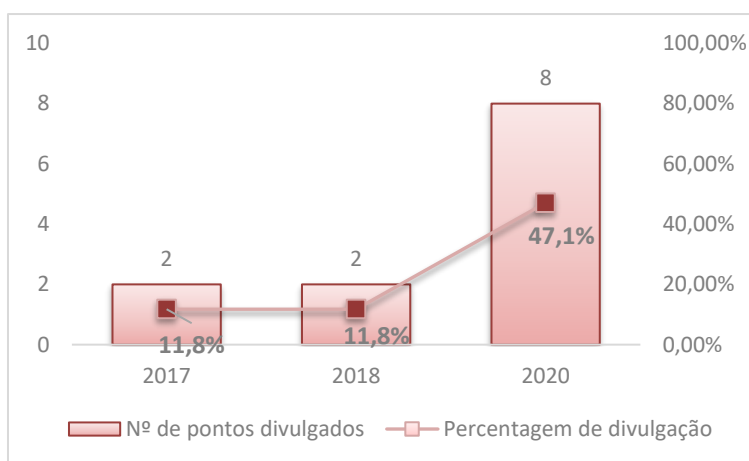


**Fonte: elaboração própria**

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

Passando para os conteúdos padrão específicos estão divididos em três desempenhos: o económico, o ambiental e o social. Começando pelo desempenho económico que é composta por um total de 17 pontos. No gráfico 6 mostra a evolução deste item ao longo do tempo. Sendo que no desempenho económico verificou-se uma acentuada melhoria das divulgações ao passar de 11% para 47%.

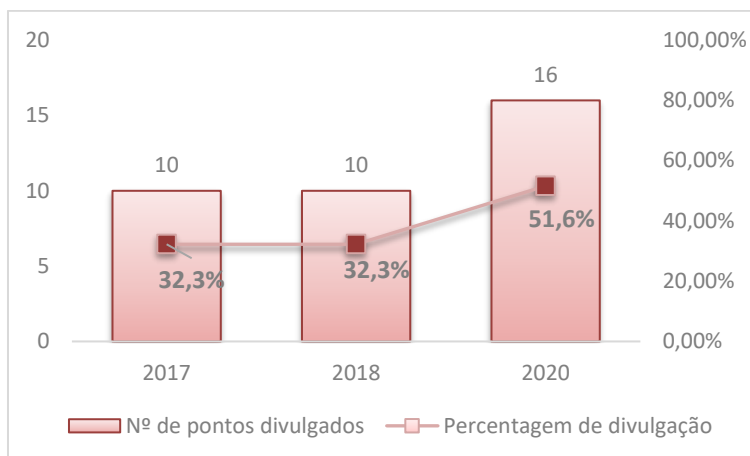
**Gráfico 6. Evolução da divulgação do desempenho económico do município do Porto**



**Fonte: elaboração própria**

Passando para o desempenho ambiental que é composta por um total de 31 pontos. No gráfico 7 vemos como o município se comporta na divulgação desses pontos ao longo dos três relatórios. Tal como no desempenho económico também o desempenho ambiental apresenta uma evolução positiva, embora não sendo tão acentuada a divulgação deste desempenho passa de 32% para 51%.

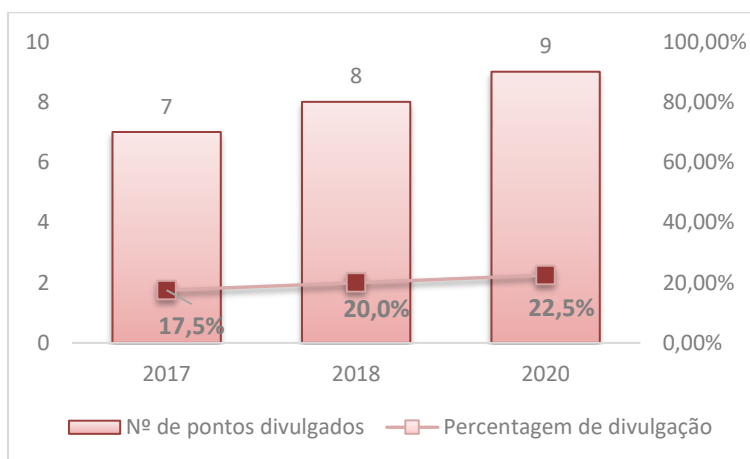
**Gráfico 7. Evolução da divulgação do desempenho ambiental do município do Porto**



Fonte: elaboração própria

Passando para o desempenho social que é composta por um total de 40 pontos. No gráfico 8 vemos como o município se comporta na divulgação desses pontos ao longo dos três relatórios. Neste desempenho embora se verifique uma evolução positiva esta não é tão acentuada como nos outros desempenhos, de ano para ano a divulgação aumenta 5%.

**Gráfico 8. Evolução da divulgação do desempenho social do município do Porto**

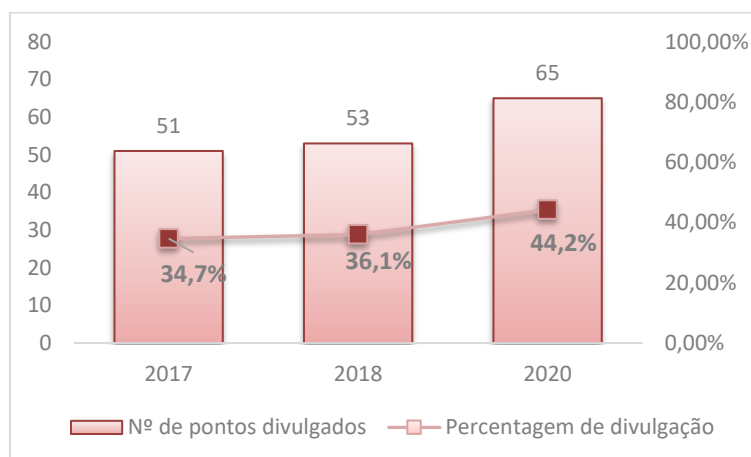


Fonte: elaboração própria

Passando agora a agrupar todos os pontos dos conteúdos padrão gerais e dos conteúdos padrão específicos num total de total de 147 pontos. No gráfico 9 vemos como o município se comporta na divulgação desses pontos ao longo dos três relatórios. Tal

como já visto inicialmente na tabela 32 a divulgação apresenta uma evolução positiva, passando de 34% em 2017 para 44% em 2020.

**Gráfico 9. Evolução da divulgação geral do relatório do município do Porto**



**Fonte: elaboração própria**

No que se refere aos conteúdos padrão gerais a evolução é praticamente inexistente. Sendo que o único aspeto a destacar é pelo facto de no ano de 2018 ter sido divulgado mais um ponto do que nos outros dois anos, tal como se apresenta na tabela 32.

Já no que diz respeito ao desempenho económico e ao desempenho ambiental não existiu qualquer evolução entre os anos de 2017 e 2018 e ano de 2020 fica marcado pelo aumento de pontos divulgados. Quanto ao desempenho social, este apresenta uma ligeira evolução em todos os anos. Em cada ano da divulgação do relatório houve um ponto a mais a ser divulgado, como se pode verificar na tabela 32 ou no gráfico 8.

Assim, em termos gerais, verificou-se que os relatórios do município do Porto evoluíram de uma forma positiva ao longo dos anos. O município apresenta percentagens de divulgação de 34,7% e 36,1% nos anos de 2017 e 2018 respetivamente. Sendo que o melhor ano em termos de mais pontos divulgados foi 2020 com uma divulgação de 65 pontos num total de 147, ainda que o nível de divulgação seja inferior a 45%.

Estas percentagens demonstram uma evolução positiva do nível de divulgação município mas mostra também que esta divulgação ainda é muito reduzida no que diz respeito às diretrizes GRI.

## 5.2 Município de VNC

Os três relatórios do município de VNC não apresentaram qualquer tipo de evolução quanto ao conteúdo. As rubricas divulgadas foram sempre as mesmas com a exceção da introdução da rubrica da educação ambiental no segundo ano em que o relatório foi divulgado. De modo a sistematizar a informação obtida irá ser realizada uma análise mais específica pelas diferentes rubricas das diretrizes e depois de uma forma geral juntando todas as rubricas.

Tal como se pode ver pela tabela 33 no município de VNC foram analisados três relatórios de 2016, 2017 e 2018, e estes relatórios apresentam qualquer tipo de evolução nos níveis de divulgação. Vejamos em todos os três relatórios são divulgados 37 de um total de 150 pontos que constam nas diretrizes GRI, traduzindo isso numa percentagem de divulgação de 24,7%. Apresentando assim um nível de divulgação bastante baixo.

**Tabela 33. Resumo divulgação dos relatórios do município de VNC**

	Máx.	2016	%	2017	%	2018	%
<b>Conteúdos Padrão Gerais</b>	58	20	34,48%	20	34,48%	20	34,48%
<b>Desempenho Económico</b>	9	4	44,44%	4	44,44%	4	44,44%
<b>Desempenho Ambiental</b>	34	5	14,71%	5	14,71%	5	14,71%
<b>Desempenho Social</b>	48	8	16,67%	8	16,67%	8	16,67%
<b>Pontos divulgados por relatório e % geral de divulgação</b>	150	37	24,67%	37	24,67%	37	24,67%

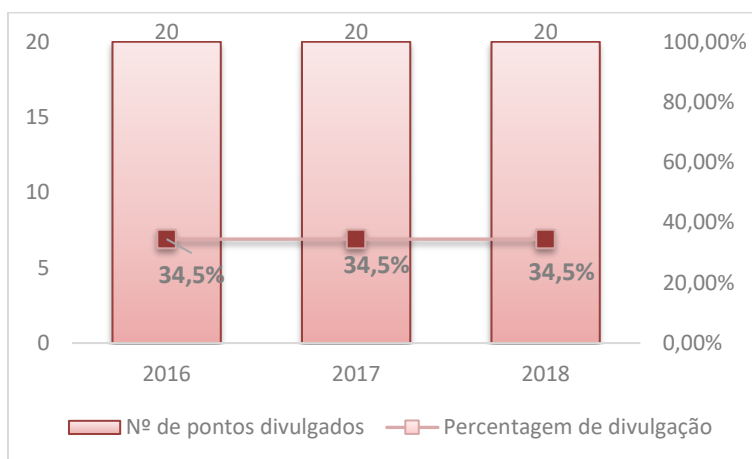
Fonte: Elaboração própria

Agora para perceber melhor a evolução da divulgação dos relatórios deste município, são apresentados diversos gráficos. Cada gráfico representa individualmente cada rubrica e o último gráfico representa a divulgação geral do de cada relatório. Começando então pelos conteúdos padrão gerais, estes são compostos por um total de 58 pontos. No gráfico 10 vemos como o município se comporta na divulgação desses pontos

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

ao longo dos três relatórios. Tal como podemos ver neste gráfico não existe qualquer evolução na divulgação, sendo essa divulgação de 34,5% nos três relatórios

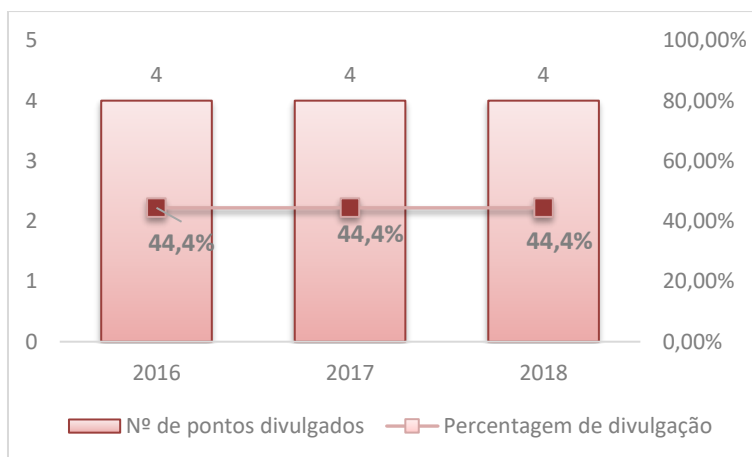
**Gráfico 10. Evolução da divulgação dos conteúdos padrão gerais do município de VNC**



**Fonte: elaboração própria**

Os conteúdos padrão específicos estão divididos em três categorias: a categoria económica, ambiental e social. Começando pela categoria económica que é composta por um total de 9 pontos. No gráfico 11 vemos como o município se comporta na divulgação desses pontos ao longo dos três relatórios. Tal como podemos ver neste gráfico não existe qualquer evolução na divulgação, sendo essa divulgação de 44,4% nos três relatórios.

**Gráfico 11. Evolução da divulgação da categoria económica do município de VNC**

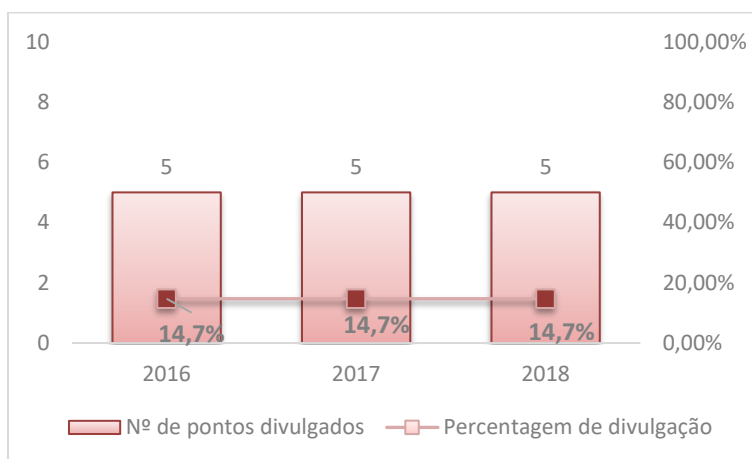


**Fonte: elaboração própria**

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

Passando para a categoria ambiental que é composta por um total de 34 pontos. No gráfico 12 vemos como o município se comporta na divulgação desses pontos ao longo dos três relatórios. Tal como podemos ver neste gráfico não existe qualquer evolução na divulgação, sendo essa divulgação de 14,7% nos três relatórios

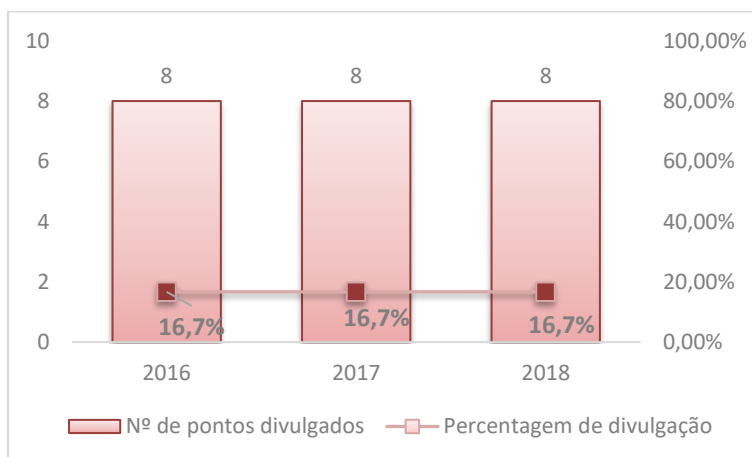
**Gráfico 12. Evolução da divulgação da categoria ambiental do município de VNC**



**Fonte: elaboração própria**

Passando para a categoria social que é composta por um total de 48 pontos. No gráfico 13 vemos como está a situação do município na divulgação desses pontos ao longo dos três relatórios. Tal como podemos ver neste gráfico não existe qualquer evolução na divulgação, sendo essa divulgação de 16,7% nos três relatórios.

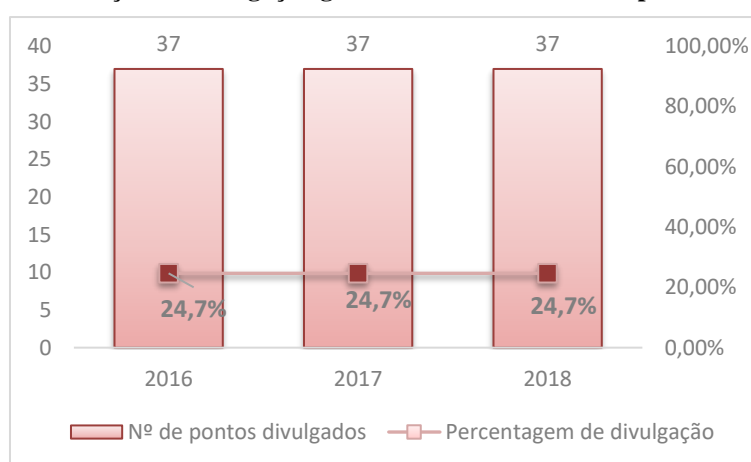
**Gráfico 13. Evolução da divulgação da categoria social do município de VNC**



**Fonte: elaboração própria**

Passando agora a agrupar todos os pontos dos conteúdos padrão gerais e dos conteúdos padrão específicos num total de total de 150 pontos. No gráfico 14 vemos como se comporta a divulgação desses pontos ao longo dos três relatórios no município. Tal como podemos ver neste gráfico não existe qualquer evolução na divulgação, sendo essa divulgação de 24,7% nos três relatórios.

**Gráfico 14. Evolução da divulgação geral do relatório do município de VNC**



**Fonte: elaboração própria**

Como é de se verificar nos gráficos 10 a 13 a divulgação dos pontos que constam nas diretrizes GRI neste município não verificaram qualquer evolução ao longo do período de estudo. Dos 150 pontos a serem divulgados apenas foram divulgados 37, apresentando assim uma percentagem de divulgação que ronda os 25% nos três anos de relatório. Podemos assim concluir que existem um reduzido nível de divulgação.

### **5.3 Município de VNF**

No município de VNF, os três relatórios divulgados não apresentaram qualquer tipo de evolução quanto ao conteúdo. As rubricas divulgadas foram sempre as mesmas com a exceção da introdução da rubrica da educação ambiental no segundo ano em que o relatório foi divulgado. Mas importa agora perceber isto de uma forma mais prática. A análise vai ser feita de uma forma mais específica pelas diferentes rubricas das diretrizes e depois de uma forma geral juntando todas as rubricas.

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

Tal como se pode ver pela tabela 34 no município de VNF onde foram analisados dois relatórios de 2017 e 2020, e estes relatórios apresentam uma evolução negativa nos níveis de divulgação. Vejamos o relatório de 2017 divulga 41 de um total de 147 pontos que constam nas diretrizes GRI, já o relatório de 2020 divulga 38 dos 147 pontos, o que representa uma evolução ligeira mas negativa. Em termos de percentagem falamos então de uma diferença de 2%, um decréscimo de 27,9% em 2017 para 25,9% em 2020. Apresentando assim um nível de divulgação bastante baixo.

**Tabela 34. Resumo divulgação dos relatórios do município de VNF**

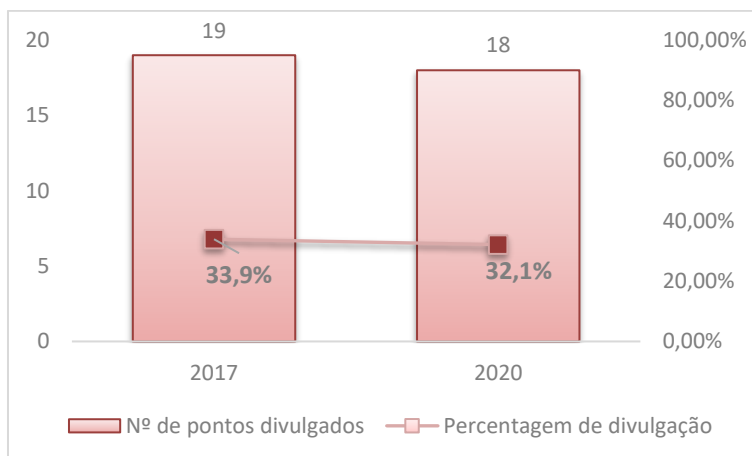
	Máx.	2017	%	2018	%
<b>Conteúdos Padrão Gerais</b>	56	19	33,93%	18	32,14%
<b>Desempenho Económico</b>	17	5	29,41%	3	17,65%
<b>Desempenho Ambiental</b>	31	13	41,94%	12	38,71%
<b>Desempenho Social</b>	40	4	10%	5	12,50%
<b>Pontos divulgados por relatório e % geral de divulgação</b>	147	<b>41</b>	<b>27,89%</b>	<b>38</b>	<b>25,85%</b>

Fonte: Elaboração própria

Seguidamente e para perceber melhor a evolução da divulgação dos relatórios deste município, são apresentados diversos gráficos. Cada gráfico representa individualmente cada rubrica e o último gráfico representa a divulgação geral do de cada relatório.

No gráfico 15 vemos a situação da divulgação desses pontos ao longo dos três relatórios no município. O gráfico mostra que houve a diminuição de um ponto divulgado que representa a diminuição de percentagem de 33,9% para 32,1%.

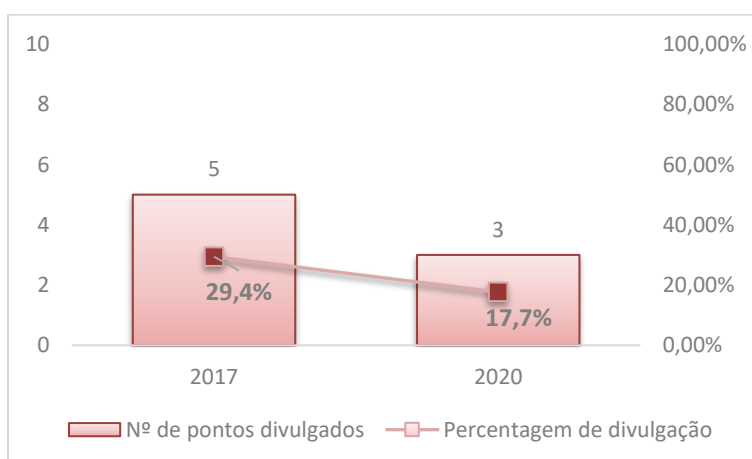
**Gráfico 15. Evolução da divulgação dos conteúdos padrão gerais do município de VNF**



Fonte: elaboração própria

Passando para os conteúdos padrão específicos estão divididos em três desempenhos: o económico, o ambiental e o social. Começando pelo desempenho económico que é composto por um total de 17 pontos. No gráfico 16 vemos como o município se comporta na divulgação desses pontos ao longo dos três relatórios. O gráfico mostra que houve a diminuição de dois pontos divulgados que representa a diminuição de percentagem de 29,4% para 17,7%.

**Gráfico 16. Evolução da divulgação do desempenho económico do município de VNF**

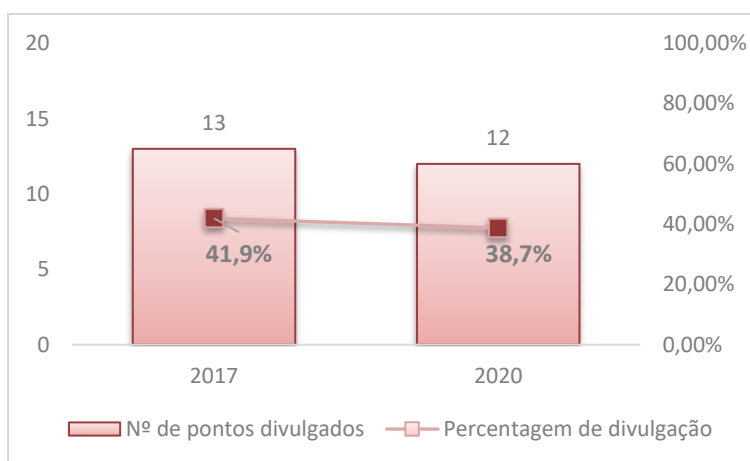


Fonte: elaboração própria

Passando para o desempenho ambiental que é composta por um total de 31 pontos. No gráfico 17 vemos a situação da divulgação desses pontos ao longo dos três relatórios

no município. O gráfico mostra que houve a diminuição de um ponto divulgado que representa a diminuição de percentagem de 41,9% para 38,7%.

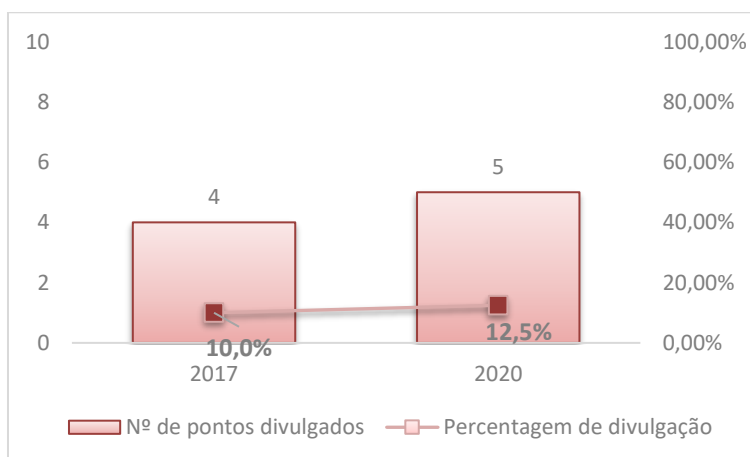
**Gráfico 17. Evolução da divulgação do desempenho ambiental do município de VNF**



Fonte: elaboração própria

Passando para o desempenho social que é composta por um total de 40 pontos. No gráfico 18 vemos a situação da divulgação desses pontos ao longo dos três relatórios no município. Este desempenho é o único que apresenta uma evolução positiva e o gráfico mostra que esse aumento é apenas de um ponto divulgado que representa um ligeiro aumento de percentagem de 10% para 12,5%.

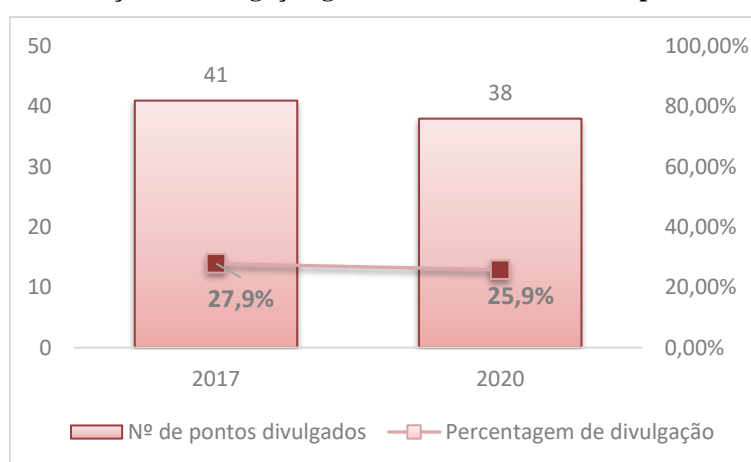
**Gráfico 18. Evolução da divulgação do desempenho social do município de VNF**



Fonte: elaboração própria

Passando agora a agrupar todos os pontos dos conteúdos padrão gerais e dos conteúdos padrão específicos num total de total de 147 pontos. No gráfico 19 vemos a situação da divulgação desses pontos ao longo dos três relatórios no município. O gráfico mostra que houve a diminuição de pontos divulgados do ano de 2017 para o ano de 2020 sendo essa diminuição de 27,9% para 25,9%.

**Gráfico 19. Evolução da divulgação geral do relatório do município de VNF**



**Fonte: elaboração própria**

Os conteúdos padrão gerais, o desempenho económico e o desempenho ambiental mostram uma evolução negativa, embora pouco significativa. Essa evolução negativa demonstra a diminuição de pontos divulgados nessas rubricas. O desempenho social é a única rubrica onde se verificou o aumento de pontos divulgados, sendo esse aumento de um ponto do relatório de 2017 para o relatório de 2020, embora seja um aumento pouco ou nada significativo.

Estes vários aspetos no geral resultam de uma diminuição da percentagem de divulgação do relatório de 2017 para o relatório de 2020. Sendo que o relatório de 2017 divulga 41 dos 147 pontos das diretrizes GRI com uma percentagem de divulgação de 27,8%, e o relatório divulga 38 dos 147 pontos com uma percentagem de divulgação de 25,9%. Os resultados obtidos denotam uma fraca divulgação em relação às diretrizes GRI.

Pode ver-se agora na tabela 35 um resumo da divulgação nos três municípios para que assim se consiga realizar de uma melhor forma a discussão de resultados.

## 6 Discussão de Resultados

O objetivo principal deste trabalho centrou-se na obtenção de dados que analisassem a divulgação, ou não, do relatório de sustentabilidade pelos municípios portugueses. Subsequente a este objetivo pretendeu-se verificar se tais relatórios seguem as diretrizes GRI. Desta forma, foi realizada, num primeiro momento, uma recolha de dados para verificar quais os municípios que divulgam relatórios de sustentabilidade. A partir dessa recolha foi analisado quantos municípios realizavam essa divulgação e quantos relatórios foram encontrados de cada município que divulgam relatórios.

Através desta recolha inicial de dados verificaram-se baixos níveis de apresentação de relatórios de sustentabilidade por parte dos municípios portugueses. Embora seja de notar uma maior consciência para práticas mais amigas do ambiente e mais responsáveis perante a sociedade através de diversos documentos e iniciativas em termos ambientais e sociais que alguns municípios apresentam nos seus sites institucionais, são muito poucos aqueles que mostram essas suas práticas com a divulgação dos relatórios de sustentabilidade.

É de notar que apenas 7% dos municípios portugueses divulgaram, em algum momento, um relatório de sustentabilidade, isto falando num espaço temporal de 15 anos.

Tal como no caso italiano em análise no estudo de Giacomini *et al.* (2018), também em Portugal se verifica um decréscimo de relatórios divulgados. Em Portugal no ano de 2016, cerca de 19% dos municípios tinham divulgado relatório de sustentabilidade, já no ano de 2020 essa percentagem decresce para os 13,5%. Por isso pode afirmar-se que a tendência de decréscimo de elaboração e divulgação de relatórios de sustentabilidade por parte dos municípios em Itália que foi identificado por Giacomini *et al.* (2018) no seu estudo também se verifica em Portugal.

Já no que respeita aos municípios que alguma vez divulgaram relatórios de sustentabilidade, a maioria deles não apresenta consistência na sua publicação. Ou seja, isto quer dizer que a maioria apenas divulgou um único relatório. Dos 15 dos 21 municípios que foram identificados como já terem realizado divulgação do relatório apenas apresentam um relatório divulgado, o que significa uma percentagem de 71,4%. Alta percentagem de municípios com apenas um relatório divulgado contrasta com a baixa percentagem de municípios que divulgaram mais de três relatórios que se fixa nos

14,3%. Com estes dados foi selecionada então a amostra do trabalho do estudo de modo a começar a análise dos relatórios de sustentabilidade dos municípios. Aplicando os critérios definidos a amostra ficou reduzida à análise de três municípios.

Após a definição dessa amostra foi analisado o conteúdo dos relatórios desses três municípios. Em cada relatório foi analisado o conteúdo de cada rubrica, e verificou-se que os relatórios em análise são muito descritivos e dispersos. A maioria dos relatórios apresenta poucos dados e muitas iniciativas e medidas, e dos dados apresentados estes são pouco concretos e dispersos, tal como os estudos mencionados por Moura *et al.* (2017) referiram.

Depois dessa análise do conteúdo importa então perceber como estes relatórios se comportam em relação às diretrizes GRI, tanto no que diz respeito ao nível de divulgação como no que diz respeito à evolução desse nível de divulgação. Sendo logo de destacar o facto do município de VNC não acompanhar a evolução das diretrizes GRI, pois estas foram alterados no ano de 2016 e os relatórios do município são posteriores a essa data e mesmo assim utilizam as antigas diretrizes. Já os relatórios do município do Porto e de VNF são posteriores a 2017 e já aplicam a nova versão das diretrizes GRI. Por esse motivo a análise do nível de divulgação e a sua conformidade com as diretrizes GRI foi realizada através da versão mais atual e a sua versão antecessora.

Tal como se pode verificar na tabela 35 em suma os municípios analisados apresentam percentagens de divulgação que variam entre os 24% e os 45% o que significa uma divulgação baixa ou intermédia quando falamos em divulgação em conformidade com as diretrizes GRI. Sendo o município do Porto aquele que apresenta a percentagem de divulgação mais elevada, uma divulgação de 44,22% no relatório de 2020. Já a percentagem mais baixa corresponde aos relatórios de VNC que apresentam uma percentagem de 24,67% nos três relatórios.

Como se pode ver também na tabela 35, o município do Porto é o município que expõe uma maior taxa média de divulgação sendo que em média apresenta uma taxa de 38,32%, seguindo-se o município de VNF com uma taxa média de divulgação de 26,87% e por último o município de VNC com uma taxa média de divulgação de 24,67%.

Já em termos de indicadores aqueles que apresentam uma maior taxa média de divulgação são os Conteúdos Padrão Gerais com uma taxa de 42,84% e o Desempenho

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

Social é o que apresenta uma menor taxa, situando-se nos 16,56%. Já o Desempenho Económico e o Desempenho Ambiental apresentam taxas semelhantes, sendo essas taxas de 31,37% e 30,11% respetivamente.

**Tabela 35. Resumo divulgação nos três municípios**

	Conteúdos Padrão Gerais		Desempenho Económico		Desempenho Ambiental		Desempenho Social		Geral	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
<b>Porto 2017</b>	32	57,14%	2	11,76%	10	32,26%	7	17,50%	51	34,69%
<b>Porto 2018</b>	33	58,93 %	2	11,76%	10	32,26%	8	20,00%	53	36,05%
<b>Porto 2020</b>	32	57,14%	8	47,06%	16	51,61%	9	22,50%	65	44,22%
<b>Porto Média</b>		<b>57,74%</b>		<b>23,53%</b>		<b>38,71%</b>		<b>20,00%</b>		<b>38,32%</b>
<b>VNC 2016</b>	20	34,48%	4	44,44%	5	14,71%	8	16,67%	37	24,67%
<b>VNC 2017</b>	20	34,48%	4	44,44%	5	14,71%	8	16,67%	37	24,67%
<b>VNC 2018</b>	20	34,48%	4	44,44%	5	14,71%	8	16,67%	37	24,67%
<b>VNC Média</b>		<b>34,48%</b>		<b>44,44%</b>		<b>14,71%</b>		<b>16,67%</b>		<b>24,67%</b>
<b>VNF 2017</b>	19	33,93%	5	29,41%	13	41,94%	4	10,00%	41	27,89%
<b>VNF 2020</b>	18	32,14%	3	17,65%	12	38,71%	5	12,50%	38	25,85%
<b>VNF Média</b>		<b>33,04%</b>		<b>23,53%</b>		<b>40,33%</b>		<b>11,25%</b>		<b>26,87%</b>
<b>Média Total</b>		<b>42,84%</b>		<b>31,37%</b>		<b>30,11%</b>		<b>16,56%</b>		<b>30,34%</b>

Fonte: Elaboração própria

Ainda dentro dos indicadores, analisando de forma mais particular em cada município deparamo-nos com o seguinte:

- no município do Porto o indicador que apresenta uma maior divulgação é os Conteúdos Padrão Gerais com uma taxa media de 57,74%, seguido pelo Desempenho Ambiental com uma taxa média de 38,71%, sendo que depois vem o Desempenho Económico com uma taxa média de 23,53% e por fim o Desempenho Social com uma taxa média de 20%;

- já no município de VNC o indicador que apresenta uma maior divulgação é o Desempenho Económico com uma taxa média de 44,44%, seguido depois por os Conteúdos Padrão Gerais com uma taxa média de 34,48%, de seguido encontra-se o Desempenho Social com uma taxa média de 16,67% e por fim o Desempenho Ambiental com uma taxa média de 14,71%;
- por fim, no município de VNF o indicador que apresenta uma maior divulgação é o Desempenho Ambiental com uma taxa media de 40,33%, ao qual se segue os Conteúdos Padrão Gerais com uma taxa média de 33,04%, vindo depois vem o Desempenho Económico com uma taxa média de 23,53% e por fim o Desempenho Social com uma taxa média de 11,25%.

Como se pode então ver por esta análise pode concluir-se que nem os resultados do estudo de Navarro Galera *et al.*, (2017) nem do estudo Navarro Galera *et al.* (2018) se aproximam da atual realidade dos relatórios de sustentabilidade dos municípios portugueses analisados. Pelo presente estudo o nível médio de divulgação dos relatórios de sustentabilidade dos municípios em estudo apresenta uma percentagem de 30,34% (tabela 36), uma percentagem muito diferente dos 42,92% do estudo de Navarro Galera *et al.* (2018) e ainda mais diferente dos 67% do estudo de Navarro Galera *et al.* (2017).

Em termos de evolução podem verificar-se três tipos de situações. Temos a situação do município do Porto em que existe evolução positiva, a situação do município de Vila Nova de Cerveira onde não há qualquer tipo de evolução e ainda a situação do município de Vila Nova de Famalicão onde a evolução é negativa. O caso onde existiu uma evolução positiva é o que apresenta melhores níveis de divulgação aproximando-se no último ano do relatório dos 45% e os outros dois casos apresentam os níveis de divulgação mais baixos compreendidos entre os 24% e os 28%. O facto de em 2020 (último ano dos relatórios analisados) serem apresentados níveis baixos de divulgação constitui um indicador negativo do estado em que se encontra a divulgação nos municípios portugueses.

A principal limitação encontrada no decorrer da realização desta dissertação foi a escassa literatura relacionada com estudos de divulgação de relatórios de sustentabilidade no setor público. A literatura em geral apresenta estudos do género em empresas do setor privado e em empresas de grande dimensão o que não era o pretendido para este trabalho.

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

---

Outra limitação identificada foi a falta de relatórios por parte dos municípios e o pouco conteúdo que os relatórios encontrados apresentam. Esta limitação evidencia também as grandes lacunas de divulgação de informação financeira destes organismos basilares para o bom funcionamento do setor público.

Para investigações futuras seria interessante e útil perceber que tipo de evolução houve na divulgação de relatório de sustentabilidade a partir de 2020 e no caso de não ter existido qualquer tipo de evolução perceber o porquê de tal não acontecer.

## **Conclusão**

Este trabalho teve por objetivo a recolha e o tratamento de um conjunto de dados que comprovassem que os municípios portugueses elaboravam e divulgavam relatórios de sustentabilidade e se estes estão em conformidade com as diretrizes GRI. Ou seja, pretendia-se avaliar quantos relatórios de sustentabilidade foram divulgados pelos municípios portugueses e dos que foram divulgados e selecionados para serem analisados no estudo verificar até que ponto eram elaborados em conformidade com as diretrizes GRI.

Inicialmente começámos por realizar uma análise de como era a divulgação de relatórios de sustentabilidade por parte dos municípios portugueses e a partir da análise foi selecionada a amostra a estudar no âmbito deste trabalho. Após a determinação da amostra, procedeu-se à análise de conteúdo dos relatórios dos municípios que constituíram a amostra, onde assim se pode identificar quais os pontos que foram divulgados em conformidade com as diretrizes GRI para prosseguir para a seguinte análise. Sendo que a seguinte e última análise se centrou em perceber como a divulgação destes relatórios se comporta em relação às diretrizes GRI e como evoluiu durante vários anos dos relatórios publicados.

São obtidas diversas conclusões sobre as análises realizadas. A análise da divulgação de relatórios pelos municípios mostra fracos a médios níveis de divulgação, tendo-se verificado serem muito poucos os municípios que divulgam ou já divulgaram algum relatório de sustentabilidade. Já a análise do conteúdo dos relatórios da amostra releva que os relatórios são demasiado descritivos e apresentam muito poucos dados quantitativos. A análise estatística sobre a divulgação dos relatórios em conformidade

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

---

com as diretrizes GRI permite concluir que os municípios em causa, embora sigam essas diretrizes, apresentam baixos níveis de divulgação no que se refere aos pontos que as diretrizes aconselham a divulgar.

Assim, é possível concluir através do estudo desenvolvido e dos resultados obtidos que os municípios portugueses têm ainda um longo caminho a percorrer no que diz respeito ao relato de sustentabilidade. Para os municípios que nunca elaboraram qualquer tipo de relatório deveriam pensar nesta questão e aqueles que já elaboraram pelo menos uma vez deveriam prosseguir com a sua realização. Para aqueles municípios que realizaram divulgação durante alguns anos seguidos e o deixaram de fazer deveriam repensar essa decisão pois se já o fizeram é porque têm condições e pessoal para tal e visto ser um tema cada vez mais importante.

Já os municípios que têm sido consistentes na elaboração e divulgação dos relatórios deveriam apostar na sua melhoria. Em relação ao conteúdo dos relatórios e a forma como estão elaborados pode dever-se à falta de pessoal qualificado para a tarefa, sendo que a falta desse pessoal pode ser um fator que leva os municípios a desistir dos relatórios como parece ser o caso do município de VNC. Os relatórios divulgados por este município apresentavam uma estrutura muito básica e simples o que transparecia a falta de experiência ou aptidão do pessoal que os elaborou e que pode ter levado ao fim da sua divulgação.

Pode então verificar-se que o trabalho realizado pode contribuir para uma melhor compreensão da situação atual dos municípios portugueses no que diz respeito ao relato de sustentabilidade. Sendo os municípios analisados neste trabalho apenas uma pequena amostra, é o suficiente para verificar que os nossos municípios deixam muito a desejar no que diz respeito ao relato de sustentabilidade.

## Referências

- Bertoncello, S. L. T. & Júnior, J. C., (2007). A importância da Responsabilidade Social Corporativa como fator de diferenciação. *FACOM*, n°17, 1º Semestre, pp. 70-76.
- Biondi, L. e Bracci, E. (2018). *Sustainability, Popular and Integrated Reporting in the Public Sector: A Fad and Fashion Perspective*, *Sustainability*, 10.
- Dias, A. (2009). *O Relato Da Sustentabilidade Empresarial: Práticas Em Portugal*. Universidade Aberta.
- Faria, M. (2015). *Responsabilidade Social Empresarial: Relato e análise económica e financeira*. Editorial Vida Económica.
- Frey, M. R., Marcuzzo, J. L., & Oliveira, C. de. (2008). O Balanço Social Como Ferramenta De Transparência Para O Setor Público Municipal. *Revista Universo Contábil*, 4(2), pp. 75–92.
- Giacomini, D.; Rocca, L.; Carini, C.; Mazzoneli, M. (2018). *Overcoming the Barriers to the Diffusion of Sustainability Reporting in Italian LGO's: Better Stick or Carrot?*. *Sustainability*, 10, 131.
- GRI, (2006). Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade, 2000-2006, Versão 3.0.
- GRI, (2013). G4 Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade, 2000-2006, Versão 3.0.
- GRI, (2016a). GRI 101: Foundation 2016. *GRI Standards*.
- GRI, (2016b). GRI 102: Conteúdos Gerais. *GRI Standards*.
- GRI (2016c). GRI 103: Forma de gestão. *GRI Standards*.
- Gray, R. (2000). *Current Developments and Trends in Social and Environmental Auditing, Reporting & Attestation: A Personal Perspective*. *International Journal of Auditing* 4, pp. 247–268.
- Kreitlon, M. P. (2004). *A Ética nas Relações entre Empresas e Sociedade: Fundamentos Teóricos da Responsabilidade Social Empresarial*. XXVIII ENANPAD, Curitiba.
- Livro Verde, (2001). *Livro Verde - Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*, Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

---

- Montesinos, V. e Brusca, I. (2019). *Non-financial reporting in the public sector: alternatives, trends and opportunities*. Revista de Contabilidade Spanish Accounting Review, 22 (2): pp. 122-128.
- Moura, A.; Ribeiro, V.; Monteiro, S. (2017). A Responsabilidade Social no Setor Público: uma perspetiva teórica sobre a divulgação de informação. *International Business and Economics Review*, 8. pp. 35-75.
- Município do Porto (2017). Relatório de Sustentabilidade Câmara Municipal do Porto 2017.
- Município do Porto (2018). Relatório de Sustentabilidade Câmara Municipal do Porto 2018.
- Município do Porto (2020). Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2020.
- Município de Vila Nova de Cerveira (2016). Relatório de Sustentabilidade 2016.
- Município de Vila Nova de Cerveira (2017). Relatório de Sustentabilidade 2017.
- Município de Vila Nova de Cerveira (2018). Relatório de Sustentabilidade 2018.
- Município de Vila Nova de Famalicão (2017). Relatório de Sustentabilidade e Responsabilidade Social do Municípios de Vila Nova de Famalicão/2017.
- Município de Vila Nova de Famalicão (2020). Relatório de Sustentabilidade e Responsabilidade Social do Municípios de Vila Nova de Famalicão/2020.
- Navarro Galera, A.; Tirado Valencia, P.; Ruiz Lozano, M.; de los Rios Berjillos, A. (2015). Divulgación de información sobre responsabilidad social de los gobiernos locales europeos. El Caso de los países nórdicos. *Gestión y Política Pública*, 1, pp. 229-269.
- Navarro Galera, A.; Tirado Valencia, P.; Ruiz Lozano, M.; de los Rios Berjillos, A. (2017). *Promoting Sustainability Transparency in European Local Governments: An Empirical Analysis Based on Administrative Cultures*. *Sustainability*, 9, 432.
- Navarro Galera, A.; Alcaraz Quiles, F. J.; Ortiz Rodriguez, D. (2018). *Enhancing Sustainability Transparency in Local Governments – An Empirical Research in Europe*. *Sustainability*, 10, 2161.
- Niemann, L.; Hoppe, T. (2018). *Sustainability reporting by local Governments: a magic tool? Lessons on use and usefulness from European pioneers*. *Public Management Review*. 20:1, pp. 201-223

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

---

- Rego, A., Cunha, M. P., & Ribeiro, M. D. (2013). *Liderança para a sustentabilidade: A voz de quem lidera Em Portugal*. Grupo Almedina.
- Ribeiro, M. S. (2003). *A Responsabilidade Social como estratégia da atividade de relações públicas: Caso Indústria de calçados Azaléia*. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
- Rodrigues, S. (2019). *Relatórios de Sustentabilidade em Portugal e Espanha: sua publicação e auditoria*. Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Instituto Politécnico de Leiria.
- Roma, P. (2016). *Relatórios de Sustentabilidade – Comparação de divulgação 2008 vs 2013*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. Instituto Politécnico de Lisboa.
- Rosca, P.C., & Dorin-Paul, B. (2019). *Sustainability Reporting Process: Benefits, Limits and Achievements*. *Anais da Faculdade de Economia da Universidade de Oradea*, pp. 60-70.
- Schwartz, M. & Carrol, A., (2003). *Corporate Social Responsibility: a three-domain approach*. *Business Ethics Quarterly*, pp. 503-530.
- Silva, A. (2014). *Relatório de sustentabilidade: um estudo de caso no setor elétrico*. Instituto Politécnico de Coimbra.
- Stefanescu, C. (2021). *Sustainability Reporting in the Public Realm – Trends and Patterns in Knowledge Development*. *Sustainability*, 13, 4128.
- Sustentare (2008). *Sustentabilidade Para Principiantes*. Sustentare. *Publicação Research*, nov., pp.1–24.
- Sustentare (2009). *Envolvimento com os Stakeholders – da Teoria à Prática*. *Publicação Research*, nº1, pp. 4-5.
- Teixeira, C. (2011). *Relatórios de sustentabilidade: Que Futuro?*. Instituto Politécnico de Lisboa, ISCAL.

## ANEXOS

## **ANEXO 1**

## **Alterações nas diretrizes GRI**

- **Conteúdos padrão gerais**

Estes conteúdos anteriormente eram divididos em sete aspetos, houve assim uma reestruturação dos aspetos materiais identificadores e limites e perfil do relatório que foram agrupados na prática de relato. De seguida pode ver-se as alterações das anteriores diretrizes para as atuais:

- **Estratégia e análise**
  - G4-1 passou a 102-14
  - G4-2 passou a 102-15
- **Perfil organizacional**
  - G4-3 passou a 102-1
  - G4-4 passou a 102-2
  - G4-5 passou a 102-3
  - G4-6 passou a 102-4
  - G4-7 passou a 102-5
  - G4-8 passou a 102-6
  - G4-9 passou a 102-7
  - G4-10 passou a 102-8
  - G4-11 passou a 102-41 (envolvimento de stakeholders)
  - G4-12 passou a 102-9
  - G4-13 passou a 102-10
  - G4-14 passou a 102-11
  - G4-15 passou a 102-12
  - G4-16 passou a 102-13
- **Aspetos materiais identificadores e limites**
  - G4-17 passou a 102-45
  - G4-18 passou a 102-46
  - G4-19 passou a 102-47
  - G4-20 deixou de existir
  - G4-21 deixou de existir

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

---

- G4-22 passou a 102-48
- G4-23 passou a 102-49
- Envolvimento de stakeholders
  - G4-24 passou a 102-40
  - G4-25 passou a 102-42
  - G4-26 passou a 102-43
  - G4-27 passou a 102-44
- Perfil do relatório
  - G4-28 passou a 102-50
  - G4-29 passou a 102-51
  - G4-30 passou a 102-52
  - G4-31 passou a 102-53
  - G4-32 passou a 102-54
  - G4-33 passou a 102-56
- Governança
  - G4-34 passou a 102-18
  - G4-35 passou a 102-19
  - G4-36 passou a 102-20
  - G4-37 passou a 102-21
  - G4-38 passou a 102-22
  - G4-39 passou a 102-23
  - G4-40 passou a 102-24
  - G4-41 passou a 102-25
  - G4-42 passou a 102-26
  - G4-43 passou a 102-27
  - G4-44 passou a 102-28
  - G4-45 passou a 102-29
  - G4-46 passou a 102-30
  - G4-47 passou a 102-31
  - G4-48 passou a 102-32
  - G4-49 passou a 102-33

- G4-50 passou a 102-34
- G4-51 passou a 102-35
- G4-52 passou a 102-36
- G4-53 passou a 102-37
- G4-54 passou a 102-38
- G4-55 passou a 102-39
- **Ética e integridade**
  - G4-56 passou a 102-16
  - G4-57 e G4-58 agruparam-se no 102-17
- **Desempenho Económico**  
Quanto a este indicador existiram as seguintes alterações:
  - o ponto desempenho económico passou a designar-se económica
    - G4-EC1 passou a 201-1
    - G4-EC2 passou a 201-2
    - G4-EC3 passou a 201-3
    - G4-EC4 passou a 201-4
  - Presença no mercado
    - G4-EC5 passou a 202-1
    - G4-EC6 passou a 202-2
  - Impactos económicos indiretos
    - G4-EC17 passou a 203-1
    - G4-EC8 passou a 203-2
  - Prática de compra
    - G4-EC9 passou a 204-1
  - o combate à corrupção passou do indicador social para o económico
    - G4-SO3 passou a 205-1
    - G4-SO4 passou a 205-2
    - G4-SO5 passou a 205-3
  - a concorrência desleal passou do indicador social para o económico
    - G4-SO7 passou a 206-1
  - passou a existir o ponto tributos

- **Desempenho ambiental**

Quanto a este indicador existiram as seguintes alterações:

- **Materiais**
  - G4-EN1 passou a 301-1
  - G4-EN2 passou a 301-2
  - G4-EN28 passou a 301-3
- **Energia**
  - G4-EN3 passou a 302-1
  - G4-EN4 passou a 302-2
  - G4-EN5 passou a 302-3
  - G4-EN6 passou a 302-4
  - G4-EN7 passou a 302-5
- **Água e efluentes**
  - passou a existir os pontos 303-1, 303-2 e 303-5
  - G4-EN8 passou a 303-3
  - G4-EN22 passou a 303-4
  - deixou de existir G4-EN9 e G4-EN10
- **Biodiversidade**
  - G4-EN11 passou a 304-1
  - G4-EN12 passou a 304-2
  - G4-EN13 passou a 304-3
  - G4-EN14 passou a 304-4
- **Emissões**
  - G4-EN15 passou a 305-1
  - G4-EN16 passou a 305-2
  - G4-EN17 passou a 305-3
  - G4-EN18 passou a 305-4
  - G4-EN19 passou a 305-5
  - G4-EN20 passou a 305-6
  - G4-EN21 passou a 305-7
- **Resíduos**

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

---

- passou a existir os pontos 306-1, 306-2, 303-4 e 306-5
- G4-EN23 passou a 306-3
- deixou de existir G4-EN24, G4-EN25 e G4-EN26
- Conformidade ambiental
  - G4-EN29 passou a 307-1
- Avaliação ambiental de fornecedores
  - G4-EN32 passou a 308-1
  - G4-EN33 passou a 308-2
- deixou ainda de existir G4-EN27, G4-EN30, G4-EN31 e G4-EN34
- **Desempenho social**

Neste indicador existia a separação dos aspetos em quatro temas o que deixou de acontecer nas novas diretrizes e existiram as seguintes alterações:

- Emprego
  - G4-LA1 passou a 401-1
  - G4-LA2 passou a 401-2
  - G4-LA3 passou a 401-3
- Relações de trabalho
  - G4-LA4 passou a 402-1
- Saúde e segurança no trabalho, este ponto sofreu uma reformulação total
- Capacitação e educação
  - G4-LA9 passou a 404-1
  - G4-LA10 passou a 404-2
  - G4-LA11 passou a 404-3
- Diversidade e igualdade de oportunidade
  - G4-LA12 passou a 405-1
  - G4-LA13 passou a 405-2
- Não discriminação
  - G4-HR3 passou a 406-1
- Liberdade sindical e negociação coletiva
  - G4-HR4 passou a 407-1
- Trabalho infantil

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

---

- G4-HR5 passou a 408-1
- Trabalho forçado ou análogo ao escravo
  - G4-HR6 passou a 409-1
- Práticas de segurança
  - G4-HR7 passou a 410-1
- Direitos de povos indígenas
  - G4-HR8 passou a 411-1
- Avaliação de direitos humanos
  - G4-HR9 passou a 412-1
  - G4-HR2 passou a 412-2
  - G4-HR1 passou a 412-3
- Comunidades locais
  - G4-SO1 passou a 413-1
  - G4-SO2 passou a 413-2
- Avaliação social de fornecedores
  - G4-LA14, G4-HR10 e G4-SO9 passou a 414-1
  - G4-LA15, G4-HR11 e G4-SO10 passou a 414-1
- Políticas públicas foi introduzido nas novas diretrizes (415-1)
- Saúde e segurança do consumidor
  - G4-PR1 passou a 416-1
  - G4-PR2 passou a 416-2
- Marketing e rotulagem
  - G4-PR3 passou a 417-1
  - G4-PR4 passou a 417-2
  - G4-PR7 passou a 417-3
  - deixou de existir G4-PR5 e G4-PR6
- Privacidade do cliente
  - G4-PR8 passou a 418-1
- Conformidade socioeconómico
  - G4-SO8 e G4-PR9 passou a 419-1

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

---

- deixou de existir G4-LA16, G4-HR12e G4-SO11

## **ANEXO 2**

**Lista dos municípios portugueses e a sua localização**

Município	Localização	Município	Localização	Município	Localização	Município	Localização
Abrantes	Continente	Cinfães	Continente	Monção	Continente	Santa Cruz das Flores	Ilha
Águeda	Continente	Coimbra	Continente	Monchique	Continente	Santa Maria da Feira	Continente
Aguiar da Beira	Continente	Condeixa-a-Nova	Continente	Mondim de Basto	Continente	Santa Marta de Penaguião	Continente
Alandroal	Continente	Constância	Continente	Monforte	Continente	Santana	Ilha
Albergaria-a-Velha	Continente	Coruche	Continente	Montalegre	Continente	Santarém	Continente
Albufeira	Continente	Corvo	Ilha	Montemor-o-Novo	Continente	Santiago do Cacém	Continente
Alcácer do Sal	Continente	Covilhã	Continente	Montemor-o-Velho	Continente	Santo Tirso	Continente
Alcanena	Continente	Crato	Continente	Montijo	Continente	São Brás de Alportel	Continente
Alcobaça	Continente	Cuba	Continente	Mora	Continente	São João da Madeira	Continente
Alcochete	Continente	Elvas	Continente	Mortágua	Continente	São João da Pesqueira	Continente
Alcoutim	Continente	Entroncamento	Continente	Moura	Continente	São Pedro do Sul	Continente
Alenquer	Continente	Espinho	Continente	Mourão	Continente	São Roque do Pico	Ilha
Alfândega da Fé	Continente	Esposende	Continente	Murça	Continente	São Vicente	Ilha
Alijó	Continente	Estarreja	Continente	Murtosa	Continente	Sardoal	Continente
Aljezur	Continente	Estremoz	Continente	Nazaré	Continente	Sátão	Continente
Aljustrel	Continente	Évora	Continente	Nelas	Continente	Seia	Continente

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

Almada	Continente	Fafe	Continente	Nisa	Continente	Seixal	Continente
Almeida	Continente	Faro	Continente	Nordeste	Ilha	Sernancelhe	Continente
Almeirim	Continente	Felgueiras	Continente	Óbidos	Continente	Serpa	Continente
Almodôvar	Continente	Ferreira do Alentejo	Continente	Odemira	Continente	Sertã	Continente
Alpiarça	Continente	Ferreira do Zêzere	Continente	Odivelas	Continente	Sesimbra	Continente
Alter do chão	Continente	Figueira da Foz	Continente	Oeiras	Continente	Setúbal	Continente
Alvaiázere	Continente	Figueira de Castelo Rodrigo	Continente	Oleiros	Continente	Sever do Vouga	Continente
Alvito	Continente	Figueiró dos Vinhos	Continente	Olhão	Continente	Silves	Continente
Amadora	Continente	Fornos de Algodres	Continente	Oliveira de Azeméis	Continente	Sines	Continente
Amarante	Continente	Freixo de Espada à Cinta	Continente	Oliveira de Frades	Continente	Sintra	Continente
Amares	Continente	Fronteira	Continente	Oliveira do Barro	Continente	Sobral de Monte Agraço	Continente
Anadia	Continente	Funchal	Ilha	Oliveira do Hospital	Continente	Soure	Continente
Angra do Heroísmo	Ilha	Fundão	Continente	Ourém	Continente	Sousel	Continente
Ansião	Continente	Gavião	Continente	Ourique	Continente	Tábua	Continente
Arcos de Valdevez	Continente	Góis	Continente	Ovar	Continente	Tabuaço	Continente
Arganil	Continente	Golegã	Continente	Paços de Ferreira	Continente	Tarouca	Continente
Armamar	Continente	Gondomar	Continente	Palmela	Continente	Tavira	Continente
Arouca	Continente	Gouveia	Continente	Pampilhos a da Serra	Continente	Terras de Bouro	Continente

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

Arraiolos	Continente	Grândola	Continente	Paredes	Continente	Tomar	Continente
Arronches	Continente	Guarda	Continente	Paredes de Coura	Continente	Tondela	Continente
Arruda dos Vinhos	Continente	Guimarães	Continente	Pedrógão Grande	Continente	Torre de Moncorvo	Continente
Aveiro	Continente	Horta	Ilha	Penacova	Continente	Torres Novas	Continente
Avis	Continente	Idanha-a-Nova	Continente	Penafiel	Continente	Torres Vedras	Continente
Azambuja	Continente	Ílhavo	Continente	Penalva do Castelo	Continente	Trancoso	Continente
Baião	Continente	Lagoa (Açores)	Ilha	Penamacor	Continente	Trofa	Continente
Barcelos	Continente	Lagoa (Algarve)	Continente	Penedono	Continente	Vagos	Continente
Barrancos	Continente	Lagos	Continente	Penela	Continente	Vale de Cambra	Continente
Barreiro	Continente	Lajes das Flores	Ilha	Peniche	Continente	Valença	Continente
Batalha	Continente	Lajes do Pico	Ilha	Peso da Régua	Continente	Valongo	Continente
Beja	Continente	Lamego	Continente	Pinhel	Continente	Valpaços	Continente
Belmonte	Continente	Leiria	Continente	Pombal	Continente	Velas	Ilha
Benavente	Continente	Lisboa	Continente	Ponta Delgada	Ilha	Vendas Novas	Continente
Bombarral	Continente	Loulé	Continente	Ponta do Sol	Ilha	Viana do Alentejo	Continente
Borba	Continente	Loures	Continente	Ponte da Barca	Continente	Viana do Castelo	Continente
Boticas	Continente	Lourinhã	Continente	Ponte de Lima	Continente	Vidigueira	Continente
Braga	Continente	Lousã	Continente	Ponte de Sor	Continente	Vieira do Minho	Continente
Bragança	Continente	Lousada	Continente	Portalegre	Continente	Vila de Rei	Continente

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

Cabeceiras de Basto	Continente	Mação	Continente	Portel	Continente	Vila do Bispo	Continente
Cadaval	Continente	Macedo de Cavaleiros	Continente	Portimão	Continente	Vila do Conde	Continente
Caldas da Rainha	Continente	Machico	Ilha	Porto	Continente	Vila do Porto	Ilha
Calheta (Açores)	Ilha	Madalena	Ilha	Porto de Mós	Continente	Vila Flor	Continente
Calheta (Madeira)	Ilha	Mafra	Continente	Porto Moniz	Ilha	Vila Franca de Xira	Continente
Câmara de Lobos	Ilha	Maia	Continente	Porto Santo	Ilha	Vila Franca do Campo	Ilha
Caminha	Continente	Mangualde	Continente	Póvoa de Lanhoso	Continente	Vila Nova da Barquinha	Continente
Campo Maior	Continente	Manteigas	Continente	Póvoa de Varzim	Continente	Vila Nova de Cerveira	Continente
Cantanhede	Continente	Marco de Canaveses	Continente	Povoação	Continente	Vila Nova de Famalicão	Continente
Carrazeda de Ansiães	Continente	Marinha Grande	Continente	Praia da Vitória	Ilha	Vila Nova de Foz Côa	Continente
Carregal do Sal	Continente	Marvão	Continente	Proença-a-Nova	Continente	Vila Nova de Gaia	Continente
Cartaxo	Continente	Matosinhos	Continente	Redondo	Continente	Vila Nova de Paiva	Continente
Cascais	Continente	Mealhada	Continente	Reguengos de Monsaraz	Continente	Vila Nova de Poiares	Continente
Castanheira de Pera	Continente	Mêda	Continente	Resende	Continente	Vila Pouca de Aguiar	Continente
Castelo Branco	Continente	Melgaço	Continente	Ribeira Brava	Ilha	Vila Real	Continente

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

Castelo de Paiva	Continente	Mértola	Continente	Ribeira de Pena	Continente	Vila Real de Santo António	Continente
Castelo de Vide	Continente	Mesão Frio	Continente	Ribeira Grande	Ilha	Vila Velha de Ródão	Continente
Castro Daire	Continente	Mira	Continente	Rio Maior	Continente	Vila Verde	Continente
Castro Marim	Continente	Miranda do Corvo	Continente	Sabrosa	Continente	Vila Viçosa	Continente
Castro Verde	Continente	Mirando do Douro	Continente	Sabugal	Continente	Vimioso	Continente
Celorico da Beira	Continente	Mirandela	Continente	Salvaterra de Magos	Continente	Vinhais	Continente
Celorico de Basto	Continente	Mogadouro	Continente	Santa Comba Dão	Continente	Viseu	Continente
Chamusca	Continente	Moimenta da Beira	Continente	Santa Cruz	Ilha	Vizela	Continente
Chaves	Continente	Moita	Continente	Santa Cruz da Graciosa	Ilha	Vouzela	Continente

## **ANEXO 3**

**Tabelas dos indicadores divulgados nos relatórios dos municípios**

• **Município de Vila Nova de Cerveira**

Ano do Relatório		2016	2017	2018
Estratégia e análise	G4-1	R	R	R
	G4-2	R	R	R
Perfil organizacional	G4-3	R	R	R
	G4-4	SI	SI	SI
	G4-5	R	R	R
	G4-6	SI	SI	SI
	G4-7	SI	SI	SI
	G4-8	R	R	R
	G4-9	R	R	R
	G4-10	R	R	R
	G4-11	SI	SI	SI
	G4-12	SI	SI	SI
	G4-13	SI	SI	SI
	G4-14	SI	SI	SI
	G4-15	SI	SI	SI
	G4-16	SI	SI	SI
	Aspetos materiais identificados e limites	G4-17	SI	SI
G4-18		R	R	R
G4-19		SI	SI	SI
G4-20		SI	SI	SI
G4-21		SI	SI	SI

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

	<b>G4-22</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-23</b>	R	R	R
<b>Engajamento de stakeholders</b>	<b>G4-24</b>	R	R	R
	<b>G4-25</b>	R	R	R
	<b>G4-26</b>	R	R	R
	<b>G4-27</b>	SI	SI	SI
<b>Perfil do relatório</b>	<b>G4-28</b>	R	R	R
	<b>G4-29</b>	R	R	R
	<b>G4-30</b>	R	R	R
	<b>G4-31</b>	R	R	R
	<b>G4-32</b>	R	R	R
	<b>G4-33</b>	SI	SI	SI
	<b>Governança</b>	<b>G4-34</b>	R	R
	<b>G4-35</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-36</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-37</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-38</b>	R	R	R
	<b>G4-39</b>	SI	SI	SI

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

	<b>G4-40</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-41</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-42</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-43</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-44</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-45</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-46</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-47</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-48</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-49</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-50</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-51</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-52</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-53</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-54</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-55</b>	SI	SI	SI
<b>Ética e integridade</b>	<b>G4-56</b>	R	R	R
	<b>G4-57</b>	SI	SI	SI

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

	<b>G4-58</b>	SI	SI	SI
--	--------------	----	----	----

Fonte: Elaboração própria

Legenda:

SI – sem informação

R – relato

Ano do Relatório		2016	2017	2018
Informações sobre a forma de gestão	<b>G4-DMA</b>	SI	SI	SI
<b>Categoria: Económica</b>				
<b>Desempenho económico</b>	<b>G4-EC1</b>	R	R	R
	<b>G4-EC2</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-EC3</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-EC4</b>	SI	SI	SI
<b>Presença no Mercado</b>	<b>G4-EC5</b>	R	R	R
	<b>G4-EC6</b>	SI	SI	SI
<b>Impactos económicos indiretos</b>	<b>G4-EC7</b>	R	R	R
	<b>G4-EC8</b>	R	R	R
<b>Práticas de compra</b>	<b>G4-EC9</b>	SI	SI	SI
<b>Categoria: Ambiental</b>				
<b>Materiais</b>	<b>G4-EN1</b>	R	R	R
	<b>G4-EN2</b>	SI	SI	SI
<b>Energia</b>	<b>G4-EN3</b>	R	R	R
	<b>G4-EN4</b>	R	R	R
	<b>G4-EN5</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-EN6</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-EN7</b>	SI	SI	SI
<b>Água</b>	<b>G4-EN8</b>	R	R	R
	<b>G4-EN9</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-EN10</b>	SI	SI	SI
<b>Biodiversidade</b>	<b>G4-EN11</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-EN12</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-EN13</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-EN14</b>	SI	SI	SI
<b>Emissões</b>	<b>G4-EN15</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-EN16</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-EN17</b>	SI	SI	SI

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

	<b>G4-EN18</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-EN19</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-EN20</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-EN21</b>	SI	SI	SI
<b>Efluentes e Resíduos</b>	<b>G4-EN22</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-EN23</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-EN24</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-EN25</b>	R	R	R
	<b>G4-EN26</b>	SI	SI	SI
<b>Produtos e serviços</b>	<b>G4-EN27</b>	N/A	N/A	N/A
	<b>G4-EN28</b>	N/A	N/A	N/A
<b>Conformidade</b>	<b>G4-EN29</b>	SI	SI	SI
<b>Transportes</b>	<b>G4-EN30</b>	N/A	N/A	N/A
<b>Geral</b>	<b>G4-EN31</b>	SI	SI	SI
<b>Avaliação ambiental de fornecedores</b>	<b>G4-EN32</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-EN33</b>	SI	SI	SI
<b>Mecanismos de quebras e reclamações relacionadas a impactos ambientais</b>	<b>G4-EN34</b>	SI	SI	SI
<b>Categoria: Social</b>				
<b>Práticas trabalhistas e trabalho decente</b>				
<b>Emprego</b>	<b>G4-LA1</b>	R	R	R
	<b>G4-LA2</b>	R	R	R
	<b>G4-LA3</b>	SI	SI	SI
<b>Relações trabalhistas</b>	<b>G4-LA4</b>	SI	SI	SI
<b>Saúde e segurança no trabalho</b>	<b>G4-LA5</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-LA6</b>	R	R	R
	<b>G4-LA7</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-LA8</b>	SI	SI	SI
<b>Treinamento e educação</b>	<b>G4-LA9</b>	R	R	R
	<b>G4-LA10</b>	SI	SI	SI
	<b>G4-LA11</b>	SI	SI	SI
<b>Diversidade e igualdade de oportunidades</b>	<b>G4-LA12</b>	R	R	R
<b>Igualdade de remuneração entre mulheres e homens</b>	<b>G4-LA13</b>	R	R	R

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

Avaliação de fornecedores em práticas trabalhistas	G4-LA14	SI	SI	SI
	G4-LA15	SI	SI	SI
Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas	G4-LA16	SI	SI	SI
<b>Direitos Humanos</b>				
Investimentos	G4-HR1	SI	SI	SI
	G4-HR2	SI	SI	SI
Não discriminação	G4-HR3	R	R	R
Liberdade de associação e negociação coletiva	G4-HR4	SI	SI	SI
Trabalho infantil	G4-HR5	SI	SI	SI
Trabalho forçado ou análogo ao escravo	G4-HR6	SI	SI	SI
Práticas de segurança	G4-HR7	SI	SI	SI
Direitos indígenas	G4-HR8	N/A	N/A	N/A
Avaliação	G4-HR9	SI	SI	SI
Avaliação de fornecedores em direitos humanos	G4-HR10	SI	SI	SI
	G4-HR11	SI	SI	SI
Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a direitos humanos	G4-HR12	SI	SI	SI
<b>Sociedade</b>				
Comunidades locais	G4-SO1	R	R	R
	G4-SO2	SI	SI	SI
Combate à corrupção	G4-SO3	SI	SI	SI
	G4-SO4	SI	SI	SI
	G4-SO5	SI	SI	SI
Políticas públicas	G4-SO6	SI	SI	SI
Concorrência desleal	G4-SO7	SI	SI	SI
Conformidade	G4-SO8	SI	SI	SI
Avaliação de fornecedores em impactos na sociedade	G4-SO9	SI	SI	SI
	G4-SO10	SI	SI	SI
Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade	G4-SO11	SI	SI	SI

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

Responsabilidade pelo produto				
Saúde e segurança do cliente	G4-PR1	N/A	N/A	N/A
	G4-PR2	N/A	N/A	N/A
Rotulagem de produtos e serviços	G4-PR3	N/A	N/A	N/A
	G4-PR4	N/A	N/A	N/A
	G4-PR5	N/A	N/A	N/A
Comunicação de marketing	G4-PR6	N/A	N/A	N/A
	G4-PR7	N/A	N/A	N/A
Privacidade do cliente	G4-PR8	N/A	N/A	N/A
Conformidade	G4-PR9	N/A	N/A	N/A

Fonte: Elaboração própria

Legenda:

N/A – não se aplica

SI – sem informação

R – relato

• **Municípios do Porto e de Vila Nova de Famalicão**

	Porto - 2017	Porto - 2018	Porto - 2020	VNF - 2018	VNF - 2020
<b>Perfil organizacional</b>					
102-1	0.	D	Anexos	D	D
102-2	0.	D	1.4	3.2.	1.2. 2.1. 2.2.
102-3	Anexos	Anexos	1.	2.1.	SI
102-4	3.	2.1.	Anexos	2.2.	SI
102-5	4.	3.1.	1.1. 1.2.	3.2.	2.2.
102-6	3.	2.1.	2.1.	SI	2.8.
102-7	2.	1.	Anexos	4.1.	2.16.
102-8	4.	3.8.	1.6.	3.5.	2.5.
102-9	4.	3.9	Anexos	SI	SI
102-10	SI	SI	SI	SI	SI
102-11	Anexos	Anexos	Anexos	SI	SI
102-12	4. 6.2.	3.11. 5.2.3.	Anexos	3.1. 3.13.2.	2.12
102-13	4.	3.11.	Anexos	3.13.2.	2.12
<b>Estratégia</b>					
102-14	1.	0.	0.	1.2.	1.1.

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

<b>102-15</b>	4. 6.2.	3.3. 3.4. 3.5. 3.7. 5.2.1.	1.4. 2.5.	3.1. 3.6. 3.7.	2.3. 2.4.
<b>Ética e integridade</b>					
<b>102-16</b>	4.	3.1.	1.1.	3.2.	2.2.
<b>102-17</b>	SI	SI	Anexos	SI	SI
<b>Governance</b>					
<b>102-18</b>	4.	3.2.	1.2.	3.2.	SI
<b>102-19</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>102-20</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>102-21</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>102-22</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>102-23</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>102-24</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>102-25</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>102-26</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>102-27</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>102-28</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>102-29</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>102-30</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>102-31</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>102-32</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>102-33</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>102-34</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>102-35</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>102-36</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>102-37</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>102-38</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>102-39</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>Envolvimento com Stakeholders</b>					
<b>102-40</b>	4.	3.10.	1.7.	3.13.3	2.13.2.
<b>102-41</b>	Anexos	Anexos	Anexos	SI	2.15.
<b>102-42</b>	4.	3.10.	0.	3.13.3	2.13.2.
<b>102-43</b>	4.	3.10.	0.	3.13.3.	2.13.2.

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

<b>102-44</b>	4.	3.10.	0.	3.13.3.	2.13.2.
<b>Prática de relato</b>					
<b>102-45</b>	0.	D	1.4.	SI	SI
<b>102-46</b>	0.	D	0.	1.3.	1.2.
<b>102-47</b>	Anexos	D	0.	SI	SI
<b>102-48</b>	0.	D	SI	SI	SI
<b>102-49</b>	0.	D	SI	SI	SI
<b>102-50</b>	0.	D	0.	1.3.	1.2.
<b>102-51</b>	Anexos	Anexos	Anexos	SI	SI
<b>102-52</b>	Anexos	Anexos	0.	SI	SI
<b>102-53</b>	0.	D	0.	SI	SI
<b>102-54</b>	Anexos	Anexos	0.	SI	SI
<b>102-55</b>	Anexos	Anexos	Anexos	SI	SI
<b>102-56</b>	SI	D	0.	SI	SI

**Legenda:**

**SI** – sem informação

**D** – divulgado em tópico sem numeração

Aspetos		Porto - 2017	Porto - 2018	Porto - 2020	VNF - 2018	VNF - 2020
<b>Económica (201)</b>	<b>201-1</b>	6.1.	5.1.1.	1.4.	4.1.	2.16
	<b>201-2</b>	6.1.	5.1.4	2.5.	SI	SI
		6.2.	5.1.5.	4.3.		
			5.1.6. 5.2.1.			
	<b>201-3</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>201-4</b>	SI	SI	Anexos	4.1.	2.16.	
<b>Presença no Mercado (202)</b>	<b>202-1</b>	SI	SI	SI	SI	SI
	<b>202-2</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>Impactos económicos indiretos (203)</b>	<b>203-1</b>	SI	SI	Anexos	4.3.	2.17.
	<b>203-2</b>	SI	SI	1.4.	SI	SI
<b>Prática de compra (204)</b>	<b>204-1</b>	SI	SI	SI	4.3.	SI
<b>Combate à Corrupção (205)</b>	<b>205-1</b>	SI	SI	1.4.	SI	SI
	<b>205-2</b>	SI	SI	1.4.	SI	SI
	<b>205-3</b>	SI	SI	1.4.	SI	SI
<b>Concorrência desleal (206)</b>	<b>206-1</b>	SI	SI	SI	SI	SI

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

<b>Tributos (207)</b>	<b>207-1</b>	SI	SI	SI	4.2.	SI
	<b>207-2</b>	SI	SI	SI	SI	SI
	<b>207-3</b>	SI	SI	SI	SI	SI
	<b>207-4</b>	SI	SI	SI	SI	SI

**Legenda:**

**SI – sem informação**

<b>Aspetos</b>		<b>Porto - 2017</b>	<b>Porto - 2018</b>	<b>Porto - 2020</b>	<b>VNF - 2018</b>	<b>VNF - 2020</b>
<b>Materiais (301)</b>	<b>301-1</b>	SI	SI	SI	SI	SI
	<b>301-2</b>	SI	SI	SI	SI	SI
	<b>301-3</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>Energia (302)</b>	<b>302-1</b>	6.2.	5.2.3.	4.3.	5.7.	5.5.
	<b>302-2</b>	SI	SI	SI	5.7.	5.5.
	<b>302-3</b>	SI	SI	SI	5.5.	5.5.
	<b>302-4</b>	6.2.	5.2.3. 5.2.4.	4.3.	5.7.	5.5.
	<b>302-5</b>	6.2.	5.2.3. 5.2.4.	SI	SI	SI
<b>Águas e efluentes (303)</b>	<b>303-1</b>	SI	SI	Anexos	SI	SI
	<b>303-2</b>	6.2.	5.2.5.	Anexos	SI	SI
	<b>303-3</b>	SI	SI	Anexos	5.4.	5.2.
	<b>303-4</b>	SI	SI	4.4.	5.5.	5.3.
	<b>303-5</b>	6.2.	5.2.5.	4.5.	5.4.	5.2.
<b>Biodiversidade (304)</b>	<b>304-1</b>	6.2.	5.2.6.	SI	SI	SI
	<b>304-2</b>	SI	SI	SI	5.12. 5.13.	5.9.
	<b>304-3</b>	SI	SI	SI	SI	SI
	<b>304-4</b>	SI	SI	SI	SI	5.9
<b>Emissões (305)</b>	<b>305-1</b>	6.2.	5.2.3.	4.3.	5.10.	5.7.
	<b>305-2</b>	6.2.	5.2.3.	4.3.	SI	SI
	<b>305-3</b>	SI	SI	SI	SI	SI
	<b>305-3</b>	SI	SI	SI	5.10.	SI
	<b>305-5</b>	6.2.	5.2.3.	4.3.	5.10	SI
	<b>305-6</b>	SI	SI	SI	SI	SI
	<b>305-7</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>Resíduos (306)</b>	<b>306-1</b>	SI	SI	4.5.1.	SI	SI

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

	<b>306-2</b>	6.2.	5.2.5.	Anexos	5.6.	5.4.
	<b>306-3</b>	SI	SI	4.5.1.	5.6.	5.4.
	<b>306-4</b>	SI	SI	4.5.1.	SI	SI
	<b>306-5</b>	SI	SI	4.5.1.	SI	SI
<b>Conformidade Ambiental (307)</b>	<b>307-1</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>Avaliação Ambiental de fornecedores (308)</b>	<b>308-1</b>	SI	SI	1.5.	SI	SI

Fonte: Elaboração própria

Legenda:

SI – sem informação

Aspetos		Porto - 2017	Porto - 2018	Porto - 2020	VNF - 2018	VNF- 2020
<b>Emprego (401)</b>	<b>401-1</b>	4.	3.8.	Anexos	SI	3.5.
	<b>401-2</b>	4.	3.8	SI	SI	SI
	<b>401-3</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>Relações de Trabalho (402)</b>	<b>402-1</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>Saúde e Segurança do trabalho (403)</b>	<b>403-1</b>	4.	3.6. 3.8.	SI	SI	SI
	<b>403-2</b>	SI	SI	SI	SI	SI
	<b>403-3</b>	SI	SI	SI	SI	SI
	<b>403-4</b>	SI	SI	SI	SI	SI
	<b>403-5</b>	SI	SI	SI	SI	SI
	<b>403-6</b>	SI	SI	SI	SI	SI
	<b>403-7</b>	SI	SI	SI	SI	SI
	<b>403-8</b>	SI	SI	SI	SI	SI
	<b>403-9</b>	4.9.	3.8.	SI	3.5.	2.5.
	<b>403-10</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>Capacitação e Educação (404)</b>	<b>404-1</b>	4.	3.8.	1.6.	3.5.	2.5.
	<b>404-2</b>	SI	SI	1.6.	SI	SI
	<b>404-3</b>	SI	SI	1.6.	SI	SI
<b>Diversidade e igualdade de oportunidade (405)</b>	<b>405-1</b>	4.	3.2. 3.8.	1.6. Anexos	3.5.	2.5.
	<b>405-2</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>Não discriminação (406)</b>	<b>406-1</b>	SI	SI	SI	SI	SI

*Relatórios de Sustentabilidade: um estudo em Municípios*

<b>Liberdade sindical e negociação Coletiva (407)</b>	<b>407-1</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>Trabalho Infantil (408)</b>	<b>408-1</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>Trabalho Forçado ou análogo ao escravo (409)</b>	<b>409-1</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>Práticas de segurança (410)</b>	<b>410-1</b>	SI	SI	Anexos	SI	SI
<b>Direitos de Povos Indígenas (411)</b>	<b>411-1</b>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Avaliação de DH (412)</b>	<b>412-1</b>	SI	3.5. 3.10. 5.3.5.	SI	SI	SI
	<b>412-2</b>	SI	SI	Anexos	SI	SI
	<b>412-3</b>	SI	SI	1.5.	SI	SI
<b>Comunidades locais (413)</b>	<b>413-1</b>	4.	3.8. 4. 5.3.3. 5.3.4.	Anexos	6.	4.
	<b>413-2</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>Avaliação social de fornecedores (414)</b>	<b>414-1</b>	SI	SI	SI	SI	SI
	<b>414-2</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>Políticas pública (415)</b>	<b>415-1</b>	SI	SI	SI	SI	SI
<b>Saúde e segurança do Consumidor (416)</b>	<b>416-1</b>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	<b>416-2</b>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Marketing e Rotulagem (417)</b>	<b>417-1</b>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	<b>417-2</b>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	<b>417-3</b>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Privacidade do cliente (418)</b>	<b>418-1</b>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Conformidade socioeconómico (419)</b>	<b>419-1</b>	SI	SI	SI	SI	SI

**Fonte:** Elaboração própria

**Legenda:**

**N/A** – não se aplica

**SI** – sem informação